

Causa de Beatificação do Servo de DOM VITAL

Objetos de devoção e propaganda que podem ser
tidos na Vice-Postulação ou no Museu Dom

- «UM GRANDE BRASILEIRO», de Fr. Felix
- Olivola, em 4ª edição revista e atualizada;
- Santinhos coloridos;
- Santinhos tipo popular;
- Estampas coloridas;
- Estampas simples;
- Estátuas, tamanho pequeno;
- Vida de Dom Vital, pequeno popular;
- «O Bispo de Olinda, perante a História» (V. II e III)
- «No Roteiro de Dom Vital».

A Vice-Postulação está atualmente providenciando

- Uma coletânea das principais graças alcançadas por intercessão do Servo de Deus, Dom Vital;
- Opúsculos e folhetos de divulgação;
- Cartões postais, reproduzindo monumentos e lugares históricos;
- Medalhas, carteirinhas, etc.

NOTA — A Vice-Postulação espera poder publicar, oportunamente, um trabalho histórico de grande valor sobre Dom Vital e a Questão Religiosa, baseado em documentos inéditos que se conservam no Arquivo da mesma Vice-Postulação.

Ajude com suas ofertas os grandes trabalhos da Causa de Beatificação, os quais exigem despesas verdadeiramente extraordinárias.

Toda correspondência e todos os pedidos deverão ser dirigidos ao seguinte endereço:

PADRE VICE-POSTULADOR
CONVENTO NOSSA SENHORA DA PENHA
RECIFE — PERNAMBUCO — BRASIL



Dom Frei Vital

CONVENTO DA PENHA - RECIFE-PE

RESUMO HISTÓRICO

DA CAUSA DE BEATIFICAÇÃO E CANONIZAÇÃO DO SERVO DE DEUS, DOM FREI VITAL

Desde sua morte, ocorrida em Paris (França) a 30 de julho de 1878, é Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira considerado um santo, e inúmeras graças em os seus devotos recebido pela sua intercessão.

Mas, somente em 1930, os Padres Capuchinhos do convento de Nossa Senhora da Penha, Recife, iniciaram um verdadeiro trabalho organizado visando a elevação às honras dos altares. A alma de todo este movimento foi o inesquecível Frei Félix de Oliveira. Desde então, até a sua morte (1948) mostrou-se o zelo incansável e providencial da Causa do Servo de Deus.

Entretanto, a Causa de Beatificação de Dom Vital, no sentido canônico, teve início em 1960, quando Sua Excia. Revma. Dom Antônio de Almeida Melo Junior, Arcebispo de Olinda e Recife, nomeou a Comissão Histórica e formou o primeiro Tribunal Eclesiástico.

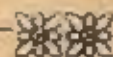
A Comissão Histórica tem trabalhado, com um longo intervalo, até hoje, pesquisando Arquivos e recolhendo documentos. Sua atividade estendeu-se à Bahia de Recife e Estado de Pernambuco, Belém do Pará, Fortaleza, Salvador e interior da Bahia, Rio de Janeiro, Estado de São Paulo, Paris e outras cidades da França, algumas cidades da Itália e Estado de Roma e a Cidade do Vaticano. Em breve, a Comissão Histórica terá ultimado os seus trabalhos e então o Tribunal Eclesiástico iniciará o Processo processual propriamente dito.

Félix de Olivola O. F. M. Cap.

FREI VITAL MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA dos PP. Capuchinhos

BISPO DE OLINDA

2.ª edição 40.000



RECIFE
Facola Gráfica Editora
1963

IMPRIMATUR

Por comissão especial do Exmo.
Revmo. Snr. Bispo de Niterói
D. JOSÉ PEREIRA ALVES

Niterói, 24 de Maio de 1944.

P. Francisco X. Lanna, S. S.

APRESENTANDO A 2a. EDIÇÃO

A Causa de Beatificação do Servo de Deus Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, introduzida há pouco mais de dois anos na cidade do Recife por S. Excia. Revma. Dom Antônio de Almeida Moraes Junior, está se processando normalmente com animadoras perspectivas.

A Comissão Histórica, incumbida de recolher documentos indispensáveis para o início do Processo Informativo, está prestes a terminar a sua tarefa e em breve fará entrega do farto material acumulado ao Tribunal Arquidiocesano.

Mais algum tempo e, com o favor de Deus, a Causa passará à competência dos Tribunais Pontifícios em Roma.

Infelizmente, porém, somos forçados a reconhecer que o insigne Bispo de Olinda, integérrimo Defensor da Fé e dos Direitos da Igreja, não é suficientemente conhecido. Lídima glória da Igreja e da Pátria, vulto inconfundível na Galeria dos grandes Brasileiros, estrela fulgente de

primeira grandeza deveria Dom Vital estar sempre presente nos lábios e corações dos brasileiros reconhecidos. Dos brasileiros não somente do Recife e de Pernambuco mas de todos os recantos do Brasil. Sobretudo agora, que o seu nome, a sua vida, as suas atitudes, as suas virtudes e o seu heroísmo estão sendo objeto de sério, justo e exaustivo exame determinado pelas Autoridades Eclesiásticas, ver-se, de fato e de direito, êle merece as honras dos altares.

Estas páginas, escritas pelo saudoso Frei Félix de Olivola O.F.M. Cap., que narram em resumo a vida, as virtudes e heroísmo do Servo de Deus, são agora reeditadas por esta V. Postulação e destinam a todos os brasileiros.

Que não haja no Brasil um brasileiro sequer que ignore o nome e os feitos do seu maior Patrício, o Servo de Deus Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira.

Recife, 4 de outubro de 1962.

Pe. Frei Teodoro de Bargecchia O.F.M. Cap.
Vice-Postulador

BENÉVOLOS LEITORES

Aqui apresentamos o compêndio da vida de uma das mais relevantes figuras do Brasil e da Igreja católica, da metade do século passado, autêntico patriota e heróico mártir da nossa santa religião, D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, inexquecível bispo de Olinda.

Já 6.000 exemplares de sua vida, sob o título de **UM GRANDE BRASILEIRO** rapidamente se esgotaram, demonstrando assim a veneração e o amor de que goza este imortal filho do Pobrezinho de Assis, no seio da pátria estremecida: todavia é nosso ardente desejo, que todos os católicos sem exceção alguma conheçam a vida admirável deste grande herói, cujo centenário natalício decorre este ano.

—0—

Com este intuito fizemos um apêlo às «Leituras Católicas» afim de que também aos seus numerosos assinantes fôsse dado

o ensejo de conhecerem, admirarem e invocarem a D. Vital, lendo êste humilde opúsculo da sua tão maravilhosa e interessante vida.

Aí aprenderão a sua fé inabalável, a sua coragem destemida, a sua caridade ardente e generosa, até mesmo para com os próprios inimigos. Viveu D. Vital inteiramente devotado à causa da Igreja e do seu amado rebanho. Impoluto e integro soube impôr-se à admiração dos seus próprios adversários. «Viveu como um justo, combateu como um herói, morreu como um santo». A Religião católica sabe ainda forjar homens de espanto para defendê-la e iluminar as almas sempre assediadas pelos lobos vorazes da incredulidade e do crime.

—O—

Êste livrinho, porém, é apenas uma sucinta narração de sua vida. Para melhor conhecê-lo mistér se faz consultar a obra «O Bispo de Olinda perante a História» (1) em 3 volumes. Todos deveriam pelo menos ler as suas eloquentes pastorais, onde claramente se revela o seu caráter e sua alma, na empolgante questão

religiosa: zêlo e caridade, desprendimento dos interesses humanos e olhos fixos na eternidade, único objeto verdadeiramente digno do nosso supremo cuidado.

Oxalá que à semelhança das outras edições da vida dêste imortal brasileiro, continue esta a expandir na mente e no coração dos nossos leitores, luz, consolação e paz, para maior glória de Deus e honra do seu servo fiel e devotado, D. Frei Vital. (2)

Recife, Convento de Nossa Senhora da Penha, 2 de janeiro de 1944.

Fr. Félix de Olívola, O.F.M. Cap.

—O—

(1) Pedidos e informações: Convento de N. S. da Penha — Recife.

—O—

(2) Nenhuma pretensão polêmica tem êste compêndio. Para documentação consultem-se as seguintes obras: «UM GRANDE BRASILEIRO», 3a. Edição, Recife, 1937.

«O Bispo de Olinda perante a História» 3 volumes — Recife, 1940 — 42.

.. «Une page d' Histoire du Brésil» F. Louisa de Gonzague — Paris 1912.

«A Questão Religiosa» D. Antônio Macedo Costa

CAPÍTULO I

Progenitores de D. Vital — Nascimento — Infância

Nos albores do reinado de D. Pedro II, no ano de 1844, o jovem pernambucano, Cap. Antônio Gonçalves de Oliveira, desejando constituir família, contraiu núpcias com D. Antônia de Albuquerque, indo residir no engenho **Aurora**, que arrendaram, nos limites de Pernambuco e Paraíba na cidade de També ou Pedra de Fôgo.

Pertencia êle a honesta e respeitável família de senhores de engenho, classe tradicional que desde os primórdios da colonização constituiu a vanguarda do comércio e da indústria, enriquecendo Pernambuco e tornando-o assim o maior centro açucareiro do país.

Era D. Antônia descendente direta de Duarte Coelho, nobre lusitano, que foi o primeiro donatário da capitania de Pernambuco. Aos 18 anos estava, esta prenha jovem, santamente preparada para assumir os delicados e sublimes encargos

impostos pelo sacramento do matrimônio.

Dêste abençoado consórcio vieram à luz seis filhos: Antônio Junior, Belarmino, Maria Amélia, José, Joaquina e Cândida. De Antônio que mais tarde ingressando na Ordem Capuchinha, veio a ser o grande e imortal Bispo de Olinda, que conhecemos sob o nome de D. Fr. Vital Maria, é que vamos narrar a vida santa e as lutas enarniçadas que impávido sustentou em defesa da Igreja católica, lutas que lhe mereceram a sublime honra de mártir da fé e o invejável título de Atanásio brasileiro.

Nasceu Antônio na casa do sítio Jaqueira, sendo batizado aos 2 de janeiro de 1846, na Capela do Engenho Bonito de Goiana, pelo Pe. Francisco Santana. Foram seus padrinhos José César de Albuquerque e D. Rosa Maria de Melo, que eram também seus parentes. Não sabemos porque tanto demorassem em levá-lo à pia baptismal, talvez que em casa já tivesse recebido as águas regeneradoras do batismo, sendo, como era, de constituição extremamente franzina, adiando-se então a solenidade das cerimônias para quando estivesse mais forte, mais robusto.

Apesar disso eram os seus pais muito religiosos e dizem que sua mãe, para que Deus abençoasse o primeiro fruto do seu casto amor, reforçara as suas sinceras e fervidas orações com rigorosos jejuns e penitências. Apenas nasceu Antônio e logo foi pela sua virtuosa genitora consagrado à SS. Virgem, consagração de que ele, quando já Bispo, tanto se comprazia como se depreende destas palavras da sua primeira pastoral.

«Depois... vos rogamos encarecidamente, amados Diocesanos, logo que este vos fôr lida, supliqueis com todo o fervor da vossa alma à SS. e Imaculada Virgem Maria, nossa terna Mãe do Céu, a quem desde a mais tenra infância fomos consagrados, digno-se continuar a cobrir-nos com a égide de sua valiosa proteção, conduzir-nos pela mão e guiar os nossos passos na estrada perigosa, inçada de urzes e espinhos, e talvez comprida, que vamos entrar sob seus auspícios».

INFÂNCIA. De tão pia, honesta e laboriosa família, não podia brotar senão esplêndido e admirável fruto. Antônio, que desde criança se mostrou sempre de ótima índole, aceitava de bom grado as lições e os conselhos maternos e bem cedo

aprendeu a rezar, a amar a Deus e ao próximo, dando dêste amor constante e inequívocas provas.

Apenas contava de quatro a cinco anos de idade, quando um dia desapareceu o nosso Antônio da vista de sua estreme-cida Mãe, que ansiosa o procurou e mandou procurá-lo por toda a parte. Tudo debalde!! Ninguém conseguia encontrá-lo. Qual não foi a grata surpresa daquela aflita mãe, quando casualmente abrindo a porta do quarto do oratório, tão caramente tradicional em todo lar católico, deparou-se-lhe o seu filho de joelhos, orando com tamanho fervor que não lhe ouvira os chamados. Que alegria! Que exultação para quem sabe que o temor de Deus é o princípio de toda a sabedoria! Ver uma tenra criancinha aprender tão maravilhosamente as sublimes lições da nossa santa Religião!

A par desta inclinação em extremo piedosa, mostrava-se Antônio de uma ternura incomparável para com os seus irmãosinhos e até para com uma escrava a cujos cuidados estavam confiados. Ensinava-lhe a sua piedosa mãe que o escravo não era um ente desprezível, mas um nosso semelhante, um nosso irmão a quem devía-

mos amar, respeitar, perdoar e guiar na formação civil e moral. Educado nestes santos ensinamentos, não podia permitir que algum daqueles infelizes fôsse, em sua presença, maltratado. Certa vez, estando um seu tio batendo a pobre escrava por ter negligentemente deixado um animal invadir o campo vizinho, Antônio, empunhando um cacête, desferiu um forte golpe no braço do algoz que, cedendo à dor, muito facilmente deixou que a escrava fugisse. De outra feita, o mesmo tio maltratando a pobre negra, Antônio deu um salto se lhe atira ao pescoço, vendalhe os olhos, e enquanto os seus irmãosinhos, agarrando-se às pernas do desalmado, lhe tolhem os movimentos, conseguiu a infeliz escapar ainda uma vez. Por estas e outras proezas era êle chamado por sua mãe o **homem de espanto**, isto é, homem de inteligência perspicaz, de caráter firme e decidido, pronto a dar combate por uma causa que se lhe afigurasse justa e santa.

CAPÍTULO II

Estudos Primários — No Colégio Benfica — Primeira Comunhão — Os PP Capuchinhos — Vocação

Compenetrados os seus pais da suma importância da instrução para a vida social, logo matricularam Antônio na escola do Pe. Generoso Bandeira, em També. Ali demonstrou o menino tanta inteligência e perseverança no estudo, que os seus genitores, incentivados e dominados pelo tanto desejo de lhe preparar um futuro promissor, resolveram enviá-lo ao Recife, afim de que continuasse os estudos, tão proveitosamente encetados.

COLÉGIO DO BENFICA. Dirigido por virtuosos sacerdotes, era êste Colégio naquela época um dos mais afamados do Recife. Ali matriculou-se o nosso Antônio que então contava 9 anos de idade. Embora ainda tão criança, logo ultrapassou as tão bem fundadas esperanças, não só da família, como também dos mestres, pela docilidade de caráter, pela assiduidade

e atenção às aulas, destacando-se sempre entre os demais companheiros.

O Pe. Joaquim Passos, professor no referido Colégio, e que foi seu mestre de latim, a seu respeito assim se expressou: «Dirigia o Colégio Estêvão Xavier da Cunha, quando veio estudar o menino Antônio Gonçalves. Seu comportamento exemplar, sua inteligência robusta, o fizeram distinguir entre todos; sua doçura e seus progressos nas letras tornaram-no o ídolo dos condiscípulos e o aluno predileto dos professores. Ninguém mais pontual no curso de latim. O êxito bem depressa coroou seus esforços e no fim de pouco tempo foi ele proclamado Imperador, isto é, chefe da turma do seu curso. Nenhum outro estudante conseguira, nem mesmo ousara disputar-lhe êsse lugar de honra.

PRIMEIRA COMUNHÃO. Não conhecemos a data precisa da sua primeira Comunhão. Presumimos, contudo, que conforme o costume de então, tenha-se realizado entre os seus 9 e 10 anos. Educado por u'a mãe verdadeiramente compenetrada dos seus deveres cristãos, pouco trabalho tiveram os padres do Benfica para dignamente prepará-lo para o mais belo dia de sua vida. Mostrava-se então

o jovem de uma inocência angelical, de um fervor todo seráfico. Quem nos poderá descrever os ardentes suspiros, as redobradas orações, os pequenos sacrifícios com que se dispôs para, dignamente, no peito receber o Pão da Vida, o Cordeiro Imaculado? Dêstes atos generosos, destas ardentes aspirações, destas fervorosas orações foram testemunhas os anjos.

Tão vivas e profundas foram as impressões divinas no seu terno coração, que desde aquele auspicioso dia se sentiu completamente transformado; e correspondendo a êste santo convite, procurou alimentar êsse fogo celeste aproximando-se com frequência da sagrada Mêsas. Todos os domingos ia à igreja da Penha para assistir a santa Missa, confessar-se e receber o sagrado Maná que é a fonte da vida eterna. Ali hauria novas forças para prosseguir corajosamente na conquista da ciência e do bem espiritual; ali, aos pés de Nossa Senhora da Penha, pedia luz para conhecer o estado a que por Deus era destinado: *iter para tutum*, dirá êle mais tarde quando Bispo.

OS CAPUCHINHOS DA PENHA.
Chegaram ao Brasil os primeiros PP. Capuchinhos, no ano de 1612, com a missão

francesa chefiada pelo Sr. de la Ravardiére; expulsos, porém, os franceses, retornaram também à França os virtuosos missionários, deixando viva recordação de sua passagem. Em 1641 os piratas holandeses aprisionando alguns missionários capuchinhos, conduziram-nos a Pernambuco. Eram eles igualmente franceses, e destinavam-se à Guiné. Deus, porém, nos seus insondáveis desígnios lhes preparara um outro campo de ação: êste imenso Brasil em que deveriam deixar vestígios inextinguíveis dos seus árduos e profícuos trabalhos. Permaneceram por algum tempo em Olinda, porém depois, encontrando um lugar mais cômodo, transferiram-se para o Recife, onde em terreno doado por Belchior Alves e exma. espôsa, no ano de 1656, edificaram a Igreja e o convento de N. S. da Penha, cuja imagem êles trouxeram da França.

Tão copioso foi o bem e o trabalho que realizaram entre os índios e no seio da população civilizada, que no ano de 1699 novamente expulsos, logo se apresentaram ao Brasil em pedir outros Capuchinhos. Eram êstes italianos, que animados dos mesmos santos ideais, continuaram e dilataram até os confins do Rio Grande do

Sul, a evangelização tão proveitosamente iniciada pelos seus intrépidos antecessores. Em 1872, nova tempestade anti-religiosa desencadeou-se sobre o Recife, dispersando os heróicos missionários. Mas a sua piedade e o seu zêlo os fizeram retornar a estas plagas aos 11 de setembro de 1841. Eram êstes, homens de escôl, de vida austera, de zêlo ardente e de extraordinária atividade. Já disse um historiador patricio, que: «si os jesuítas batizaram o Brasil os capuchinhos o crisma-ram».

Fiéis e dignos continuadores dos seus beneméritos antepassados, não se consagraram exclusivamente à parte espiritual evangelizando e administrando os sacramentos, mas também com vivo entusiasmo trabalharam no campo social.

Passaram e repassaram todo o norte do Brasil, de Sergipe ao Piauí, fundaram cidades, traçaram planos de outras futuras, foram mensageiros de paz na revolução da Bahia, chegaram ao Rio de Janeiro, Protas, Cimbros, Pajeú, e Pandalho. Encarregaram-se dos socorros durante as pavorosas sêcas que assolaram o sertão durante o período de 1846-76, construíram estradas de comunicação, igrejas, ce-

mitérios, colégios, asilos, açudes e pontes, desbravando as matas virgens; abriram um canal ligando a lagoa de Macaliba a Natal, seguro pôrto. Com paternal carinho acolheram sempre os doentes e necessitados, suavizando-lhes os sofrimentos.

A história dêstes trezentos e tantos batalhadores, até hoje não foi escrita, e talvez mesmo não existam mais, por falta de documentos; todavia se acha ela gravada em letras de ouro no céu e no coração do Brasil inteiro.

Ainda hoje o nosso povo, cheio de admiração, relembra os nomes imperecíveis de Fr. Caetano Messina, Fr. Plácido de Messina, Caetano de Guatiêre, Serafim de Catânia, Sebastião de Mélia, Eusebio de Sales, Henrique de S. Pedro, Luiz de Belfort e inúmeros outros. O falecido D. Adauto Henrique de Miranda confessava que a sua vocação nasceu ao ler a vida de Fr. Caetano de Messina e as portentosas missões daqueles dias. «Eu também quero ser missionário, dizia êle, não frade, porém padre secular» e matriculou-se no Seminário de Olinda. Mais tarde transferiu-se para o Seminário de S. Sulpício na França, a conselho de D. Vital formou-se em direito canônico em Roma e

voltando à sua pátria, tornou-se um autêntico missionário, não conforme idealizara, mas segundo a santa vontade de Deus. Foi o primeiro Bispo e Arcebispo da Paraíba, forjador de inúmeros e virtuosos sacerdotes, um verdadeiro benemérito do Brasil e da Igreja Católica.

Das igrejas erigidas pelos capuchinhos basta citar: as catedrais de Maceió, Garanhuns, Pesqueira, Nazaré, Teresina, (Piauí); a Penha do Recife, Bom Conselho. Agua Preta, Atalaia, Brejo, Escada, Palmares (Pernambuco) e Ceará-Mirim (Rio G. do Norte); todas elas de apurado gosto artístico e dignos de ornar as mais progressistas cidades.

Não é, pois, de admirar que Antônio tão inclinado às cousas espirituais, e tão de perto convivendo com aqueles austeros moradores de N. S. da Penha, se sentisse atraído àquele mesmo teor de vida apostólica «Durante os seus estudos, escreve Manuel dos Reis, Antônio ouviu claramente a voz do céu, o chamado de Deus convidando-o ao ministério do altar».

Foi então o nosso jovem ter com Fr. Caetano de Messina, expondo-lhe minuciosamente os próprios desejos e pedindo-lhe conselho naquela sua resolução,

que tanto interessava o seu futuro e a sua felicidade.

O prudente missionário não lhe ocultou a severidade da Regra, o rigor das penitências e dos sacrifícios por ela impostos; fez-lhe ver a delicadeza da sua constituição e as comodidades a que estava acostumado desde criança; ademais não tinham os capuchinhos aqui noviciado nem casa de formação, ser-lhe-ia preciso ir para a Europa. Lá, a diversidade da língua, dos costumes, do clima lhe aumentariam os obstáculos. Mas o homem de espanto não se deixou desanimar; meditou, refletiu, orou e afinal resolveu «serei filho de S. Francisco, custe o que custar!» e perguntou ao grande missionário como isto se poderia realizar.

Disse-lhe então Fr. Caetano que o meio mais fácil era ingressar no Seminário de Olinda, e depois transferir-se para o de S. Sulpício, na França, onde se encontravam muitos brasileiros. Antônio, tomando os seus sábios conselhos, tratou logo de pôr em execução o seu tão almejado sonho.

CAPÍTULO III

Seminário de Olinda — na França — O Convento de la Santé

O SEMINÁRIO DE OLINDA. Fundado pelo eminente e zeloso Bispo, D. José de Azevedo Coutinho, em 1800, foi um fecundo viveiro, não somente de ótimos sacerdotes e bispos preclaros, como também de distintos seculares que no seio da sociedade muito honraram aquele respeitável educandário. «O Seminário de Olinda, escrevia um visitador, em 1808, é talvez o melhor que temos no Brasil... não só no que respeita à educação ingênua e liberal, mas principalmente à educação científica... que podem formar um bom cidadão e um eclesiástico instruído».

Foi este o Seminário que durante três anos abrigou o nosso Antônio, que logo ao sair do Colégio do Benfica, foi ter com o Reitor do referido estabelecimento a fim de tratar da sua admissão; nenhum obstáculo encontrou, dadas as ótimas informações apresentadas. Decorrido o pri-

meiro ano manifestou ao Exmo. Sr. Bispo, D. João Perdigão, o grande desejo que tinha de receber a batina; atendido o seu pedido, realizou-se a cerimônia no dia 16 de dezembro de 1860, na capela do bispado, revestindo-se a mesma de um caráter todo íntimo, quase secreto. Dêste modo já se ia Antônio desprendendo do mundo e das suas vaidades, para pensar semente em Deus e fielmente corresponder à graça da vocação.

Grande foi a admiração dos seus colegas ao vê-lo de batina. Não puseram dúvida à sua piedade, mas ficaram pasmados ante o segredo tão bem guardado e da decidida e pronta resolução que tomara.

Sem desmentir o ótimo conceito que dele faziam os seus antigos professores, com o máximo proveito iniciou o estudo da filosofia. Na conquista da ciência e das virtudes ia progredindo de mais a mais. A todos edificava pela admirável piedade e conduta verdadeira que lhe caracterizava. Agora achava-se mais perto de Nosso Senhor; a santa Missa, a Comunhão frequente e as conferências dos directores extasiavam-lhe a alma, sentia-se entusiasmado e, com o profeta Davi, re-

petia: «Ó, Senhor, quanto é bom ficar aqui; um dia só em vossa casa é melhor do que mil fora dêste paraíso terreal, tão consolador e feliz».

Passados os dois anos de filosofia, logo iniciou o curso teológico. Nos desígnios divinos, porém, Olinda não devia conservar por muito tempo o seu querido e esperançoso aluno. Antônio nem por um instante esquecera o fim último da sua vocação. Apenas teve a certeza de que o Seminário de S. Sulpício lhe abriria as portas, com pleno consentimento dos superiores e da sua família, voou para a França.

O SEMINARIO DE S. SULPÍCIO.

Assim chamado por causa da Igreja que lhe servia de Capela, foi fundado pelo Ven. Olier, em Paris, no ano de 1642. Gozando de justo e merecido renome em todo o mundo católico, atraiu ao seu seio filhos das mais diversas pátrias, e com especialidade do nosso estremecido Brasil.

Antônio embarcara no dia 1 de outubro de 1862, e chegou a Paris aos 21 do mesmo mês, quando contava 18 anos de idade. Um ano se escoou sem que Antônio, retraído e tímido como era, tivesse

oportunidade de mostrar os esplêndidos dotes de que era ornado, e não fôsem os seus compatriotas, teria mesmo passado inteiramente despercebido. Eis como a seu respeito se expressou D. Romualdo Seixas, seu patrício e condiscípulo: «De espírito calmo, eminentemente lógico, firme nos princípios, rigoroso nas consequências, sincero indagador da verdade, o jovem Antônio Gonçalves, com o trabalho atuado, e o versar os mestres com mão diurna e noturna, alentou as disposições da natureza. Diz Montaigne que as nossas almas desferem aos vinte anos o que hão de ser depois, e desde então prometem as posses que hão de ter. Foi o que se deu com Antônio Gonçalves. Era o mais lindo desabrochar de rosas a prometerem aroma. Perdido na multidão não sobrava o jovem Oliveira em virtude aos demais. O que, porém, atraía atenção de todos, superiores e iguais, é que sempre acharam-no cingido ao regulamento, e nunca ultrapassava os limites do dever. E se por acaso incorria na menor falta, a reparação era pronta. Mas os seminaristas de S. Sulpício, nós sobretudo, os brasileiros, não devíamos gozar por muito tempo da amável companhia do jovem pernambucano.

Impelido pelo toque sublime, não podia parar».

CONVENTO DE LA SANTÉ. «Onde está o teu tesouro, está o teu coração», disse Nosso Senhor. Ora, bem sabemos que o tesouro, a esperança do jovem pernambucano era abraçar a Ordem Capuchinha, e o Seminário de S. Sulpício era apenas a ponte de passagem para a conquista do seu supremo ideal.

Em Paris não procurou conhecer as belezas, os monumentos da grande metrópole intelectual do mundo. Uma só cousa lhe interessava conhecer; era a residência dos capuchinhos, o Convento de la Santé, em cuja capela gostava de rezar, e grande era a sua satisfação quando se lhe deparava ensejo de conversar com aqueles santos e austeros religiosos.

Para lhe provar a vocação, o Reitor do Seminário lhe proibiu terminantemente estas visitas. Antônio, embora constrangido, obedeceu, cegamente, às ordens do superior, negando a si mesmo aquela inocente satisfação. Terminando o primeiro ano letivo no Seminário de S. Sulpício, após os exames de filosofia, nos quais conseguiu ótimas aprovações, resolveu realizar o seu propósito.

Antes, porém, quis implorar do céu luz e forças e confiar à SS. Virgem o bom êxito de tão importante negócio, do qual inteiramente dependia a sua felicidade futura, e em companhia de um amigo dirigiu-se a Notre Dame de Chartres. Sua torna e quase infantil devoção para com a boa Mãe do Céu, deu-lhe a firme convicção de que, apoiado n'Ela venceria todos os obstáculos; Ela o haveria de conduzir por caminho seguro: *iter para tutum*.

Voltou pois daquêle santuário tão iluminado, confortado e animado que anos depois assegurava: «Si tivesse previsto então a estranha sorte dolorosa que me estava reservada, ainda com melhor vontade, teria desejado cumpri-la». Animado de tão firme coragem apresentou-se ao Pe. Provincial dos Capuchinhos.

Dirigia então a Província o eminente Fr. Lourenço, religioso de comprovada virtude e profunda inteligência, o qual tanto contribuiu para o reflorescimento da Ordem na França, que apenas começava a ressurgir das cinzas da revolução francesa.

O Superior o recebeu com extrema delicadeza animando-o a expôr o seu desejo; todavia, após ouvi-lo atentamente, não

aprovou plenamente a sua decisão, em vista das inúmeras dificuldades que com a sua inteligência perspicaz já antevia. Primeiro ficaria muito longe da família, depois a grande diferença de clima, a sua compleição franzina; tudo parecia indicar que não estava destinado a uma vida tão rigorosa como a franciscana. Antônio, sem desanimar, respondeu que, apesar das aparências, se julgava bastante forte para suportar vitoriosamente as provas a que de boa vontade se vinha submeter. Quanto ao clima, já estava um pouco acostumado, pois já há um ano se encontrava ali sem sentir a mínima alteração física, enfim acrescentou que, sendo seus pais muito piedosos, principalmente a sua mãe, grande devota do Seráfico Patriarca S. Francisco, e muito dedicada à Ordem Capuchinha de forma alguma se oporiam à sua vocação. Com tal ardor pleiteou a própria causa, que o P. Provincial, vencido, permitiu-lhe a entrada no noviciado. Conseguida a necessária obediência, não cabendo em si mesmo pela vitória alcançada voltou ao Seminário. «Exultava de alegria», disse ele a um colega, quando pensava na felicidade que acabava de alcançar».

CAPÍTULO IV

Noviciado — Profissão — Estudos — Sacerdócio

NOVICIADO. Antônio, sem perder tempo, foi logo no dia seguinte, 16 de julho de 1863, a Versalhes, onde estava o convento do noviciado. Apresentou ao P. Mestre a carta de admissão e ficou combinado que receberia o hábito a 15 de agosto, ficando entretanto no convento participando, desde já, da vida religiosa.

Naqueles dias ao P. Bentes do Pará escrevia: «Ah! meu caro amigo, a minha linguagem é insuficiente para lhe manifestar os transportes de alegria, de júbilo em que vivo! Oh! não tenho tempo para dizer-lhe alguma coisa das venturas que minha alma goza aqui nesta santa casa do Senhor; só lhe digo que não me lembro mais do mundo, estou onde minha alma há tanto tempo desejava viver. Ah! estou no paraíso.»

Aos 15 de agosto realizou-se a tocante cerimônia da vestição do hábito. Anima

do daquelas santas disposições, iniciou o seu santo noviciado, trocando então o nome de Antônio pelo do chefe da gloriosa falange dos filhos de S. Francisco, mártires em Marrocos, passando-se a chamar Fr. Vital Maria de Pernambuco como daqui por diante o trataremos. Com o noviciado começou o seu lento martírio, que no dizer de S. Luiz de Gonzaga é mais meritório do que o martírio de sangue. Por permissão divina, o P. Mestre, Fr. Saviniano, enganou-se a respeito de Fr. Vital. Julgava-o de inteligência mediocre, simplório, e duvidando mesmo da sua vocação, não perdia ocasião para experimentá-lo.

O P. Vice-mestre, Fr. Afonso, era ainda mais severo, chegando às vezes a tratá-lo com exagerado rigor. Estava-se em pleno inverno: enquanto os noviços iam aquecer-se, Fr. Afonso ordenava a Vital que fôsse espanar as teias de aranha da sala; e o piedoso noviço obedeceu prontamente embora jamais encontrasse as teias de que lhe falara o padre. Voltando, apenas se sentava junto ao fogo, lhe bradava o Vice-Mestre: «Vá terminar o seu trabalho que ficou mal feito»; e o humilde noviço, sem perder a paciência,

ia novamente procurar as invisíveis teias de aranha. Passado algum tempo o padre vendo-o sempre tão calmo e resignado disse-lhe: Estou vendo que é impossível fazer com que você se zangue».

DOENÇA. Devido ao excessivo frio do inverno de 1863-64 no mês de março, contraiu Fr. Vital uma tosse seca e obstinada. A princípio o jovem noviço, por simples espírito de mortificação, silenciou, esperando melhorar na primavera; e somente quando o mal se agravou causando-lhe dores fortíssimas, foi ter com o P. Mestre, que secamente lhe respondeu: «O melhor remédio é não fazer caso da moléstia!» O pobre noviço não insistiu, porém o mal foi progredindo até aparecer a febre.

Chamado o médico, este, após examiná-lo, declarou-o atacado de tosse perniciosa, afirmando ser demasiado tarde para debelar o mal; somente paliativos lhe poderiam ser aplicados. Daí a origem do mal de laringe que durante toda a vida o atormentou. Graças, porém, aos cuidados do P. Mestre, que arrependido reconheceu a própria falta, a tosse desapareceu e o doente recuperou uma relativa saúde, de modo que poudes continuar o

noviciado. Mas a convalescença exigira muito tempo e assim teve êle de esperar mais dois meses para emitir os seus votos.

PROFISSÃO. Na reunião anterior à profissão, o P. Mestre apresentou formal opposição à admissão de Fr. Vital, alegando que a sua delicada saúde, a sua débil constituição e a diferença de clima impediam-no de trabalhar na Ordem.

Procurou então a Comunidade informar-se acêrca do comportamento do jovem noviço, e a resposta foi um elogio irrestrito: «Tem sido em tudo e por tudo de um comportamento irrepreensível. Nada tenho a dizer, e no seu modo de proceder satisfaz inteiramente».

Diante disso, não obstante o parecer contrário do P. Mestre, foi unanimemente aprovado, e aos 19 de outubro de 1864 realizou-se a sua tão suspirada profissão. Naquele dia estava êle radiante de felicidade e santidade. Deus lhe proporcionava essa alegria tão pura e sem mescla, que acompanha nas almas religiosas a inteira doação de si próprio, para melhor prepará-las para os sofrimentos vindouros.»

Para iniciar os estudos superiores o enviaram a Perpignan. Ao despedir-se do

do P. Mestre, ouviu estas ásperas palavras: «Você nunca dará para nada. Jamais chegará a ser sacerdote e muito terá que sofrer». Fr. Vital humildemente respondeu: «Meu Pe. Mestre, não pedi ingresso na religião para nela me tornar notável, por trabalho e além dos que Deus me destina. Nem mesmo quis visar a glória de sacerdote».

Vim para a glória de Deus e salvação de minha alma. Si não puder ser um bom padre, pedirei para ficar como um simples leigo e espero que Nosso Senhor terá piedade de mim até o fim». Contava isto o próprio Fr. Vital nos últimos dias de sua vida às pessoas intimas e sorrindo acrescentava: «Apesar disso o Espírito Santo quis fazer-me Bispo aos 26 anos».

Se o Pe. Mestre não era profeta era um bom diretor, e assim D. Vital concluiu: «O bom mestre nesse dia deu-me conselhos tais, traçou-me uma norma de proceder tão segura, tão apropriada ao meu estado que sempre me felicitei por tê-la seguido».

ESTUDOS Reinava em Versalhes rigorosíssimo inverno. Certo dia, sentiu-se Fr. Vital extremamente fraco e abatido. Vendo-o assim Fr. Cândido o levou à

sala afim de se aquecer junto ao fogão, e aí passou toda a manhã. Sem demoras os superiores o mandaram a Perpignan, afim de que pudesse continuar os seus estudos. Nesta viagem, que foi bastante penosa, foram seus companheiros: Fr. Apolinário e Fr. Exupério. Em Perigueux esteve prêso ao leito durante dois dias; graças, porém, à caridade fraternal e o extremo carinho com que foi tratado, reanimou-se e pôde continuar a viagem chegando ao seu destino a 20 de novembro.

A seu respeito, deixou-nos Fr. Apolinário esta memória: «Fui testemunha durante 14 meses dos sofrimentos d'esse rapaz. Sensibilíssimo por natureza, acatolava-se para prevenir a moléstia, porém quase nunca o conseguia. Todavia nunca se queixava, nem mesmo deixava escapar nenhuma lamentação, cousa tão comum nos doentes.»

Certo dia, por ordem do Dr. Puig lhe applicaram um vesicatório no braço. Vendo Fr. Apolinário que a chaga estava muito inflamada com a caridosa intenção de curá-lo quanto antes, preparou uma cataplasma e sem esperar que a mesma resolvesse, applicou-a immediatamente. O paciente, pelo excesso da dor, contraiu

a fisionomia, mas dos seus lábios nem sequer um gemido escapou.

Embora o inverno fôsse muito mais suave em Perpignan, todavia o médico, declarou que o mesmo succumbiria no ano seguinte. Então o Pe. Guardião pensou em consultar o Pe. Geral em Roma, perguntando-lhe se podia enviar Fr. Vital a S. Paulo (Brasil) para concluir os seus estudos naquêlê semnário, cujos directores eram os capuchinhos da Saboia. O Pe. Geral, após profunda reflexão, não julgou prudente derogar a regra geral. No Brasil não havia casa de formação e nunca fôra permitido que um religioso se afastasse da vida conventual antes de completar os estudos e a formação religiosa. Se êle quisesse, não haveria dificuldade em obter a dispensa dos votos e retornar ao Brasil; mas se desejasse continuar a pertencer à Ordem, devia fazer o sacrificio de ficar na França com prejuizo mesmo da saúde e se necessário da própria vida. O golpe era por demais rude; outro teria logo pensado se não seria justo procurar outro estado para melhor servir a Deus. Todavia, Fr. Vital, sem hesitação, declarou que queria viver e morrer Capuchinho. «Uma alma guerreira é senhora também do seu corpo», disse De la Fon-

taine, e Deus ia recompensar-lhe o heroísmo.

Por este tempo era seu confessor Fr. Apolinário que assim se expressou

«Tive então a consolação de penetrar até o âmago de sua consciência e ler claramente na sua alma. Ela jamais se perturbou. Era admirável a sua calma principalmente por que eu conhecia a sua grande sensibilidade. A fonte dessa serenidade imperturbável estava portanto numa virtude e numa inteligência tão elevadas que as pequenas faltas, as fragilidades e misérias humanas que testemunhava ou de que era vítima, a seus olhos pareciam brinquedos de criança e combates de formigas».

«Este rapaz de 20 anos, de aparência fraca e delicada, era superior a todos os homens que o cercavam e a todos os acontecimentos que o atingiam. Sob o ponto de vista físico, quase não tinha mudado em coisa alguma desde o noviciado. Parecia mais jovem do que era. Ainda não era tão alto como o vimos depois. Sua cabeça parecia desproporcionada em relação à estreiteza dos ombros. Quando Bispo, sua altura fazia realçar a dignidade episcopal. Em seu semblante, em

suas palavras, em seus gestos, em seu andar desde muito jovem, lia-se um candor virginal, que me emocknava e me causava um profundo sentimento de admiração».

No verão de 1865, Fr. Apolinário, então superior, o enviou aos banhos que lhe fizeram um bem extraordinário e assim sem graves inconvenientes pôde continuar os estudos. Seguiram-se outras provações. Era superior Fr. Cipriano, ótimo administrador, mas sempre doente e de um temperamento tão irascível que levava a vida em cometer atos de impaciência e outras tantas de humildade. Durante este tempo teve Fr. Vital de sofrer mais do que os outros, até que enfim os próprios religiosos, admirados ante a excessiva severidade com que era ele tratado aconselharam no que fôsse pedir explicações a respeito. Com certa repugnância foi enfim ter com o Superior, que lhe deu esta resposta: «Eu mesmo não sei qual o motivo, compreendo porém, que o faço sofrer muito». Falou com tanta humildade que Fr. Vital ficou profundamente comovido e, graças a Deus, desde então reinou entre ambos a mais perfeita harmonia.

Nos estudos era por muitos julgado de inteligência comum; Fr. Apolinário, porém, que tão bem lhe soube apreciar o raro talento, dizia: «Tive ocasião de perceber que êle estudava com raríssima facilidade». O fato era que naturalmente modesto, recolhido e parco de palavras, não era fácil compreender o seu valor.

No Brasil, a sua estremecida mãe não tinha outro assunto a não ser o filho querido. As cartas vindas da França, fontes de doutrinação e incentivo à piedade, passavam de mão em mão. Porém nunca êle deu ensejo a suspeitarem das suas lutas e dos seus sofrimentos. Com as ásperas provações acumulava energias, para um dia mostrar-se à face do mundo o homem de espanto como o chamava sua mãe. Terminado o curso de Teologia Dogmática, passou ao Convento de Tolosa para iniciar o estudo da Moral e preparar-se ao Sacerdócio.

A capital de Aquitânia, em companhia de afáveis e caridosos irmãos, lhe fez esquecer totalmente um doloroso passado restituindo-lhe também, de um certo modo, a saúde de há tanto abalada.

«Sim, meu caro Fr. Bartolomeu, escrevia do Brasil, guardo e guardarei du-

rante tôda a minha vida a lembrança de nossos belos dias de Tolosa. Nunca me será possível esquecer nossas ansiedades, nossas incertezas, nossas perplexidades e enfim o feliz resultado de nossa ordenação sacerdotal. A capelinha da Imaculada Conceição de Matabieau, e a corimôma daquele dia tudo ainda está bem gravado em meu espírito. Dê-me notícias de nossos companheiros de estudo; o que são êles agora? Conte-me alguma coisa da velha Europa. Talvez não pense nisto; estou em minha cara pátria, e estou contente. Entretanto, por vezes, tenho tantas saudades dessa França tão generosa. Oh! é que foi ali que tive a felicidade de nascer para a vida religiosa, e por isto meu coração lhe é reconhecido».

Não era a gratidão a última das suas virtudes.

Em junho de 1867, ánsiosos por verem-no livre da doença da laringe que o atormentava, mandaram-no em companhia de Fr. Bartolomeu a Vernét-les-Bains, onde passou três semanas com grande proveito para sua saúde. De volta, já parecia completamente restabelecido e pôde com o mesmo ardor continuar os estudos de teologia. Aos 8 de dezembro

recebia o subdiaconato, aos 6 de junho seguinte o diaconato e dois meses mais tarde, no dia 2 de agosto de 1868, pelo Exmo. Sr. D. Despréz, na Igreja da Imaculada Conceição de Matabieau lhe era conferido o presbiterato. Apenas sacerdote, os Superiores enviaram-no para S. Paulo (Brasil) para ensinar no Seminário e fortalecer a saúde.

CAPÍTULO V

Frei Vital em S. Paulo

De volta ao Brasil, teve ôle licença de visitar os seus pais em També, que dista 20 léguas do Recife. Chegando a casa, a sua extrema fraqueza e o enfado da viagem por dois meses e meio o prenderam ao leito. Nestas circunstâncias dirigiu-se por carta ao P. Eugênio de Rumilly, Superior do Seminário de S. Paulo, expondo-lhe o ocorrido, alcançando assim a permissão para se demorar mais algum tempo.

Apenas se sentiu melhor, logo retornou ao Recife, onde aos 12 de fevereiro embarcou com destino ao Rio. Em Maciô, porém, sentindo-se mal, viu-se forçado a interromper a viagem. Alí, em casa do vigário, Cônego Duarte, esteve hospedado enquanto esperava um navio que o conduzisse ao seu destino. Enfim aos 3 de abril de 1869 chegou a S. Paulo, em tal estado de abatimento, que os próprios religiosos, vendo-o, perguntaram se lhes

tinham enviado um auxiliar ou um agozante. Todavia, a amenidade do clima, a paz do espírito e os desvelados cuidados dos seus irmãos de hábito, muito concorreram para que em breve pudesse iniciar as suas aulas e preparar-se para a pregação.

De S. Paulo escrevia êle para a França: «Sou feliz aqui em S. Paulo e ousa esperar em nossa doce Mãe Maria SSma., que irei até o fim. Os Padres de Saboia que estão aqui, são homens escolhidos e excelentes religiosos. Temos de ensinar e nos ocupar no santo ministério, por que frequentemente somos chamados a pregar, tanto na cidade como no campo».

Passou pois D. Vital parte do ano de 1869-70 em Itú, como se releva da seguinte carta: «Atualmente estou passando bem; ainda sofro um pouco da garganta, mas estou melhor. No ano passado tomei banhos de mar e aproveitei tanto que este ano pude pregar, todo o mês de março, no Colégio das Irmãs de S. José em Itú onde estou há alguns meses; vou também tomar banhos este ano e voltarei com a graça de Deus. Quando lá estiver lembrar-me-ei do belo mês que passamos em Vernet».

Embora em sua pátria, não esquecia

a França que lhe dera a vida religiosa. Interessava-se pelos companheiros, com os quais mantinha uma larga correspondência cheia de santa alegria. «Sua bellissima carta, dizia a um deles, veio me causar uma grande satisfação e uma doce surpresa, pois que há muito que desejava ter notícias de sua saúde, e a carta chegou-me quando principiava a perder a esperança de a receber. Ela deixa vêr que é sempre o mesmo; isto é, que conservou sempre o mesmo caráter feliz, prazenteiro e contente. Meu caro amigo, é uma verdade consoladora que a graça e a alegria da alma aliviam a nossa cruz e suavizam as nossas penas. A carta me diz que êle tem progredido. Sua demora em Paris desenvolveu muito sua veia poética. Não sabia que as águas do Sena, o barulho e a fumaça das chaminés de Paris fossem tão favoráveis para desenvolver as idéias poeticas. Mas pode ser efeito das esplêndidas avenidas, das belas ruas, dos magníficos passeios públicos e dos jardins arrebatadores que encantam a vista, avivam a imaginação e acendem os raios da poesia nos corações sensíveis. O que há de certo é que, para mim indo a Paris sentia inflamar-se meu coração na chama da poesia;

mas agora tudo se apagou e me tornei completamente frio como o gelo que pisava.

«Desculpe meus gracejos, filhos dum coração que lhe é sempre muito afeiçoado. Levamos a nossa cruz, rindo... Peço-lhe o favor de me anunciar quais são os Provinciais e os superiores das três Províncias. Se bem que longe, me interesse pela sorte da nossa Ordem na França à qual eu sou e serei sempre ligado.»

A outro escrevia: «Ele me acusara de ingratidão a seu respeito porque não escrevi ainda uma só palavra desde que saí desso nobre França. Minha culpa não é voluntária; viajei sempre desde que cheguei ao Brasil, e as comunicações não são muito fáceis como na Europa. Agora eis-me chegado a casa para onde Nosso Senhor teve a bondade de me chamar; daí, eu, o pequeno missionário destes lugares afastados, do interior do Brasil, envio a vós pregadores eloquentes da capital do mundo civilizado uma afetuosas saudação.»

PROFESSOR E PREGADOR. Como professor era Fr. Vital claro, comunicativo; mostrando-se senhor da matéria que

leccionava. Como pregador, si bem que com voz um pouco fraca, seus patrícios gostavam de ouvi-lo, porque, conhecedor profundo da alma humana, sabia penetrar os corações e comovê-los. Tanto a Sagrada Escritura como também os Santos Padres e Doutores da Igreja éle os manuseava dia e noite, de modo que com facilidade applicava os seus argumentos. Profundo conhecedor da História Ecclesiástica e civil, sabia trazer as melhores provas da divindade de nossa santa religião e applicá-las às necessidades de nosso tempo.

CAPÍTULO VI

Eleva Bispo Carta de Pio IX —
Sagração Episcopal

BISPO DE OLINDA Em S. Paulo passou Fr. Vital os três anos mais tranquilos de sua vida. Pelos fins de maio de 1871 recebeu uma carta do Ministro do Império, annunciando-lhe tê-lo designado para ocupar o bispado de Olinda. Imaginai a surpresa do jovem frade. Quem teria lembrado ao Imperador o seu nome? Talvez o Ministro que era amigo particular da família do humilde capuchinho. Além disso, querendo o Imperador testemunhar a sua gratidão para com a Ordem Capuchinha pelos relevantíssimos serviços prestados ao Brasil, aproveitou o ensejo de nela achar um padre brasileiro para elevá-lo à dignidade episcopal. Fr. Vital procurou logo consultar a respeito Fr. Eugênio de Rumilly, superior do Seminário: porém tanto este como Fr. Cactano de Messina opinaram pela aceitação da insigne honra.

CARTA DE PIO IX. Demorando-se a confirmação da Santa Sé, a conselho de Mons. Internúncio dirigiu-se Fr. Vital por carta ao Santo Padre, pedindo-lhe o n. vrasse de tão grande responsabilidade, mas a sua carta obteve justamente o efeito contrario, pois o Sumo Pontífice aos 22 de dezembro o preconizava Bispo e no mês de janeiro respondia-lhe com uma carta toda consoladora. Nela lhe dizia que, apesar da mocidade, ele era realmente chamado por Deus. «O conceito humilde que de ti formas, o medo do formidável ônus, o cuidado em declinar da dignidade oferecida e ao mesmo tempo a plena conformidade às disposições do alto, assim como atestam a idônea disposição de tua alma, assim prometem que te hão de obter largamente os auxílios do céu. A declaração que fazes de teu afeto e obediência para com a Igreja e com esta Sé Apostólica, da mágoa que tens sentido pela nefasta guerra que lhe é feita, do propósito de cada vez mais estreitamente aderir a uma e outra, mostram que tu, confirmado com a suprema virtude, has de extremamente defender a causa de Deus e nada omitir que possa dizer respeito à salvação e proveito do rebanho a ti confiado.

«Por isso, não podendo tu duvidar da divina vontade, deixa de lado tôda a apreensão e confiado só Naquele em que tudo poderás, põe nele teu cuidado e cheio de coragem começa o bonum opus de que vais ser encarregado.»

Fr. Vital obedeceu e preparou-se para receber a plenitude do Sacerdócio.

SAGRAÇÃO. Achando-se vaga a Sé de S. Paulo, a convite do mesmo Fr. Vital, officiou como bispo sagrante D. Pedro Maria de Lacerda, Bispo do Rio de Janeiro, sendo consagrantes o Vigário capitular Cônego Joaquim Mano de Andrade e o tesoureiro-mór do mesmo cabido, cônego Manoel Emílio Bernardes. Serviram de paraninfos os Srs. Cons. Vicente Pires da Mota e o Dr. Martinho da Silva Prado. Achavam-se presentes a esta tão bela e imponente cerimônia o Presidente da Província e demais autoridades civis e militares, e enorme multidão que se apinhava no templo ricamente ornamentado.

No largo da Catedral estava postado um batalhão da Guarda Nacional e no Colégio um parque de artilharia, que antes e após a cerimônia deu as salvas de estilo.

Os Prelados ao saírem da Sé, com

dificuldade puderam abrir caminho entre a multidão que se atropelava para lhes beijar o anel. Foram quase levados processionalmente ao Seminário, acompanhados de numerosos assistentes e de todo o povo.

A tarde foi servido um lauto jantar e à noite uma banda de música foi tocar em frente ao Seminário, enquanto se illuminavam tôdas as igrejas e o Seminário.

Bem moço era D. Fr. Vital, pois não contava ainda 28 anos, quando foi elevado à sublime dignidade episcopal. Mas outros exemplos illustres temos na história eclesiástica, bastando citar S. Luiz, Franciscano, Bispo de Tolosa e S. Carlos Borromeu que com 24 anos foi Arcebispo de Milão e Cardeal. Notando isto, D. Pedro Maria de Lacerda, no brinde que levantou, no banquete, a S. M. o Imperador, ao Bispo e à Ordem Capuchinha, disse que esta nomeação importava num reconhecimento da religião e do patriotismo de S. Majestade o Imperador, que queria premiar em D. Fr. Vital os relevantísimos serviços que em três séculos tinham prestado os religiosos Capuchinhos ao Brasil. Um dos beneméritos se achava presente, o Revmo. Fr. Caetano de Messina,

além do Prefeito Fr. Eugênio de Rumilly e outros irmãos de hábito que ensinavam no Seminário.

1.^a CARTA PASTORAL. D. Fr. Vital apressou-se em escrever ao Vigário Capitular de Olinda, Mons. João de Paiva Torres, conferindo-lhe plenos poderes de substituí-lo até sua posse. Na mesma ocasião escrevia ao Clero e fiéis da vasta diocese a sua primeira Carta Pastoral datada do dia de sua sagração. É uma carta verdadeiramente saída dum coração franciscano, humilde e caridoso:

«Com a alma ainda impregnada de santas e suaves emoções, vos anunciamos, Irmãos e filhos muito amados, que esta manhã o Pontífice do Altíssimo entornou sobre nossa cabeça o óleo da Alegria que nos distingue dos nossos companheiros, conferindo-nos a plenitude do sacerdócio, o óleo das bênçãos celestiais com o qual o Senhor Nosso Deus, não obstante a nossa máxima indignidade, nos ungiu Vosso Bispo. Aos vínculos da natureza, que já estreitamente nos prendiam a vós, dignou-se a Divina Providência reunir os dons de graça, indissolúveis e eternos... Saúde, forças, faculdades, até a própria vida,

tudo, tudo agora pertence a vós Irmãos e filhos caríssimos, por amor de quem consentimos em deixar, si bem que muito a nosso pesar, a querida solidão do Claustro que havíamos escolhido para morada, e donde não contávamos sair senão para entrar no eterno descanso.»

Tem saudade da doçura do claustro e se recomenda às orações dos irmãos afortunados que ficam, para que nos combates seus esforços sejam coroados de feliz êxito.

Depois saúda seus diocesanos aos quais desde já consagra toda a ternura, afeto, dedicação: «garantindo-vos que, si o vosso Bispo não tem a seu favor o mágico poder da virtude, nem tão pouco o prestígio da ciência, ao menos sente palpar-lhe no peito um coração de Pastor, um coração que sabe amar as suas ovelhas e tudo sacrificar ao bem das almas».

Conforta-o saber-se pai de um povo que o viu nascer; um povo nobre, distinto, bem conhecido pelo seu amor à religião, à Pátria, ao verdadeiro progresso. Olinda tem ilustres cônegos, professores sábios e virtuosos, clero numeroso, religiosos e religiosas que o ajudarão no cargo pastoral.

Inúmeros são os erros modernos, as rebeldias, a indiferença e corrupção dos costumes, mas à semelhança dos apóstolos espera tudo vencer pela caridade para cumprir a missão divina que lhe aca-
bara de ser confiada.

Isto o impele a recomendar vivamente a caridade. Na pregação e no tribunal da penitência, entre os fiéis e nas famílias atear sempre o fogo da divina caridade.

«Nós vos daremos em tôda e qualquer circunstância exemplos desta virtude. Quando ainda devéssemos usar de autoridade, jamais o faremos sem primeiro ter esgotado todos os recursos da caridade.»
(Veja a Pastoral: Saudando aos seus diocesanos. Vol. III — pág. — 17).

CAPÍTULO VII

Sua Posse — Primeiros Atos — Pioneiro da Ação Católica

POSSE. D. Fr. Vital sem demora deu início à sua missão. No Rio, antes de embarcar, visitou S. M. D. Pedro II, o Dr. João Alfredo e o seu sagrante D. Pedro Maria de Lacerda.

Com destino ao Recife, tomou passagem no navio Ceará. Aos 21 de maio avis-
tava Maceió, primeira cidade de sua Dio-
cese, onde, apesar do seu desejo, não lhe
foi possível desembarcar em virtude do
mau tempo reinante. As 8 horas do dia
22 aportava ao Recife, onde foi solene-
mente recebido por todas as autoridades
civis e militares, pelo clero secular e re-
gular e por imensa multidão. Conduzido
pontificalmente sob o pálio até a Igreja
do Divino Espírito Santo, aí foi entroni-
zado; em seguida avisando que a
posse da Sé de Olinda, dirigiu-se ao Paço episcopal, onde
as autoridades, o clero e a população.

sessem visitá-lo, patenteando assim a sua extrema e paternal bondade.

No dia 24 Olinda vibrou do mais intenso júbilo e o céu, com um sol verdadeiramente esplêndido, parecia associar-se àquela magnífica homenagem.

Apenas ao varadouro chegou D. Vital, começaram os sinos a repicar enquanto girândolas festivas fendiam os ares. Moveu-se então a imponente procissão rumo à Sé, sob o pálio que era conduzido pelo Vice-presidente da Província, pelo Comandante de armas Emílio Luiz Malet, pelos vereadores da Câmara Municipal, pelo Juiz da Comarca e por outras pessoas de destaque social, procedia pontificalmente o Bispo. Formaram alas a O. III. de S. Francisco de Olinda, as Irmandades do Santíssimo Sacramento da Sé e da matriz de S. Pedro Mártir, e mais sete irmandades locais. O Seminário episcopal com o seu reitor, Mons. Dr. Gregório Liparoni e o Cabido, padres regulares e seculares, e uma imensa multidão que enchia as ruas.

Na Catedral, após a leitura da Bula de nomeação e a cerimônia da posse, foi entoado o Te Deum em ação de graças.

Fez a oração gratulatória o Revmo. Dr. Luiz Ferreira Pelinca, a quem D. Fr. Vital respondeu com a saudação franciscana: «A paz seja convosco», convidando a todos a se reunirem ao redor do pai e pastor enquanto afetuosamente a todos ia abençoando. (Discurso ao tomar posse da Sé. Vol. III pág. 19 — 27).

Otíma foi a impressão deixada pela oração de D. Fr. Vital. Um dos mais altos magistrados do Brasil dizia: «D. Fr. Vital era um homem de elevado pensamento; cuidou sempre da verdade: muitos puderam julgar que se enganasse, mas ninguém o pôde acusar de ter transigido com seus princípios, cuja inflexibilidade todos lhe conheciam. Eu o ouvi pregar. Sua alta estatura, sua voz suave e simpática desde o começo, atraíam; éramos conquistados logo também por outras qualidades: pela forma literária e pelo grande amor que mostrava a todos ouvintes».

Todos os jornais minuciosamente narraram aquelas manifestações, afirmando que jamais fôra presenciada tão magnífica e imponente recepção. Selou o juramento do Príncipe da Igreja de Olinda.

enquanto pelas autoridades civis e militares era desfraldado o pavilhão nacional e a fortaleza do Brum dava as salvas de estilo.

Naquele dia tudo era paz, concórdia e alegria.

PRIMEIROS ATOS. O Palácio da Soledade, residência episcopal, apresentava uma sóbria e imponente dignidade. A sala do trono e os salões de recepção eram nobres e artisticamente decorados, como convinha a um chefe espiritual de quatro Províncias e membro do Conselho privado do Imperador. Mas quanto aos seus aposentos particulares quis permanecer fiel ao «Poverello» de Assis, dispensando o colchão e contentando-se com uma simples esteira.

Dormia poucas horas, e até alta noite era visto em oração e profunda meditação na sua Capela. Dizem que usava um cilício e um cinto de ferro, e quando não se achava doente fazia a disciplina três vezes por semana, seguindo o mais estritamente possível a santa Regra Capuchinha.

Logo dispensou os escravos postos a sua disposição, dizendo que diante de Deus todos somos irmãos. A todos tratava com

a mesma cordialidade. As portas do seu Palácio estavam sempre abertas de par em par a todos que o procuravam.

Sua fácil intuição lhe dava a solução de problemas às vezes difíceis e complicados: e sua caridade sabia envolver uma recusa necessária com palavras e conselhos, que acalmavam os descontentes. A qualquer hora do dia ou da noite recebia os padres vindos de longe, dando o necessário expediente. Dos mesmos, porém, exigia obediência irrestrita em se tratando da boa ordem e observância da lei divina ou eclesiástica; neste caso era intransigente para com todos, até com os parentes.

O SEMINARIO. Seu primeiro cuidado foi o Seminário. Olinda possuía apenas o Seminário Maior. Neste fez algumas reformas; dotou-o de lentes sábios, seguros na fé e de moral inatacável, em que os seminaristas se pudessem espelhar tornando-se verdadeiros apóstolos da nossa santa religião. Ao Seminário ia ele duas vezes ou mais por semana, afim de se certificar das necessidades mais prementes e da observância rigorosa das suas ordens. Assistia os exames que eram um

tanto severos, afim de que mestres e seminaristas compreendessem a importância e as exigências da Igreja, no que toca à sua própria honra e ao bem das almas. Um padre ignorante é repellido pelo próprio Deus: *quia scientiam repulisti repellam-te*.

Fundou o Seminário Menor, afim de melhor conservar a santa pureza nos adolescentes e insinuar-lhes no coração um sincero amor e docilidade para abraçar alegremente o jugo do Senhor, conservando-os assim longe dos escândalos e do contacto do mundo sedutor.

De tudo isto deu parte ao Internúncio, pedindo que o dinheiro que lhe oferecia o Governo, pudesse ser empregado no Seminário Menor, acrescentando: «É este o maior serviço que podia êle prestar à minha diocese.»

AÇÃO CATÓLICA. Mantinha a maçonaria naquele tempo um órgão oficial — «A Verdade» combatido então pelo o — «Católico» publicado pelos jesuitas, e cujas oficinas foram empasteladas em maio de 1873. Para continuar a luta contra a imprensa inimiga, D. Fr. Vital deu vida ao jornal «A União» redigido pelo

Dr. José Soriano, o qual teve um importante papel e grande destaque na célebre questão religiosa.

Fundou a **Associação Brasileira Ortodoxa** recrutando centenas e centenas de cidadãos que formaram uma poderosa legião de verdadeiros católicos, prontos a sacrificarem a própria vida em defesa da fé, gloriosamente sustentada pelo Pastor amado e que em breve, se não tivesse havido a prisão do Bispo, ter-se-ia estendido por todo o Brasil. Já bem podemos afirmar que D. Fr. Vital foi o pioneiro da **Ação Católica**, e se lhe tivéssemos seguido o exemplo, hoje não teríamos de reiniciar a peleja, mas apenas aperfeiçoá-la de acôrdo com os tempos.

O povo o seguia. Grande multidão afluía ao templo para lhe ouvir a palavra divina que elcquente e ungida lhe afluía dos lábios; o Clero mostrava-se digno de semelhante chefe. Prêso, desterrado, sacrificado até materialmente, foi ardoroso, inabalável na peleja. O Clero de Olinda escreveu uma grande e gloriosa página nos annais da Igreja Brasileira.

CAPITULO VIII

A Questão Religiosa — Sua Origem — Provações

«Se perseguirem a mim, também perseguirão a vós», disse Nosso Senhor Jesus Cristo: o que até hoje se tem fielmente cumprido. Em todos os tempos tem a Igreja Católica sido perseguida. Porém não sabemos se depois da terrível perseguição de Diocleciano e Maximiano, outra mais geral existisse do que a do decênio de 1870-80.

Jamais se viu o Papa tão abandonado pelos governantes se bem que católicos; nunca se viu a Igreja em luta tão encarniçada e universal. Como, porém, a forma, os princípios, os processos eram idênticos em toda a parte, podemos logicamente deduzir que não somente a sua origem como também os seus promotores eram sempre e em toda parte os mesmos, tendo por único objetivo a completa destruição da Igreja Católica.

E fôsse a Igreja obra humana, certa-

mente teriam conseguido o seu nefando intento. A perseguição no Brasil enquadra-se na guerra geral contra ela. Bismarck chefiava a coligação judia — maçônica — protestante e era quem então dirigia a luta. Entendeu exterminar a Igreja Católica e promoveu o Kulturkampf. Encarcerou mais de sete bispos, desterrou 103; condenou mais de 2000 eclesiásticos, 200 cidadãos, 133 jornalistas; dissolveu 50 associações, simplesmente por defenderem a religião.

Em Trévires, invadiram uma igreja, enquanto se celebrava a Santa Missa, feriram e assassinaram inúmeros fiéis e arrancando o celebrante do altar levaram-no à prisão. Diariamente se repetiam êstes sacrilégios.

Na Suíça eram as igrejas fechadas, os Bispos desterrados, 70 vigários suspensos, simplesmente porque batizaram ou ensinavam o catecismo.

Em Constantinopla os cismáticos exterminavam os fiéis e de armas em punho se apoderavam dos templos sagrados.

Na Áustria, perseguições tremendas eram movidas contra os bispos e padres, enquanto se denunciava a Concordata com a Santa Sé.

Na Baviera, o Ministro se opunha ao dogma da infalibilidade.

Na Bélgica, fechavam-se as escolas católicas.

Em Portugal, queriam ressuscitar as leis e perseguições de Pombal.

A Espanha sequestrava os bens eclesiásticos.

Na Inglaterra rugia a perseguição contra a católica Irlanda e Lord-Gladstone escrevia um livro cheio de heresias e calúnias contra o Sumo Pontífice.

A scita declarava este livro um desafio irrespondível diante do qual os católicos tinham de depôr incondicionalmente as armas!?

A Rússia cismática perseguia a fiel Polónia; instituía novas cerimónias e proibia as de costume. Confiava aos padres cismáticos a pregação nas igrejas católicas e o ensino até mesmo nos Seminários católicos. Fechava as igrejas ou as entregava aos cismáticos. Forçava os fiéis a apostatarem, e ai do ortodoxo que se convertesse ao catolicismo! Desterrou para a Sibéria mais de 1200 padres e mais de 3.000 católicos gregos foram desapidadamente massacrados!...

E que diremos da Itália, onde Bismarck dirigia a orquestra anti-clerical?

Por ordem do Governo foram suprimidas as ordens religiosas, fechados os seminários, constrangidos os padres e seminaristas ao serviço militar, usurpados os bens eclesiásticos das Irmandades e obras pias, proibidas as romarias e procissões, até mesmo a do Corpo de Deus, enquanto toda a sorte de demonstrações anti-católicas eram criminosamente permitidas.

Na própria Roma abriram templos protestantes, publicaram novos jornais anti-católicos e livros perversos que ousadamente blasfemavam contra a fé, a Igreja e o Papa. 30 Bispos e 45 padres foram presos. Numa palavra, parecia ter chegado para a Igreja a sua última hora...

Está porém, escrito: «As portas do inferno não prevalecerão». A igreja resistiu impávida, venceu e de um halo de glória de há muito desconhecido, se tem ela revestido desde Leão XIII até Pio XII. Onde estão, porém, os imperadores, os reis, os príncipes, que deram ouvidos à sereia maçônica? Desapareceram, abrindo com as próprias mãos a sua sepultura, sem que um único olhar se compadecesse do seu catastrófico fim.

No Brasil, mais do que em qualquer outra região, soube a maçonaria astucio-

samente disfarçar-se sob a máscara de instrução e beneficência, participando e mesmo auxiliando as festas religiosas, acommando de inimigos da Pátria todos aqueles que se lhe mostrassem contrários.

Assim conseguiu sorrateiramente insinuar-se até mesmo no seio do clero que, de certo, não primava pelo zelo e ciência ecclesiástica.

Narra-se que D. Pedro II, a passeio na Europa, fora visitar o Papa Leão XIII. Como de praxe foi visitar o Exmo. Cardeal Simeoni, já internúncio no Brasil. Perguntou-lhe o Cardeal: «Majestade, que fazem os seus republicanos no Brasil?» — «Nada, Eminência: trata-se de boa gente... De resto, se quisessem proclamar a república, eu aceitaria a sua presidência!» — «Não, não, Majestade, se proclamarem a república não querem V. M. como presidente!»... Tão cega era a boa fé de D. Pedro II e dos seus sequazes, não obstante as múltiplas e frequentes advertências de D. Fr. Vital nas suas pastorais.

ORIGEM DA QUESTÃO RELIGIOSA NO BRASIL. Aos 2 de março de 1872, as lojas maçônicas levaram a efeito uma im-

portante festa em honra do seu chefe, Visconde do Rio Branco, Presidente do Ministério e autor da famosa lei do Ventre-livre; lei que declara libertos os filhos dos escravos.

Elevado foi o número de irmãos que compareceu; entre os oradores mais ardorosos se acha um sacerdote, o Pe. Almeida Martins. O seu discurso, em perfeito estilo maçônico, teve desgraçadamente a honra de ser publicado pela imprensa, e, com grande escândalo dos fiéis, foi rapidamente difundido por todo o Brasil.

D. Pedro Maria de Lacerda, DD. Bispo do Rio de Janeiro, chamou o referido sacerdote e lembrando-lhe as penas canônicas o aconselhou a retratar-se e reparar o escândalo dado. Tudo debalde! O infeliz sacerdote recusou-se peremptoriamente a tãda e qualquer declaração, vendo-se então o Bispo constrangido a suspendê-lo das ordens. (Só muito mais tarde, já no fim da vida, impetrou absolvição e perdão).

Por êste ato, por demais justo, declararam-se as lojas ofendidas e na sessão de 16 de abril deliberaram abandonar os bastidores e claramente combater os Bispos, a Religião e os católicos por meio da im-

prensa subornada, exortando todas as forças dissidentes a se unirem formando uma frente única.

Novos jornais surgiram: «A Família» no Rio G. do Sul — «A Luz» no Rio Grande do Norte, «O Lábaro» nas Alagoas — e enfim «A Família Universal» e depois «A Verdade» — no Recife.

Imagine o leitor quantas heresias, quantas blasfêmias atiradas contra o Papa, a Igreja, os Bispos e as cousas divinas!...

D. Vital, enquanto lhe permitiu a retidão de sua consciência, permaneceu silencioso; secretamente, porém, ia se opondo aos mais patentes sacrilégios, proibindo a celebração da santa missa pelo aniversário de uma loja e pela morte de um maçom impenitente...

Diante destas medidas ainda mais se exasperou o ódio maçônico e multiplicaram-se as provocações, os insultos, as calúnias, até que nos dias 22-26 de outubro «A Verdade» publicou uma série de artigos contra a Virgindade e Maternidade da SS. Virgem, contra a SS. Eucaristia, a SS. Trindade etc.

Já começava o povo a murmurar contra o Prelado, acimando-o de covarde ou partidário dos maçons. O Bispo, porém,

sabia que aquilo não acabaria assim; iniciada a luta teria de levá-la até o fim; não era homem para se deter a meio caminho.

Como digno filho e fiel imitador de S. Francisco, aproveitou então D. Vital daquela nefanda série de infâmias para publicamente lançar o seu veementíssimo protesto contra a imprensa ímpia e entusiasticamente defender a SS. Virgem, na certeza de que Ela o ampararia, assistiria e lhe concederia a mais completa vitória.

Aos 21 de novembro publicava uma carta pastoral em defesa dos privilégios da SS. Virgem tão criminosamente atacados, e ordenava a realização em todas as igrejas de solenes atos de desagravo advertindo ao mesmo tempo os fiéis dos grandes perigos espirituais que os ameaçavam. (1) (Circular — Vol. III — pgs. 29 — 34.)

Testemunharam os maçons todas estas manifestações de solene desagravo, mas nem sequer ouviram nelas mencionar os nomes dos culpados ou do jornal infame. Então o jornal maçônico, no auge da indignação começou a publicar os nomes dos Cônegos e padres filiados à loja, com a data e lugar da iniciação, afim de

que nenhuma dúvida pudesse pairar a respeito.

D. Fr. Vital já conhecia perfeitamente os sacerdotes maçons, mas não queria agir sem provas, agora sim, com o jornal nas mãos podia citar os acusados e obrigá-los a renunciar, à seita; e se necessário puni-los como prescreve a Igreja. Chamando-os um a um à sua presença, com tanta unção e eloquência lhes falou que acabou por convencê-los do grande erro em que se achavam e todos, exceto dois, renunciaram à seita.

Prosseguindo na sua criminosa campanha, foi o jornal publicando os nomes dos maçons que presidiam às Irmandades. Com estas não foi o Bispo tão feliz. Apenas algumas, em cujo seio os sectários formavam uma minoria, obedeceram. A do Terço pediu o prazo de um ano para resolver o caso, prazo que lhe foi concedido, demonstrando assim D. Fr. Vital a sua extrema caridade e longanimidade. Recorreu então D. Fr. Vital a amigos que gozavam de influência política e até mesmo ao presidente Lucena afim de que aconselhassem os dirigentes citados pelo jornal maçônico a irem a palácio ter com ele um entendimento. Tudo em vão!

quase nenhum deles se dignou enviar-lhe uma resposta e persistiram de olhos e ouvidos cerrados, e os poucos que o fizeram, primaram pelos insultos e escárneos.

Vendo inúteis os seus caridosos esforços e ardentes preces, resolveu então proceder canonicamente e aos 21 de dezembro de 1872 enviou o primeiro aviso à Irmandade de Sto. Antônio e a outras, ordenando ao mesmo tempo aos respectivos Vigários que aconselhassem e insistissem junto aos maçons, afim de que ou renunciassem à seita ou então se demitissem da irmandade. Aos 9 de janeiro mandou o segundo aviso todo caridoso e insistente.

Não conseguindo resposta, aos 13 do mesmo mês enviou o terceiro aviso, no qual declarava que se dentro de 4 dias não respondessem, veria nisto uma desobediência formal e que no cumprimento do seu dever os puniria rigorosamente.

Apesar desta justa ameaça, a Irmandade de Sto. Antônio somente no dia 19 enviou uma escarnecedora resposta. Diante d'isto era inútil contemporizar e poucas horas depois lançou D. Vital o interdito sobre as Capelas das Irmandades de Sto. Antônio e do Espírito Santo, decla-

rande que esta interdição apenas se referia à parte espiritual e que imediatamente cessaria se a Irmandade obedecesse.

Enfurecidos os confrades maçons levaram a efeito sacrílegas mascaradas, rezaram o ofício sem a participação do Clero, promoveram motins. Por desprêzo fecharam a Igreja, apoderaram-se das chaves do sacrário, do arquivo, dos paramentos e dos vasos sagrados, forçando dêste modo os Vigários a não renovarem as sagradas espécies. O Bispo, porém, continuou a tomar rigorosas providências, suspendendo cutras Irmandades rebeldes, e dando faculdades aos Vigários de levar o S. Viático e Extrema Unção de qualquer igreja não interdita.

Vendo o grande número dos que se achavam em boa fé, publicou uma pastoral contra as ciladas da Maçonaria desmascarando a nefanda seita e demonstrando com farta documentação que no Brasil era condenada tanto pela lei civil como pela Igreja Católica, proibiu terminantemente a leitura do órgão maçon «A Verdade», ordenou ao clero que recitasse a coleta do Espírito Santo e instruisse os fiéis explicando-lhes o Catecismo e o Evangelho. (1) (Pastoral contra as cila-

das da Maçonaria — Vol. II — Pags. 25-35).

Era a primeira vez que um Bispo no Brasil bradava contra a seita, arrancando-lhe a máscara. Poderia D. Fr. Vital imaginar que a maçonaria dominante lhe perdoaria semelhante coragem? A princípio unânimes toram os louvores ao ato do Bispo.

O juiz de Capelas mandou à Irmandade que obedecesse. O Revmo. Cabido em nome de todo o clero com palavras de encorajamento e aplauso o apoiou. O Presidente da Província teceu-lhe as mais honrosas referências. A Assembléia Provincial por intermédio de comissão especial lhe enviou as mais efusivas congratulações pelo seu heróico procedimento. O povo entre calorosos aplausos lhe patenteava um filial afeto e uma profunda admiração. «A alma do nobre povo pernambucano vibrava com a do heróico Bispo, digno filho dêste torrão. Até o próprio Internúncio aprovava o Bispo de Olinda»...

De modo que, bem razão tinha D. Vital de escrever ao Sr. Internúncio: «Não imagine que o Bispo esteja desanimado. Felizmente tenho por mim um grande partido composto da melhor gente, tanto na

capital como fora dela. Todos os dias me chegam atos de adesão de leigos com milhares de assinaturas. Saio todos os dias... todos me cumprimentam. Sem força moral ficaria se agora cedesse.»

Afirma D. Antônio Macedo Costa que uma verdadeira chuva de adesões chegava a D. Vital, dentre as quais podemos citar as do Arcebispo Primaz, dos Bispos de Diamantina, do Ceará, de S. Paulo, de Mariana, do Rio Grande do Sul, de Goiás, do Para...»

Faltava apenas a aprovação do Governo, mas esta era inteiramente impossível, pois sendo ele maçom e obstinado defensor da seita queria mostrar-se forte como os sectarios da Alemanha e da Suíça; de modo que foi ele quem desencadeou o facho de tão triste e vergonhosa guerra. A respeito escreveu o Dr. A. Barbosa Lima: «Não há talvez, nos fastos do Império, página mais feia do que esta escrita pelo gênio mefistofélico da incredulidade, irritada e prepotente, a torturar dois príncipes da Igreja!...»

Mas ainda desta vez, não coube à Maçonaria cantar o hino da vitória, mas sim ao humilde Bispo Capuchinho, D. Fr. Vital.

CAPITULO IX

Recurso à Coroa — Resposta a Carta do Conselheiro João Alfredo

RECURSO A COROA. Abalou-se o Rio de Janeiro à notícia de que D. Vital havia interdito as Irmandades maçônicas. Por duas vezes reuniu-se o Conselho dos Ministros, por ser maçônico, aconselhou às referidas Irmandades o recurso à Coroa.

O recurso foi interposto, mas era nulo, uma vez que para sua validade era necessário a observância das seguintes condições exigidas pelo Código brasileiro: 1.º) — que fosse apresentado dentro de 10 dias após o agravo. — 2.º) que fosse assinado por um advogado do Conselho do Estado; — 3.º) que nas faltas dos Bispos, se devia recorrer ao Metropolitano. Nenhuma delas fora observada.

O Governo entregou o recurso a três Irmãos que somente depois de três meses emitiram o seu parecer, unicamente preocupados em defender os adeptos.

Aos 2 de junho reuniu-se na presença do Imperador o Conselho do Estado, mas com tamanha pressa que alguns conselheiros queixaram-se de nem mesmo ter tido tempo para lêr o recurso e ainda menos de estudá-lo; mas ao Governo bastava a autorização para proceder e nada mais. De um lado os conselheiros sempre subser-vientes ao Governo queriam contentá-lo; de outro lado confessavam que não havia leis para certos fatos, nem as existentes estatuíam a pena a que devia ser condenado o réu.

Todos, porém, exceto o ardoroso maçom Sr. Sousa Franco, foram acordes em recomendar prudência e circumspecção a fim de que a questão não chegasse ao extremo sempre perigoso. O Governo bem deveria conhecer a ténpera do Bispo de Olinda, dado que o Conselheiro João Alfredo, em princípios de fevereiro, ou por ser amigo particular e conferrâneo ou por outro motivo qualquer, dirigiu a D. Frei Vital uma carta particular conjurando-o a recuar e deixar os maçons em paz.

Já de toda a parte reclamavam a intervenção do Governo, e éste não podia apoiar o Bispo, porque as bulas não eram

placitadas e a maçonaria não atentava contra a religião.

Em resposta ao Cons. João Alfredo, enviou D. Vital a carta abaixo que tão bem mostra a sua decçura, fortaleza e visão clara e profunda do problema, confundendo enèrgicamente os que pretendiam unir Jesus Cristo a Bilial, Deus ao Diabo

Recife, 27 de fevereiro de 1873

Exmo. Snr. Conselheiro.

«Apresso-me a responder a carta de V. Excia. datada de 15 de corrente. Agradecendo do íntimo dalma a fran-queza e delicadeza com que V. Excia. se dignou de escrever-me; peço licença para apresentar-lhe, com igual lhaneza e abertura de coração, algumas breves reflexões, mais no intuito de fazer patentes a V. Excia. os meus sentimentos, que de advogar a causa própria. Nunca me restou dúvida acêrca dos embaraços e sérias dificuldades em que ia a questão maçônica colocar a V. Excia. Compreendi-os e medi-os, desde que atendi para a circunstância de, sendo V. Excia. católico, fazer parte de um Ministério cujo Presi-

dente é Grão Mestre de uma das frações maçônicas do Império.

De antemão senti profunda e vivamente as aflições que V. Excia. ia experimentar.

Mas que fazer diante do dever?

Desde que aqui cheguei, Exmo. Snr., a maçonaria me ofereceu um dilema terrível: «ou aceitar a luta, cumprindo os deveres de Bispo Católico, ou passar por imprudente, precipitado e temerário» o que é muito consentâneo com a minha idade; ou então fechar os olhos a tudo, transigir com a consciência e resignar-me a ser um Bispo negligente, pusilânime e culpado. (Isto foi confessado pelos próprios maçons).

Eu tinha de admitir inevitavelmente um dos dois princípios, e daí fazer diminuir todo o meu Episcopado. Enquanto me foi possível, sem culpabilidade perante Deus, declinei de pronunciar-me; mas, afinal, vi-me na dura necessidade de escolher e não hesitei em optar, como era dever, pela primeira parte do dilema. Quando mesmo já fôsse eu um Bispo octogenário, tendo apenas alguns dias de vida, não trairia os deveres da minha missão; quanto mais tendo ainda talvez uma longa

peregrinação a fazer. Que terrível perspectiva, Exmo. Snr., um longo Episcopado inglório e criminoso perante Deus si bem que glorioso aos olhos dos homens pela condescendência e frouxidão!

Demais estou certo que V. Excia. referendando o decreto de minha nomeação, persuadiu-se de que o eleito seria um Bispo Católico e cumpridor de seus deveres, sem o que, por certo, não o teria feito. Si a maçonaria se tivesse contentado de trabalhar em suas lojas de portas fechadas, como diz V. Excia., nada teria havido. Mas para provocar o prelado diocesano, ela criou um periódico; começou a atacar, insultar e negar os dogmas de nossa santa religião, como provo em minha pastoral de 2 de fevereiro com documentos irrefragáveis; mostrou-se enfim de viseira erguida, publicando o nome de seus adeptos, tomando contas à Igreja e formando no seio das Irmandades mesas à maçônica.

Não fui perturbar os maçons em suas oficinas, Exmo. Snr., não saí do recinto da Igreja da qual sou chefe. Não questiono diretamente com os maçons, porém sim com as Irmandades. Não pretendo exterminar a maçonaria: infelizmente nem

os próprios monarcas já hoje o podem; só Deus. Desejo tão somente que as Irmandades realizem o fim para que foram criadas. Entretanto parece-me que a maçonaria devia ser um pouco mais consequente... Já que ela não reconhece a autoridade da Igreja, brade muito contra a Igreja, mas abandone-a, deixe-a àqueles que se prezam de filhos obedientes.

É verdade, Exmo. Snr., que as Irmandades se regem por compromissos aprovados pelos dois poderes, temporal e espiritual; porém o que lhes confere o carácter religioso é tão somente a sanção d'este; sem a qual, como todos bem sabem, não são elas mais que sociedades meramente civis. E desculpe-me V. Excia. a franqueza de dizer-lhe que, na parte religiosa, o poder temporal não é juiz competente.

Peco licença a V. Excia. para não dizer cousa alguma acêrca da opinião dos Bispos e Sacerdotes, que julgam dispensável a applicação das Bulas, condemnando a maçonaria.

Apesar da negação do beneplácito, a maçonaria entre nós está condemnada por muitas razões que de outra occasião poderei citar, si V. Excia. assim julgar con-

veniente. Por ora limito-me a dizer a V. Excia. que na Allocução de 25 de setembro de 1865, o S. Padre declarou formalmente condemnada a maçonaria até mesmo nos países em que é tolerada pelo poder secular. E isto basta para o católico.

A maçonaria, Exmo. Snr., tem movido céu e terra, tem feito protestos e apelações, tem finalmente envidado todos os meios para desautorizar-me. Eu, pelo contrário, conquanto tenha recebido muitos atos de adesão, com milhares de assinaturas de leigos, e tenha a melhor gente desta cidade a meu favor, confiado na justiça da causa que defendo, e nos sentimentos religiosos de V. Excia., até o presente me hei conservado em silêncio.

Mas já vou conhecendo que este meu silêncio é prejudicial à causa da Igreja. A carta de V. Excia. me deixa entrever, a menos que não a tenha compreendido devidamente, que, si eu continuar na resolução tomada, talvez a decisão do Governo Imperial me seja desfavorável. Muito me custa crer, Exmo. Snr., que o mesmo punho que há tão pouco tempo assinou o decreto de minha nomeação, lavre agora a sentença de minha desautorização.

Todavia se tal acontecer, rogo enca-

recidamente a V. Excia., como bom amigo, lavre antes o meu decreto de prisão e de ostracismo, porque o apôio prestado à maçonaria pelo Governo Imperial, não me fazendo de modo algum ceder, dará infalivelmente ocasião a conflitos lamentáveis. Compreenda V. Excia. que esta questão é de vida ou de morte para a Igreja Brasileira; cumpre-nos antes arcar com os maiores sacrifícios, do que afrouxar. Não vejo meio termo.

Se V. Excia. prevê que não pode apolar-me, e que a minha resistência vai dar lugar a cenas tristes, conjuremos a tempestade enquanto é tempo. E para isso só conheço um meio: peça ao Governo Imperial, à Santa Sé que me mande para o meu convento quanto antes. Porém esta medida pouco adianta ao Governo.

Se eu fosse político, ou de mais idade diria que sérias perturbações da ordem pública estão iminentes em quase todo o Brasil, e são inevitáveis apesar da maior prudência; a causa reservo-me para dizê-la a V. Excia. pessoalmente, quando tiver ensejo. Peço a V. Excia. que não se admire de minha excessiva franqueza. Na ocasião presente não escrevo ao Exmo. Sr. Ministro do Império: escrevo

confidencialmente a um amigo; e a um amigo diz-se a verdade inteira, sem reboço. Em questão dêste alcance e magnitude, tôda a franqueza entre amigos não é de mais. Não desanimo: pelo contrário muito espero da amizade e dos sentimentos religiosos de V. Excia.: depois do auxílio divino.

Creia V. Excia. na sincera amizade e inteira dedicação de quem é de V. Excia.:

D. Frei Vital — Bispo de Olinda.

Nesta carta está magnificamente delineado o caráter de Fr. Vital, todo doçura e fortaleza desapêgo de tudo e sempre pronto ao sacrifício no cumprimento do dever. E' o soldado que embora conhecendo o poder esmagador do inimigo, permanece impávido, sereno, imperturbável no seu pôsto, porque assim o exige a honra. Ele é o Homem de espanto; é verdadeiro Atanásio Brasileiro.

CAPÍTULO X

Desacatos no Recife — Envenenamentos — Fidelidade do Clero

OS DESACATOS. Conforme prometera ao ministro de Império, D. Vital agiu com tóda a calma e prudência, sem deixar todavia, de insistir nas suas exortações às Irmandades e de castigar os rebeldes. Excessiva indulgência ministrou para com as do Terço e dos Martírios que solicitaram prorrogação de prazo para apresentar a sua decisão, assim como para com os padres que se iam desligando da seita.

No mês de maio, após reiteradas, porém inúteis exortações e reclamações, suspendeu o Revmo. Deão Farias, ardoroso político e muito benquisto no seio da maçonaria.

Foi esta a faísca que provocou as deploráveis e criminosas perturbações, que se não foram instigadas, pelo menos foram permitidas e mesmo desejadas pelo Governo, afim de que lhe fôsse dado o en-

sejo de intervir na ordem pública. Os jornais mações, em artigos incendiários, convidaram o povo a tomar parte numa passeata de protesto que se realizaria no dia 14 em homenagem ao Revmo. Deão Farias.

À tarde do dia aprazado, logo após a homenagem ao dito Deão Farias, rumou a turba exaltada para o Colégio dos Jesuítas, na rua do Hospício. Era justamente a hora em que se realizava a tão consoladora cerimônia do mês mariano estando a Capela repleta de fiéis. Aqueles energúmenos, num furor verdadeiramente satânico, sem a menor reverência para com a santidade do lugar e da cerimônia que se realizava, sem o mínimo respeito para com as senhoras e crianças ali reunidas invadiram a capela e destruíram tudo; hancos, confessionários, altar crucifixo, a imagem da SSma. Virgem, e saquearam o que havia de preciosos. Em seguida assaltaram o Colégio continuaram a sua tenebrosa faina subversiva, batendo nos sacerdotes, sem mesmo poupar um que se achava gravemente doente; e que dias após veio a falecer; entraram na redacção do jornal «O Católico» e...

arrazaram. Não satisfeitos ainda dirigiram-se ao jornal «A União», empastelando-o.

Por fim, rumaram para o Palácio episcopal e para o Colégio das Dorotéias.

Só então o presidente Lucena lembrou-se do próprio dever e ordenou que fossem dispersados os revoltosos. Mas não se fazia necessário semelhante medida; a coragem de D. Fr. Vital não fraquejou, antes pelo contrário, elle teve a oportunidade de mostrar que na verdade era o homem de espanto. Eis como o triste episódio é por elle mesmo relatado: «A intenção era insultar o Bispo... Quando os dirigentes viram o povo exaltado e capaz de tudo, o conduziram ao Palácio Episcopal. Não me iludí; para receber a revolução, e se necessário a morte.

«Mandei abrir todas as portas e janelas, fiz acender todas as luzes, e pontificalmente vestido sentei-me junto à escada mais visível»...

«Quando a multidão se aproximava, ouvia-se grande barulho e gritos de morte. Imaginei que fôsse chegada a minha hora derradeira, mas não senti medo algum, mas pelo contrário alegria. Contudo apenas elles viram o Bispo naquela attitude,

peraram. Eu não fazia movimento algum e estava sozinho. Em vão os chefes incitavam a multidão que permaneceu silenciosa, imóvel, fitando-me estupefata. Era um motim fracassado em face da minha impassibilidade.»

Nenhum dos manifestantes transpôs o gradil do Palácio, aos poucos foi-se aquella multidão dispersando e dentro em breve a praça estava completamente deserta! Tão deserta que ao Padre Francisco Maia, disse sorridente ao despedir-me «Padre leve uma lanterna, as ruas estão tão escuras e desertas que faz medo!...»

D. Vital no dia seguinte visitou o Colégio ficando pasmado ante a ação devastadora daquela horda de vândalos, abraçou os feridos e perseguidos, abençoando-os de todo coração; e aos 19 do mesmo mês publicou uma enérgica e serena carta em que solene e veementemente protestava contra aquellas cenas canibalescas e anti-clericaes, tão torpemente praticadas em pleno século XIX: (1) (Carta ... sobre os desacatos: Vol. III — pg 67 — 77.) carta esta que mereceu os mais justos e sinceros aplausos de todos os homens de bem, e até mesmo do Presidente e da Assembléa Provincial.

ENVENENAMENTO. Poucos dias após estes tão deploráveis fatos, é o próprio D. Vital quem o diz, sentia-se atacado de um mal tão estranho, que os mesmos médicos não sabiam explicar; chegando a tal ponto de fraqueza que já não podia nem mesmo assinar seu nome. Todos julgavam, e ele mesmo pensava, que estava prestes a morrer, e para isto preparou-se da melhor forma possível.

Eis que certo dia uma irmã de Caridade foi ao Palácio e procurou falar ao Bispo. Inutilmente lhe disseram que o Bispo estava doente e não podia receber pessoa alguma; ela, todavia, insistiu, dizendo que lhe queria falar a respeito do mal que o atacava, afinal venceu. Chegando à presença do Bispo lhe disse:

— Snr. Bispo, não continue a dormir no quarto que ocupa, ele está envenenado e lhe causa a morte. A sua doença é apenas o veneno que durante a noite respira.

— Fantasia de mulher, respondeu o Prelado.

— Não, Excia., não é fantasia. É a pura verdade. Agora mesmo venho de Olinda, onde fui visitar uma família. Enquanto estávamos conversando chegou

um médico que desejava falar com o dono da casa. Então eu e a minha amiga nos retiramos para uma outra sala, afim de que eles pudessem conversar à vontade. Eles, porém, falavam tão alto que ouvíamos perfeitamente tudo o que diziam. A certa altura disse o médico: «Você bem sabe que o nosso Bispo vai morrer, é apenas questão de dias; é jovem e robusto, outro em seu lugar já teria sucumbido. Eu bem poderia salvá-lo, mas tratando-se dele, nenhum interesse tenho; o seu quarto está envenenado!»

Foi isto o que ouvi, e sem demora apressei-me em vir comunicar-lho, uma vez que graças a Deus, ainda está em tempo de se salvar!...

O Bispo mostrou não ligar importância; mas à noite mudando de quarto, nele mandou dormir uma pessoa da família. Esta, dois dias depois, começou a sentir os mesmos sintomas; então o fez ocupar por um seminarista que logo foi atacado do mesmo mal. Não restava dúvida alguma; o quarto estava efetivamente envenenado; D. Vital teve de se submeter a rigoroso tratamento para poder recuperar a saúde.

A maçonaria queria a todo o custo

eliminá-lo; todos os meios empregou para fazê-lo recuar na luta em que tão somente se empenhara para a defesa dos direitos sacrossantos da Igreja... Chegou-se a lhe propôr um passeio ao estrangeiro, assegurando-lhe que S. M. o Imperador sentir-se-ia sumamente feliz em custear as despesas da viagem. D. Vital, porém, estimou-se ultrajado com propostas, tão contrárias à sua dignidade e ao seu caráter: tudo recusou com altivez e sobran-ceria.

Nas igrejas interditas, as prepotências das Irmandades iam-se diàriamente repetindo e a seita de tudo se aproveitava para imputar ao Bispo a culpa de tão degradantes acontecimentos. Quando aos 23 de julho o juiz de capelas declarou que S. M. o Imperador havia retirado o interdito, os mações promoveram, em sinal de regozijo, festas e procissões, mas tudo sem o concurso do Clero, que juntamente com o povo, continuou a julgar em pleno vigor o interdito sôbre as Irmandades recalitrantes.



CAPÍTULO XI

Aviso de 12 de Junho — A Resposta do Bispo — O Breve do Papa Pio IX

O AVISO DE 12 DE JUNHO. Pela abdicação de D. Pedro I, subiu ao trono D. Pedro II, que por não têr atingido maioridade, pois contava apenas 15 anos, foi confiado à tutela dos regentes José Bonifácio e Padre Antônio Feijó.

Durante o seu longo reinado mostrou-se o Imperador sempre liberal, estudioso e amante de seu povo. Dominou as lutas civis do Maranhão, Rio G. do Sul, Minas Gerais, S. Paulo e Pernambuco, demonstrando sempre clemência e generosidade. Extinguiu o tráfico dos escravos, construiu as primeiras estradas de ferro, fomentou a imigração e emprestou muito cuidado ao desenvolvimento da instrução pública.

Nas guerras contra a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, em que durante quase um decênio saiu quase sempre vitorioso. Por três vezes foi à Europa, onde

pela sua sabedoria, pelo prestígio e pela nobreza de coração gozou de grande conceito. Por três vezes arbitrou delicadas questões entre a velha Europa e o Novo Mundo. Educado porém, na escola do regalismo e liberalismo, não eram os seus conhecimentos religiosos tão profundos quanto os políticos. Não fosse esta falta, talvez a célebre questão religiosa tivesse tomado rumo inteiramente diverso.

A princípio hesitou o Imperador em assinar o Aviso, mas por fim decidiu-se a assiná-lo. Em resumo esse Aviso intimava o Bispo a levantar o interdito lançado sobre a Matriz de Sto Antônio, dentro de um mês, sob pena de se ser processado.

RESPOSTA DE D. VITAL. Aos 6 de julho numa extensa carta de 30 páginas, em resposta ao citado Aviso, mostra-se D. Vital convencido do seu direito, e do erro em que laborava o Governo: neia resplende em todo o seu fulgor a calma, a nobreza e a franqueza do Atanásio Brasileiro. (1) (Resposta ao aviso de 12 de julho — Vol. III — pg. 89 — 120).

Aqui damos alguns trechos desta magnífica resposta:

«Desde o começo do cristianismo, escrevia D. Fr. Vital, os Apóstolos tiveram proibição de pregar o Evangelho; mas responderam que deve-se obedecer a Deus mais do que aos homens e continuaram como se nenhuma ordem tivessem recebido em contrário.»

E este, Exmo. Senhor, o nobre e santo modelo que durante a longa série de doze séculos, sempre tiveram diante dos olhos os sucessores dos Apóstolos, todas as vezes que lhes foi mister responder aos poderes da terra».

Apresentando as próprias homenagens a S. M. o Imperador, declara-lhe que, se lhe pedisse as faculdades, o serviço de sua pessoa, e até mesmo a própria vida, tudo daria e com sumo prazer derramaria o próprio sangue. Quanto, porém, ao sagrado depósito que pertence a Deus e à Santa Igreja, não póde, não deve ceder, nem jamais cederá.

Refuta a necessidade do beneplácito civil; mostra a nulidade do recurso; explica ter condenado as Irmandades no que toca ao espiritual e prova que a maçonaria não é uma sociedade inofensiva. Admiravelmente simples, maravilhosamente claro, convincente, sublime mostra-se o grand-

Bispo quando exclama: «Mas, Exmo. Snr., permita-me perguntar: O que pretende o Governo Imperial?... Espera êle porventura que um Bispo católico renegue a sua fé, não acredite no ensino infalível da Santa Igreja de Jesus Cristo e calque aos pés os seus mais sagrados juramentos para aceitar o oráculo do Conselho do Estado?»

«Espera êle porventura que um Bispo católico a despeito da formal decisão da Santa Sé, que declarou ser a maçonaria uma sociedade inteiramente má e diretamente oposta à Religião Católica, acredite que ela seja uma sociedade totalmente conforme à mesma Religião Santa? Não, Exmo... Snr., mil vezes não! Isto seria uma verdadeira e vergonhosa apostasia.

«A Maçonaria poderá ter o prazer de insultar e injuriar os Bispos do Brasil; poderá ter a glória de persegui-los, fazê-los gemer no profundo de um cárcere, fazê-los carpir sôbre os rochedos de alguma ilha deserta, ou peregrinar longe da pátria sempre amada; mas não terá jamais, firmemente em Deus confio, a satisfação de ver um Bispo Católico cair de joelhos em terra e adorá-la... Um Bispo com o Evangelho na mão e observando os precei-

los do Divino Mestre, pode ser morto, mas não vencido!

E conclue: «Ninguém sôbre a terra, Exmo. Snr., tem o poder de corrigir nem ensinar à Santa Madre Igreja o que seja conforme ou oposto à religião de Jesus Cristo. Reconheço não só no Governo, mas em qualquer dos meus súbditos o direito de apelar do juízo da autoridade diocesana para o Exmo. Snr. Arcebispo e com maior razão para o Vigário de Jesus Cristo, Juiz infalível em matéria de fé e de costumes...

«Em conclusão, tenho o mais vivo pesar de não poder levantar a pena de interdito que lancei... Peço encarecidamente a V. Excia. se digne vêr nesta minha humilde resposta, não falta de obediência, respeito e consideração para com o Governo de Sua Majestade, a quem em sumo grau venero e acato, mas rigoroso dever de consciência.

Acrescentava depois: «Desde o principio desta lamentável questão, levei ao conhecimento do S. Padre Pio IX, como era dever meu, uma fiel relação do que eu havia feito e tencionava fazer; e solicitei humildemente o seu juízo irrefragável a respeito, inteiramente resoluto a

lançar mão da pena, para de um só traço desmanchar tudo o que estava feito, se assim me aconselhasse o Vigário de Jesus Cristo».

«Mas, Exmo. Snr. no mesmo dia, na mesma hora, no mesmo instante, em que às minhas mãos chegava o Aviso de V. Excia., acompanhado da resolução do Conselho do Estado, recebia eu, pelo mesmo portador, a resolução do infalível Vigário de Jesus Cristo (1) (Pastoral publicando o breve de Pio IX . . Vol. III — pgs. 79 — 88).

«Tenho nu'a mão o Aviso de V. Excia, por cujo intermédio Sua Majestade o Imperador me diz : «erraste, retrocede;» e na outra o autógrafo do imortal Vigário da Infinita Majestade dos Céus e da terra, por meio do qual o Juiz incorrutível de nossas almas me diz: «andaste avisado, continua.»

Diz o papa: «Não podemos deixar de louvar . . o zêlo com que procurastes e ainda procurais obviar a tão grande mal. — Nós Vos concedemos pleno poder para proceder com a severidade das leis canônicas contra aquelas irmandades que por sua impiedade tão torpemente viciaram a sua índole, dissolvendo-as completamente,

e criando outras que correspondessem ao fim de sua primitiva instituição.»

Esta resposta tôda humildade e nobreza devia tocar o coração dos ministros e do imperador, mas a paixão lhes vendou totalmente os olhos. A questão passou então ao Ministro da Justiça que logo se apressou em despachar a pronúncia contra D. Vital.

CAPÍTULO XII

A Denúncia — Resposta de D. Fr. Vital
— A Prisão — Conduzido ao Rio

A DENÚNCIA. Quem diria que após a resposta de 6 de julho ia o Governo processar o Bispo enquanto astuciosamente recorria ao Papa? Tudo se processou em segredo. O Governo com injustiça clamorosa procurou a um só tempo contentar os mações, processando o Bispo, e dar uma satisfação à consciência católica, recorrendo ao Sumo Pontífice, confiando esta missão ao Barão de Penedo, embaixador de S. M. em Londres.

Enquanto uma embaixada imperial rumava para Roma para negociar a paz, no Rio se iniciava a guerra! O Ministro da Justiça ordenou que fosse denunciado o Bispo de Olinda. A denúncia que estabelecia o prazo de 15 dias para a resposta, foi comunicada aos 11 de novembro, e aos 21 do mesmo mês D. Vital respondia, dizendo que já o Santo Padre além de lhe aprovar os atos, lhe conferia plenos pode-

res de ação. O Governo devia se conformar com o juízo do Papa, e não responsabilizar o Prelado por ter cumprido os seus deveres como ordena a Igreja Católica. De bom grado teria provado a legitimidade do seu procedimento, e mostrado que de forma alguma invadira o poder temporal... Mas visto que o Governo não reconheceria o juízo do Sumo Pontífice, responde simplesmente: «Não posso defender-me porque seria reconhecer a competência do Tribunal Civil em matéria religiosa. Não posso porque se não renunciar aos meus direitos. Não posso porque seria faltar gravemente aos sagrados deveres de Bispo Católico.»

«A isenção do foro laical em matérias espirituais é não somente lei natural e eclesiástica, mas também lei brasileira n.º 609 de 18 de agosto de 1857. art. 1.º, declara: «Os Arcebispos e Bispos do Império do Brasil nas causas que não forem puramente espirituais, serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça.»

Apenas chegada esta resposta ao Rio o Procurador Geral aos 6 de dezembro comunicava ao Imperador que o Bispo deveria ser pronunciado; aos 12 do mesmo

mês decretava a prisão de D. Vital, e a sua transferência para o Rio afim de assistir ao próprio julgamento; e aos 22 dava-se publicidade ao referido decreto.

O nosso Prelado, porém, não deixou de se defender com o escrito magnificamente irrefutável: (1) O Bispo de Olinda e seus acusadores no Tribunal do Bom Senso — Vol. III — pgs. 121, 130) (2) Resposta ao S. Tribunal — Vol. III — pgs. 131 — 242.)

D. VITAL É PRESO. Começa a escalada do Calvário para D. Vital; Deus já lhe preparara o occração. Afirmam ter ele predito que a sua prisão se efetuariá numa quarta-feira. No dia 1.º de janeiro de 1874, justamente uma quarta-feira, chegou ao Recife o decreto de prisão e no dia seguinte o juiz da primeira vara cível encarregou-se desta inglória tarefa. Às 13 horas apresentou-se acompanhado do seu escrivão no Palácio da Soledade, para ler o decreto e executar a ordem exarada.

D. Vital ouviu atentamente tudo, mas negou-se a obedecer, a não ser coagido pela força, porque em semelhantes questões existe imunidade eclesiástica. O juiz ficou um pouco embaraçado, e reque-

reu ao chefe de Polícia dois oficiais e agentes.

Uma hora depois chegava ao Palácio a força requisitada, que se compunha do Capitão de Fragata Francisco Romano Steple da Silva, Inspetor do Arsenal. — Tte. Cel. Francisco Carneiro Rios, Chefe de Polícia e o Major Manuel de Azevedo Nascimento, do 9.º batalhão de infantaria.

Só então o Snr. Juiz subiu aos aposentos do Bispo, e batendo fortemente por duas vezes à porta intimava-o a se apresentar.

A esta intimação abriram-se as portas da Capela, e o Prelado appareceu pontificalmente revestido, de mitra e báculo, e, circundado pelos padres da Câmara eclesiástica, desceu à rua.

Em presença do juiz, da força policial e dos padres leu o seu protesto contra a violação das imunidades eclesiásticas e o decreto, exarado aos 31 de dezembro, e nomeava três Governadores que deviam succeder-lhe em caso de morte ou impedimento dos outros: P. José Joaquim C. de Andrade, P. Sebastião C. de Medeiros e Pe. Joaquim Graciano de Araújo que era Vigário Geral.

Era seu desejo seguir assim paramentado até a prisão. O Juiz, porém, temendo um levante por parte do povo que se ia aglomerando, pondo a mão sobre o ombro do Bispo, o declarou prêso e ordenou-lhe que entrasse num carro, procurado às pressas.

D. Vital, sem pronunciar palavra, obedeceu, tirou os paramentos sagrados e assim foi conduzido ao Arsenal de Marinha. Quisesse êle se libertar das garras daqueles esbirros, uma palavra apenas lhe bastaria para rebelar a multidão; ao contrário, recomendou calma e coragem. Já aos 8 de dezembro, quando foi benzer a Igreja do Terço, o povo aclamando o Papa Pio IX, ao Bispo e à Igreja Católica, bradava: «Queremos livre o nosso Bispo, não permitiremos que o levem daqui; por êle lutaremos com todas as forças!...»

E quem poderá descrever as sinceras homenagens de que foi alvo D. Vital? No porto, em frente ao Arsenal de Marinha, estava o Recife em pêso. Era tal a simpatia pelo bispo, que já se começava a ouvir ameaças contra o Governo; diante, porém, da promessa de que êle ficaria por muito tempo foi-se a multidão

acalmado, sem todavia deixar de vigiar noite e dia.

Quase todas as associações locais, assim como a aristocracia e a alta burguesia, não só da cidade como das vilas, lhe foram apresentar testemunhos da sua inteira solidariedade. Um grupo de 200 senhores logo se declararam prontos a enfrentar todo e qualquer sacrifício, até mesmo a morte, se necessário fôsse, afim de que não roubassem à diocese de Olinda o seu estremecido Pastor.

Mais intensa foi a comoção do Bispo ao ver ajoelharem-se-lhe aos pés, trinta mações que sinceramente arrependidos abjuraram a seita.

Um outro mação assim lhe falou: «Snr. Bispo, eu não venho apresentar pêsames a V. Excia., ao contrário, eu o felicito e felicito a Igreja pelo triunfo que recebe hoje na sua pessoa. Por mim tenho o maior desejo de viver e morrer como bom católico. Peço-lhe, pois, que receba êste imundo papel e me acolha como um filho fiel:» entregando-lhe em seguida o diploma da maçonaria.

No dia seguinte um alto personagem do Recife, que sempre se mostrara acérrimo inimigo do Clero e se dizia livre pe-

sador, pediu perdão ao Bispo, prometendo-lhe que desde aquêlê dia se poria ao serviço da Religião.

Dia a dia se avolumava a multidão e as ameaças se multiplicavam. Diante destas contínuas manifestações de solidariedade a D. Vital, resolveu o Presidente da Província mandá-lo quanto antes para o Rio. E às primeiras horas da tarde da segunda-feira, embarcava D. Vital na corvêta Recife, assistindo ao embarque apenas cinco pessoas, fóra seus pais e parentes. E quando mais tarde, acorrendo o povo para homenagear o seu Bispo, vendo-o de pé à ponte do navio que longe deixava o porto, abençoando o seu rebanho dilecto, muitos semblantes se inundaram de lágrimas.

Deu-se então uma cena digna de nota:

Dois senhores comentavam os acontecimentos, trocando idéias que manifestavam opiniões inteiramente opostas. Dizia um:

— Você pode chorar à vontade; o Bispo não voltará mais. No Rio de Janeiro saberão puni-lo conforme o rigor da lei, porque é um rebelde. Disporão de fórma, que os distúrbios jamais se repe-

tirão por cá.

— Procurarão fazê-lo, respondia o outro, mas não o conseguirão; Deus restituir-nos-á o nosso Bispo; então cessaremos de chorar a sua ausência.

O primeiro soltou uma gargalhada; sabia o que fora proclamado nas lojas e o que esperava o Bispo no Rio.

— Pode rir-se à vontade, acrescentou o segundo, chegará também para você sua vez de chorar. Nenhum mal lhe desejo, mas nem sempre aos perseguidores da Igreja saíram bem as cousas...

No mesmo instante a mulher do mação, inclinando-se de mais enquanto costurava, cravou-se-lhe a agulha no nariz. Foi um grito de dôr, e logo infeccionou-se-lhe todo o rosto; e apesar de todos os remédios applicados, a senhora veio a falecer dois dias após, entre os mais atrozes sofrimentos!...

Os pais de D. Vital, longe de se lastimarem, e embora já conhecessem o seu caráter destemido e inabalável não cessaram de oxortá-lo a que cumprisse o seu dever até o fim. Elle, por sua vez, mostrou-se meigo e terno para com êles, consolando-os e exortando-os a confiarem de mais a mais na Divina Providência.

Desde então formou-se uma verdadeira romaria aos templos do Recife; acorriam fiéis devotos e fervorosos, a intercederem pelo illustre prisioneiro; verdadeiramente confortador era o número de confissões e comunhões; notava-se um admirável despertar de fé cristã.

NA BAHIA. Aos 8 de janeiro aportava à Bahia a corveta «Recife».

Os católicos, já cientes da chegada do glorioso Pielado, fretaram três pequenos vapores que ricamente engalanados rumaram ao encontro da corveta, formando-lhe a guarda de honra.

Quando ancorados, o capitão da «Recife» permitiu subir a bordo, apenas as autoridades religiosas e alguns católicos notáveis, delegados pelos seus compatriotas para testemunhar a D. Vital a profunda admiração, simpatia e estima de todos os fiéis e associações religiosas.

Primeiro foi ao encontro do Exmo. Sr. Arcebispo Primaz da Bahia, que abraçando-o ternamente, ofereceu-lhe os seus préstimos para tudo que necessário lhe fosse, e em seguida, perante as autoridades os representantes das associações e inúmeros fiéis, leu o seu solene protesto

contra as violações das imunidades eclesiásticas, que tão cruelmente acabavam de ferir os sentimentos cristãos do nosso povo.

Na Bahia foi D. Vital alvo das mais entusiásticas homenagens, por parte de todas as classes sociais, que lhe foram levar os protestos de solidariedade contra o injustíssimo ato do Governo.

Todos admiravam a coragem, a nobreza, a calma e a delicadeza do jovem Prelado que tinha o misterioso dom de conquistar a simpatia de quantos dele se aproximavam.

CAPITULO XIII

No Rio — A Missão Penedo — Admirável
Intuição e Coragem de D. Vital

NO RIO. O Governo para desviar a atenção do povo ordenou que fosse D. Vital transferido para o navio «Bonifácio», da marinha de Guerra, e confiado à custódia de um oficial da polícia carioca, proibindo ao mesmo tempo que fossem enviados telegramas ao Recife.

Aos 13 de janeiro, pelas 23 horas, chegava D. Vital ao Rio sem que ninguém o soubesse, sendo tranquilamente levado ao Arsenal de Marinha e recolhido aos seus aposentos com sentinela à vista. Receavam um levante? Absurdo! ninguém pensava em libertar o Bispo; nem a ele convinha fugir a um julgamento em que pretendia se apresentar de frente erguida, para defender os próprios atos na plenitude da Constituição Brasileira e do seu sagrado dever.

A sentinela postada à porta de D. Vital colocou o Governo numa situação por

sempre mais ridícula ante o Parlamento e a nação inteira.

Todos os bispos aderiram ao protesto do Exmo. Primaz da Bahia; o Colégio Eleitoral de Pomba (Minas) nele saudava um mártir de Cristo; advogados, senadores, deputados enviavam-lhe cartas de encômios, todo o Clero de Olinda manifestou-lhe inteira solidariedade, e declarando-lhe ilimitada obediência, afirmava-se pronto a acompanhá-lo, se preciso fosse, até à prisão.

No Rio, o primeiro a visitá-lo foi o Exmo. Sr. Bispo D. Pedro Maria de Lacerda, que ao ingressar no quarto do illustre prisioneiro, ajoelhou-se-lhe aos pés, beijou-lhe respeitosamente a destra e vivamente comovido pediu-lhe que abençoasse a si e a toda a diocese. D. Frei Vital levantando-o, abraçou-o ternamente. Falaram a respeito da questão religiosa e dos recentes acontecimentos. Por fim D. Pedro M. de Lacerda para testemunhar a sua profunda admiração pela inocente vítima, tirou a cruz peitoral e passando a corrente em derredor do pescoço de D. Vital, disse-lhe em presença de todos:

«V. Excia. tem tóda a jurisdição nesta terra; vejo em V. Excia. um prisioneiro de Cristo; meu Clero e o Cabido serão felizes pondo-se às suas ordens; peço-lhe que nos abençoe, pois a bênção de um confessor da fé, é um penhor de salvação.»

D. Fr. Vital não poudo conter as lágrimas e, agradecendo tamanha prova de bondade, foi constrangido também a aceitar uma certa importância de dinheiro para as suas necessidades, prometendo. lhe D. Pedro visitá-lo tódas as vezes que fôsse permitido.

O Comandante do Arsenal puséra à disposição de D. Fr. Vital três quartos, tendo o Bispo destinado o melhor para a Capela; e os outros serviam de sala de visita, de jantar e dormitório para três pessoas. Neles reinava a mais perfeita pobreza franciscana. Foram seus companheiros voluntários de prisão o Pe. José de Lima e Sá e o Dr. Antonio Luiz Melo Veira que faleceu há anos passados (1943), com a avançada idade de 90 anos. Inteiramente resignado à vontade de Deus passava D. Vital todo o tempo orando, escrevendo e estudando. A calma

e o bom humor resplandeciam-lhe no semblante.

Animava os dois companheiros e causava pasmo a todos, que a visitavam. Esta paz provinha de altíssima fonte; da tranquillidade da consciência, da felicidade de padecer pela causa de Deus e para salvar a pátria querida do virus da incredulidade.

Enquanto aguardava o dia de se apresentar diante do Supremo Tribunal, adveiu-lhe a mais difficil e penosa provação de tóda a sua vida, mas com admirável firmeza aliada a uma calma e clareza de espírito surpreendentes, conseguiu desvendar tóda a maquiavélica trama das loças e salvar a honra da Suprema Autoridade. Foi a conclusão da missão do Snr. Barão de Penedo junto à Santa Sé com a afamada Carta Antonelli.

Tendo o Barão de Penedo chegado a Roma em outubro de 1873, apresentara as credenciais e recebido pelo Cardeal Antonelli, solicitou uma audiência do Santo Padre Pio IX, afim de dar cumprimento à sua missão. Iniciada a discussão, bem cedo surgiram as dificuldades. A Santa Sé se mostra bastante conciliável nas suas

aplicações, mas não transige nos seus princípios.

O Barão queria defender a maçonaria, mas teve então de dissimular as verdadeiras intenções do governo disposto a condenar o Bispo, qualquer que fosse a resolução do Vaticano. Cuidou tirar proveito das mentirosas acusações assacadas contra o Bispo pelo Governo e pela imprensa sectária; sua mocidade, sua educação na França, sua imprudência e impulsividade e a circunstância de que o Breve *Quaquam Dolores*, dera ensejo aos Bispos de desencadearem a perseguição contra os maçons.

Vendo que as acusações tomavam crédito, o Barão ainda mais as corroborou, relatando a seu bel-prazer os desacatos desenrolados no Recife. Procurou fazer acreditar numa provocação simultânea de todos os Bispos do Brasil e numa resistência sistemática contra o Império...

Nem de leve se referiu ao apóio emprestado pelo Governo à Maçonaria, às blasfêmias contra a Fé, aos insultos contra a autoridade Eclesiástica, nem as condições impostas às igrejas onde imperavam as tais irmandades. Apenas decia-

rou que o Governo apontava o Bispo de Olinda responsável por tudo isto, concluindo que o melhor meio de evitar a ação da Justiça e não chegar ao extremo de uma condenação, era retirar os interditos.

S. Santidade manifestou o seu interesse e justo desejo de poupar aos Bispos uma condenação afrontosa à Religião e evitar uma luta, que, no dizer do Barão, se tornaria causa de mais graves distúrbios, ainda mesmo no caso de uma absolvição. Surpreendido na sua boa fé e firmado na asserção do snr. Ministro, de que o Governo nada faria de desagradável, mas, pelo contrário, envidaria todos os esforços para restabelecer a paz, o Santo Padre prometeu fazer tudo ao seu alcance pela pronta pacificação do Brasil, sem todavia comprometer os seus princípios e a sua dignidade.

Fruto desta promessa foi a Carta do Cardeal Antonelli, datada de 18 dezembro de 1873. Nela, tecendo louvores ao zêlo dos Bispos, brandamente lhes censura a pressa em executar o Breve do Papa; ordena levantar os interditos, impondo-lhes ao mesmo tempo iniciassem a obra de expurgo, afastando do seio das Irmandades os maçons e nelas admitindo somente os

fiéis que não pertencessem a sociedade secreta alguma.

O Snr. Barão, exultante de satisfação, ante o ótimo resultado da sua missão, apressou-se em comunicar ao Governo declarando a sua completa vitória sobre a diplomacia da Corte de Roma, declarando, ao mesmo tempo, que dentro em breve haveria de chegar a Carta que desaprovava os Bispos e levantava os interditos.

Esta carta foi endereçada ao Sr. Internúncio e chegou ao Rio quando D. Vital já se achava prêso no Arsenal de Marinha. Note-se que ela era um meio todo especial e reservado para resolver a questão e devia permanecer em completo sigilo.

Mas Mons. Sanguigni, animado de inleitura boa fé, logo notificou ao Governo ter recebido a carta pacificadora. Ficando combinado que logo a entregaria com ordem de ser quanto antes publicada, e pela primeira vez foi Mons. Sanguigni ao Arsenal.

D. Vital, com a sua natural perspicácia, logo vislumbrou no diplomata alguma coisa de estranho; palavras de pesar pela situação, esperança de bem cedo ver restabelecida a paz, etc... Conven-

cido por fim de que algo corria de novo, D. Fr. Vital perguntou-lhe: «Mons. terá porventura notícias do Santo Padre a me comunicar? Sabe êle que estou prêso? e êle que sempre me animou na luta contra os inimigos da Igreja, enviou-me talvez palavras de encorajamento.»

Estas perguntas em perfeito contraste da mais alta importância, mas não teve coragem de apresentá-lo, e respondeu-lhe que então o Papa nada enviara.

D. Vital por sua parte, queixou-se amargamente dos que opunham obstáculos à ação dos Bispos devotados à Santa Sé uma vez que nada podia a Igreja alcançar de inimigos irreductíveis.

A estas palavras o Mons. Internúncio ficou embaraçado, balbuciou algumas frases confusas e saiu sem explicar o fim de sua visita... e foi confiar a melindrosa incumbência a D. Pedro M. de Lacerda amigo particular e sagrante do illustre prisioneiro. Levado pela confortadora esperança de restituir a paz ao Brasil e a liberdade ao amigo, o Sr. Bispo do Rio de Janeiro, no dia seguinte, dirigiu-se ao Arsenal, e em sua alegria fez entrega da Carta a D. Vital.

Há quem afirme que D. Vital antes mesmo de ler a Carta já anunciara o seu conteúdo. O que é certo é que a leu com admirável serenidade e a mais profunda calma.

Em seguida disse que nada poderia causar-lhe maior prazer do que obedecer às ordens do Papa, mas que, todavia, precisava de explicações.

O seu espírito lúcido com aquela pronta intuição que tanto o caracterizava, logo percebeu os graves inconvenientes que adviriam da execução da referida Carta, agravados ainda mais pelo triunfo que cantariam o Governo e a seita; e os Bispos seriam condenados pelo Papa e pelo Governo!!!

Como compreender que o Papa mandava desfazer o que antes tão insistentemente autorizara e recomendara? Como recuando agora, sem condição, dar depois o mesmo passo? Como convencer a consciência titubeante dos católicos de que a maçonaria é intolerável dentro das igrejas, se agora o Papa a deixava nelas penetrar e dominar?

Daria o Governo uma segurança de moderar a seita, apagar o passado, refrear os jornais ímpios e libertar os Bispos?

A carta do Exmo. Snr. Visconde de Caravelas afirmava que o Governo ia condenar o Bispo, fosse qual fosse o resultado da missão em Roma.

Nem D. Pedro M. de Lacerda nem Mons. Sanguigni tinham esclarecimentos; portanto, nada podiam adiantar. Resolveu então D. Vital guardar a afamada Carta e esperar explicações de Roma, convencido de que nem o Papa nem o Cardeal teriam enviado semelhante carta, se estivessem a par do verdadeiro estado da questão, da sua prisão, da má vontade do governo e da próxima condenação. Viremos bem claro mais tarde no protesto do Card. Antonelli.

Escreveu pois D. Vital ao Santo Padre uma ampla e bem documentada narração, em que pormenorizava todos as circunstâncias do atual estado das cousas e enviou o seu secretário P. José de Lima e Sá, uma vez que o nosso bispo nutria bem fundada desconfiança do sigilo postal.

E toda a razão teve elle, pois o Papa mandou destruir a Carta Antonelli.

Esta resolução anulou por completo a tão afamada missão Penedo e fez ruir por terra todas as esperanças do Governo

numa reprovação da Santa Sé aos Bispos de Olinda e do Pará.

Para o Gabinete Rio Branco era de sumo interesse que o ânimo dos Bispos se amoldasse às circunstâncias e cedesse. Começou então a insistir junto ao Nuncio, chegando mesmo a ameaçar de lhe entregar o passaporte, caso não publicasse logo a carta. Às instâncias de Mons. Sanguigni, ainda uma vez foi D. Pedro Maria de Lacerda tentar a rendição daquela inexpugnável fortaleza: tudo inútil D. Vital não cedeu!

Às ameaças do Governo respondeu o heróico Prelado que a questão fôra devolvida à Santa Sé e nada poderia fazer. Somente para poupar ao Internúncio complicações diplomáticas; estava pronto a acôrdo de ação que haveria de salvar a responsabilidade perante o Governo e a Santa Sé.

Os jornais chegaram a anunciar a carta em que o Papa desaprovava os Bispos e ordenava serem os interditos levantados, embora não publicada. Afirmava a imprensa ímpia que esta vitória custava ao Governo dois mil contos de reis, que Roma (a antiga Babilônia) tudo negociava, que a maçonaria vencera e que D. Vi-

tal era mais católico do que o próprio Papa!...

Este boato paralizou a atividade do Clero e dos Bispos, que cruzaram os braços, abandonaram-se à inércia, julgando ser preferível deixar em paz a seita nas igrejas e desistir daquela reforma tão necessária!

Um certo Prelado chegou a dizer que se o demônio se puzesse à frente dos destinos de sua confraria e lhe oficiasse neste sentido, êle nada faria.

Já não se ouviam os protestos dos Bispos; desaparecera a bela união do Episcopado brasileiro; cessaram as tocantes adesões; extinguiu-se aquêlê admirável acôrdo de ação que haveria de salva a Igreja do Brasil.

Um venerável Bispo, que seguia à risca os exemplos de seus colegas de Olinda e Pará, viu-se ameaçado a incorrer no desagrado e na condenação do Sumo Pontífice. Os sacerdotes, tanto regulares como seculares e os católicos em geral viviam numa perplexidade cont'nua. Somente com a notícia da Carta do Cardeal Antonelli foram sopitados os vementes brados de alarme e os reiterados protestos de solidariedade ao Bispo de Olinda.

Imagine o leitor o que não teria acontecido se fôsse publicada!

«A REPUBLICA», jornal do Rio, no dia seguinte à condenação de D. Fr. Vital, assim ridicularizava o Governo: «O Governo esperou a publicação da Carta Antonelli, assim o Imperador seria o forte, o generoso; a Igreja seria o fraco, o imprudente... Tôda esta brilhante trama se desfez como fumo, sòmente por não haverem contado o Imperador e os seus ministros com a não publicação da Carta...»

«A carta solução, a carta acôrdo, a carta decisão, a carta triunfo, a carta crédito extraordinário, a carta famosa a carta-licção pelos diplomatas da Europa... é propriedade de Fr. Vital, e êle a guarda em seu bolso, como guarda a sua carteira... aí ipso facto foi derrocado todo o castello erguido com tanta solitudine pelo Governo do Imperador.» (A REPUBLICA, de 26 de fevereiro de 1874).

CAPITULO XIV

Ante o Tribunal — Defesa — Condenação.

No mesmo dia em que foi D. Vital recolhido ao Arsenal de Marinha recebeu comunicação de que quanto antes haveria de comparecer perante o Supremo Tribunal de Justiça. Talvez a sua recusa em dar publicidade à famosa carta Antonelli, em que o Governo depositara tôda a esperança de seu triunfo, apressasse o julgamento e a consequente condenação do Bispo pela sua coragem apostólica.

O Governo e a Maçonaria ficaram possuídos de um furor tal que pareciam diabòlicamente movidos contra o Bispo de Olinda. Mas se a carta lhe fôra entregue justamente no dia de sua condenação, seria consumada loucura esperar que D. Vital a publicasse. Nenhum homem de valor teria cedido a semelhante imposição. Ainda não está esclarecido este ponto interessante se foi a 20 — 21 de janeiro ou fevereiro).

Aos 7 de fevereiro foi enviado a D. Vital a sua definitiva acusação, com o prazo de 8 dias para a resposta; e aos 10 de fevereiro (um ano após o recurso) o grande Bispo respondeu simplesmente. «Senhor! *Jesus, autem tacebat.* (Mat. C. 26, V. 63) «Mas Jesus se calava».

Em minha prisão, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Fr. Vital.

Aos 18 de fevereiro realizou-se a primeira sessão do Tribunal.

Ante a gravidade da causa achava-se a sala do Supremo Tribunal literalmente repleta.

Após a leitura do expediente, apresentou-se D. Fr. Vital que logo se dirigiu ao banco dos réus. Nesta ocasião o Dr. João Pedreira de Couto Ferraz, secretário do Tribunal, num rasgo de fé, tirando o banco ofereceu ao Snr. Bispo a sua poltrona.

A esta manifestação de coragem respondeu o público com uma salva de palmas, que se repetiram quando próximo a D. Fr. Vital tomou lugar o Exmo. Bispo do Rio de Janeiro que o acompanhava.

Então dois respeitabilíssimos membros do fôro do Rio enviaram uma petição à mesa em que espontaneamente se ofe-

reciam para a defesa do Sr. Bispo de Olinda.

Pelo Exmo. Sr. Presidente foi deferido o requerimento e os dois nobres advogados sentaram-se ao lado do Bispo. Quem eram eles? Eram os Srs. Zacarias de Góis e Vasconcelos e Cândido Mendes de Almeida, renomados advogados e senadores do Império, os quais tanto no Senado como no fôro gozavam de notável conceito.

Amigos já de há muito do intrépido Prelado, faziam parte de um pequeno grupo de católicos iluminados e corajosos que lutavam sem tréguas contra a política anti-religiosa do Ministério. Senhores da palavra, mestres da eloquência, eles se impunham não somente aos demais parlamentares, mas também ao Ministério que seriamente os temiam.

Por mais de uma vez externaram a sua admiração pelo Bispo de Pernambuco, que impávido combatia a maçonaria. Apenas chegara D. Vital ao Rio se dirigiram ao Arsenal para lhe oferecer o seu talento oratório, as suas convicções, a sua ciência jurídica. D. Fr. Vital, embora decidido a não se defender, não quis todavia recusar tão desinteressada oferta.

julgando poder confiar numa defesa perfeitamente ortodoxa.

O Exmo. Snr. Promotor recusara o Juiz Figueira de Melo, por ser católico e já se ter externado em defesa do Bispo de Olinda...

Por sua vez o Senador Cândido Mendes pediu permissão para rejeitar um juiz mação. Mas o Tribunal, compreendendo o plano dos advogados da defesa, não se deixou vencer e recusou o pedido, demonstrando assim a sua injusta parcialidade deferindo o pedido do promotor e indeferindo o da defesa.

Lida a ata, o Sr. Presidente intimou o Snr. Bispo e os seus defensores a comparecerem à sessão seguinte. Nenhuma demonstração teve lugar nesta ocasião, pois a multidão estava decidida a voltar no dia da condenação.

A SENTENÇA. Aos 21 de fevereiro realizou-se a segunda sessão do Tribunal. Naquele dia, muito antes de ser aberta a sessão, o recinto do Tribunal se achava inteiramente apinhado de espectadores. Às 9,30 foi aberta a sessão. Às 10 horas chegou D. Vital acompanhado pelo Exmo. Sr. Bispo do Rio de Janeiro e pelo Exmo.

D. Meige, Bispo de Cansas City (E. U. A.) que encontrando-se no Rio quis ter a honra de acompanhar o seu jovem colega ao Supremo Tribunal.

D. Frei Vital ocupou o mesmo lugar da sessão anterior, ladeado pelos Conselheiros Zacarias de Góis e Dr. Cândido Mendes, que já se achavam presentes.

Procedeu então o Sr. Promotor à leitura do seu Relatório, historiando, à sua maneira, todo o andamento do processo, declarando que o recurso fôra feito na forma da lei (?), repetiu as reclamações contra a injusta sentença do interdito e a suspensão ex-informata conscientia (?); referiu-se ligeiramente à resposta do Bispo ao Aviso do Conselho do Estado; ao ato de acusação e assim terminou: «finalmente tendo o réu de refutar o libelo, limitou-se a escrever as seguintes palavras «Jesus autem tacebat...»».

Tudo foi lido em meio a profundo silêncio. A esta resposta de D. Vital os juizes estupefatos, ficaram atônitos, entreolhando-se. Parecia terem perdido o uso da razão e da palavra; foi um instante verdadeiramente solene! Após longo momento de expectativa o Sr. Chichorro da Gama, com voz intranquila, disse: «Ele

se compara ao Cristo». Ninguém respondeu. E com esforço acrescentou: «Comparando-se a Cristo, nos põe ao nível de Herodes e de Pilatos!»

Isto jamais passara pelo pensamento de D. Fr. Vital, mas o Sr. Chichorro exprimia o reccio do Tribunal e o pensamento quase unânime da assembléia. Teria o Sr. Procurador previsto a emoção produzida por essa peça do processo? Talvez sim. Pois, de fato, desde o princípio, elle se tinha oposto à sua leitura, declarando-a inútil.

Afinal o Sr. Presidente dirigiu ao acusado a pergunta de costume: Deseja o Snr Bispo fazer alguma observação em resposta ao relatório?

D. Vital nada respondeu.

— O acusado nada tem, sem dúvida, a dizer uma vez que guarda silêncio, disse o Presidente, em seguida deu a palavra ao Sr. Procurador da Corôa.

Então o Exmo. Sr. Procurador em tom irritado, iniciou o requisitório:

«Hei de me queixar de não estar prevenido pelo Exmo. Sr. Presidente, da sua determinação. Elle criou um fato importante, autorizando acusado e acusador a pôrem objecções ao relatório. A acusação

é clara; os documentos dão as provas do abuso do poder e da revolta contra as leis do Império, levados a efeito pelo Sr. Bispo de Olinda.

Sente elle mesmo a sua causa perdida? Ou quer insultar o Tribunal? Elle observa um silêncio obstinado; pensa talvez que todos os ouvintes que o cercam são os seus defensores espontâneos?

— Não, respondeu o presidente, vendo nestas palavras um ataque aos advogados admitidos; o Tribunal admitiu dois advogados e a respeito não se permite discussão.

O Sr. Procurador, apoiado pelo Conselheiro Valdetaro empregou tôda a sua astúcia, para rejeitar os defensores de D. Fr. Vital. Receavam a sua ardente eloquência e profunda ciência. Mas o Sr. Presidente não se quis pôr tão abertamente a serviço da seita.

DEFESA DO DR. ZACARIAS. O illustre senador, rejeitada a pecha de intrusos atirada pelo Sr. Procurador, analysou minuciosamente o auto de accusação, e poudé brilhantemente provar que o Ss. Bispo de Olinda nenhum crime come-

tera, nem desobediência alguma; demonstrou irrefutavelmente não existir lei alguma aplicável ao caso vertente e finalmente provou a nulidade do processo que deveria ter seguido os trâmites estabelecidos pelo art. 179 — § 11 da Constituição.

Desenvolveu os seus pontos de vista com admirável eloquência, demonstrando que crime era a ordem ilegal, tirânica, desleal do Governo que apenas quis fazer política; isto, sim, era um crime que infringia um preceito expresso na Constituição política do Império: a omissão da forma do processo.

«Concluindo, Sr. Presidente, direi que o illustre prelado de Olinda sofre por um delito que não praticou, em processo o mais tumultuário e nulo de que haja notícia em o nosso fôro. Entretanto êle está resignado a tudo!»

O Dr. Cândido Mendes teve com dificuldade a palavra, mas enfim fora admitido e pode falar. O illustre advogado entrando logo no assunto mostra:

1.º) A incompetência do Tribunal. O Brasil se rege pelas leis de Portugal de 1823 e 1824, e pela Constituição (art. 178) que limita os poderes civis e (art. 179)

que garante a liberdade da consciência. O Bispo num Império Católico tem de obedecer ao Concílio Tridentino e ao Papa.

2.º) A lei de 1851 em que se baseia o Tribunal não faz referência à forma do processo.

3.º) Os Bispos e todos os religiosos são, conforme a frase da ordenação, pessoas de outra jurisdição... têm outro superior que é o Papa; falta pois ao processo a forma legal.

4.º) O artigo fala dos empregados da sua jurisdição, não dos dependentes do Papa; e uma lei promulgada para seus empregados não pode autorizar o Tribunal a discriminar o que é temporal do que é espiritual. A competência portanto da parte do Tribunal não existe.

5.º) Não existe desobediência. A Constituição e as leis provam que não há nem crime no procedimento do Bispo nem pena a lhe ser aplicada. Antes, pelo contrário, diz a lei que são puníveis os infratores da Constituição; e foi justamente o Governo que transgrediu os artigos 178 e 179 da mesma. Tudo estaria sanado se tivesse sido ouvido o Metropolitano ou o Papa.

«Por outro lado, se vós podeis levantar interditos pelos vossos Juizes, diz o advogado, como apelaís para Roma? E se apelaís para Roma e Roma vos satisfaz, como quereis punir o Bispo? Então praticais com o Revmo. Bispo de Olinda o *bis in idem*, querendo puni-lo duas vezes o que é contra a lei natural. E mais, Sr. Presidente, o Govêrno leva tão alto o poder do Estado a ponto de dizer que não se admitem bulas no Brasil sem serem placitadas. E em que se funda para querer que o Revmo. Bispo de Olinda cumpra sem beneplácito uma carta Antonelli que recebeu de Roma e que é reservada? Em que se funda para ao mesmo tempo querer que o illustre prelado seja condenado porque não obedeceu à injunção do Juiz de Direito a que não estava obrigado? A obrigação era levar o Juiz a sentença à Igreja onde funcionava a Irmandade e quem aí seria o desobediente? o Bispo ou o Vigário? O Vigário é que tinha de cumprir a ordem; se não a cumprisse, o processo era contra elle por ser o desobediente: contra o Bispo nunca, como me parece que a relação de Pernambuco nesse sentido resolveu. E concluiu:

«Eu compreendo, Sr. Presidente, a posição angustiosa em que se acha o venerando Tribunal composto de cidadãos tão eminentes pelo seu saber e virtudes. Eu compreendo essa difícil posição, não porque repute capazes de grande valor cívico, que é superior ao valor militar, mas porque vejo de um lado o Govêrno armado do seu poder. E nós sabemos o que é o Govêrno em nosso País, onde pode tudo! Pode quebrar (se não quizer ser seu instrumento) o magistrado mais altamente colocado, e reduzi-lo a nada. E por outro lado vejo também o Tribunal em presença de outra força tão temível, como a do Govêrno, sinão mais. E essa turba numerosa de escribas que inunda a côrte e as províncias, aterrando a todos e a tudo com a sua linguagem virulenta, que pede o crucifícamento dêste digno mártir da doutrina da Cruz (Muito bem! Muito bem! Murmurro). Eu portanto, Sr. Presidente, sei a luta que se deve travar na consciênciã dos magistrados; mas sei também que magistrados dignos dêsse nome, fortes no direito, hão de vencer. (Apoiado).

«Senhores! Vós sois homens, sois cidadãos e amantes da vossa pátria, sois pais de família, estremecidos por vossa prole,

sois católicos, fiéis cumpridores dos ditames de nossa santa Religião, sois, em suma, os magistrados mais elevados do país, que procurais sempre resolver e decidir as questões com a maior calma e sabedoria. Além disso, todos vós estais obrigados pela vossa idade a dar contas Aquêlé que foi julgado iniquamente pelos homens e que há de julgar a vós e a todos os poderosos da terra com maior severidade do que aos outros mortais. Nestas circunstâncias, tendes dois caminhos a seguir. Se, pondo os olhos em Deus e na lei, com a consciência pura, absolverdes o inocente arrastado a êste Tribunal por uma perseguição iníqua, vossos nomes serão escritos nos dípticos da imortalidade; a vossa memória atravessará abençoada a idade e os séculos futuros, aplaudida em vosso país pelos homens não só de nossa crença, mas por todos os que possuem um coração reto e leal.

Se, infelizmente, seguirdes outro caminho, conquistareis por certo aplausos momentâneos daqueles que anseiam pelo crucificamente dêste mártir (indicando o acusado); mas neste mundo, severa a história vos exigirá estreitas contas; no outro... é grande o poder da misericór-

dia divina; escolhei: (Muito bem! Muito bem! Fóra Fóra!)

O Cons. Sr. Cândido Mendes teve de parar várias vezes: os aplausos e os protestos partiam das galerias e de todos os pontos do Tribunal. «Durante todo o debate, narra o correspondente de «Jornal Florença», a calma de D. Fr. Vital foi prodigiosa. Ele não pronunciou sequer uma palavra, nem deu sinal algum de aprovação ou censura, no meio dos tumultuosos incidentes que sobrevieram».

O próprio Machado de Assis (incrédulo) que o viu pela primeira vez nesta ocasião à porta do Tribunal, 23 anos depois confessava: a «impressão que êste me deixou foi extraordinária». (Semana — 26 — 1 — 1897).

Quando o Sr. Cons. Cândido Mendes comovido e comovedor retomou o seu lugar, deu-se uma cena cheia de sublimidade, a qual nem os magistrados nem a polícia puderam impedir.

«O Sr. Bispo Diocesano, extremamente comovido, abraçou o mártir da Fé e igualmente os seus dois ilustres defensores. Os católicos precipitavam-se uns após outros, afim de se associarem aos defensores para homenagear o Bispo He-

rói. Todos queriam ser os primeiros a lhe beijar o anel, indo em seguida beijar igualmente os dois outros Bispos e apertar a mão aos dois heróicos defensores, apesar das risadas amarelas do grupo maçônico, visivelmente desapontado.»

Com grande esforço poudo D. Vital sair do Tribunal. Ao partir do carro que o conduzia juntamente com seus ilustres colegas, um prolongado e entusiástico viva irrompeu do seio da multidão que enchia a praça e as ruas adjacentes ao Tribunal. «Viva o Sr. Bispo de Olinda!» Depois freneticamente ovacionaram aos outros Bispos e aos ilustres advogados, que acompanharam ao Arsenal o seu constituinte, D. Vital a todos manifestou seus repetidos e cordiais agradecimentos.

As 15 horas e 40 minutos reabriu o Supremo Tribunal as suas portas e logo o Sr. Presidente procedeu a votação nominal. O Sr. Ministro Albuquerque declarou que o julgava incurso no crime de simples desobediência. Apenas o Sr. Barão de Pirapama declarou que votava pela nulidade do processo e pela incompetência do Supremo Tribunal! Foi elle o único que com toda a energia contestou a competência do Tribunal!

A maioria, porém, obedeceu às ordens do Governo, e o Bispo foi condenado a 4 anos de prisão com trabalhos. A seita plenamente satisfeita entoou o hino da vitória!

No Brasil foi D. Vital o primeiro Bispo, arrastado à barra do Tribunal; o 163.º funcionário julgado; o 2.º contra o qual foi proferida uma sentença condenatória e o único que soffreu a pena. D. Vital, cercado de amigos, em amistosa palestra, interrompeu-a para impertérrito ouvir o veredictum; e logo depois continuou a conversação sem demonstrar a mínima comoção; já sabia o que o esperava!

O silêncio profundo com que foi recebida a sentença, mostrou a suprema injustiça do Tribunal, e em tôdas as esferas cultas do Brasil ninguém aprovou o Governo opressor da verdade. Todos viram na sentença uma prepotência sem razão, um desabafo incontinido de ódio e de raiva: pois a questão ficou de pé e o interdito continuou a ser guardado!

Duas importantes revistas do fôro do Rio de Janeiro: «O Direito» e «Gazeta Jurídica» ilustrando a sentença, declararam-na sumamente iníqua e desonrosa

para o Brasil. Pelas colunas de «O Direito» diz em resumo o illustre A:

«Quando se considera que pelo Supremo Tribunal da Justiça foram julgados sem culpa o Presidente do Maranhão que mandou fabricar moedas falsas; que os desembargadores de 1831 absolveram os falsificadores das eleições da Vila Parnaíba (S. Paulo); que não foi pronunciado o Presidente de Sergipe que rasgara uma petição, que a parte requeria por direito; que nada sofreu o Presidente do Pará, cpondo-se ao cumprimento de uma ordem legal de **Habeas-corpus**; que ficaram impunes outros inúmeros crimes, provados verdadeiros atentados contra a liberdade, propriedade e segurança de illustres cidadãos, pergunta-se que enorme crime cometeu o Sr. Bispo de Olinda que foi condenado a 4 anos de prisão com trabalhos? Por uma simples desobediência? Causa espanto! O julgamento ressentia-se de injusticia notória e nulidade manifesta.»

O vencedor entrou para o cárcere, mas ficou de pé a questão; pois tinha razão o Prelado em afirmá-la puramente espiritual.

O illustre Dr. Carlos Frederico Marques Perdigão em a revista «A Gazeta

Jurídica», fez uma análise jurídica de vulto, que, publicada à parte, foi lida e aplaudida tanto no Império como no estrangeiro. Aqui reproduzimos apenas as conclusões do terceiro ponto do seu admirável estudo:

«Falemos aqui com a franqueza de um homem livre:

Desde a sua origem até a conclusão, este processo é uma página sombria para a nossa história!

E' o transtórno da nossa ordem social!

É a subversão de todos os princípios, de todas as garantias!

É o triunfo do erro sobre a verdade, da iniquidade sobre o direito!

É o suicídio da justiça, ou antes a aplicação cega e ímpia da força em opressão da inocência!

É enfim uma verdadeira desgraça pública e tanto mais contristadora quanto inevitável.

«O Sr. D. Vital, Bispo de Pernambuco, condenado a 4 anos de prisão com trabalhos, pelo exercício de uma **função ordinária** do seu santo ministério, é o único brasileiro para quem não existia nenhuma lei.

«Não gozou nem da sua alta condição, nem da condição comum!

«Que estranho e inconcebível destino!

«Última conclusão: A este processo a consciência geral deu já o nome verdadeiro. A sociedade brasileira deve, pois, ao Sr. D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda, diocesano de Pernambuco, a reparação do dano, que lhe foi feito; porque, por *invenção* atribuiu-se-lhe um crime; foi entregue à apreciação e decisão absolutas de um Tribunal que sem competência e por falsa causa, o fez prender e lhe impôs uma pena rigorosa separando-o assim do seu rebanho, confundindo-o com os maiores culpados e violando a Constituição do Império.

«O Sr. D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, como mártir de uma idéia de sua religião, de suas crenças, que são as nossas, acha-se condenado pelo mais elevado Tribunal; porém absolvido por este país e pela opinião pública que já proferiu o seu *verdictum* soberano.

O Sr. Bispo de Pernambuco tem direito à mais solene reparação, à mais completa indenização que possam oferecer os brasileiros. Essa reparação, essa indeni-

zação só se podem traduzir pelos sentimentos de uma veneração que lhe tributem todos aquêles para quem os interesses materiais não são o único objetivo; todos aquêles para quem os princípios de justiça, de moral e de Religião valem alguma coisa e estão *super-omnia*» (Cf. O Bispo de Olinda. — Vol. II — pág. 202 — 263).

O Imperador, aos 13 de março, publicou no «Diário Oficial» que «comutava a pena a 4 anos de prisão simples na Fortaleza de S. João; para onde foi transferido no dia 21 de março.

Alguns juízos de pessoas insuspeitas: «Foi um escândalo judiciário».

Barão de Cotegipe: «A magistratura violou manifestamente a lei penal.»

Viveiro de Castro em Vilhena de Moraes: O Gabinete de Caxias, pg. 126: «Semelhante veredictum foi bárbaro e cruel».

Marquês de S. Vicente. «Entristecem as almas sãs reler o libelo crime formulado pelo Procurador da Corôa, declarando-o incurso nas penas do art. 96 do Cód. Crim. com os agravos... isto é, pedindo que fosse metido na cadeia para que em 4 anos de saudáveis trabalhos se corrigisse e se emendasse... e o que é irrisório senão

afrontoso na boca da Justiça pelo seu órgão oficial, «impelido por um motivo frívolo ou reprovado com premeditação e com abuso de confiança...» A. Barbosa Lima.

«A condenação de D. Vital foi uma inaudita monstruosidade». Dr. Luiz Cedro.

CAPÍTULO XV

Na Prisão . Suas Pastorais — Sua Missão no Cárcere

NA FORTALEZA DE S. JOÃO. A Fortaleza de S. João acha-se situada ao sopé do Pão de Açúcar em frente ao Corcovado, à entrada da maravilhosa Guanabara em sítio muito mais aprazível do que o Arsenal de Marinha. Aí também lhe foram destinados três quartos; o mais confortável servia de capela e os outros dois de sala de visita, refeitório e dormitório para o Bispo e seus dois companheiros!

O insigne prisioneiro assim distribuiu o seu tempo: levantava-se às 6 horas, celebrava a Santa Missa e depois recebia os que iam visitá-lo. O resto do dia dedicava à sua correspondência, ao estudo dos Santos Padres e clássicos portugueses e à preparação das suas admiráveis Pastorais ou a responder às falsas acusações do Governo, demonstrando com o fato que o Evangelho não conhece barreiras.

1a. PASTORAL DO CARCERE. Aos 25 de março dava êle publicidade a uma maravilhosa carta Pastoral dirigida aos seus diocesanos, verdadeiramente digna de um Atanásio e de um Gregório Nazianeno. Ela é um grito de dôr por se ver afastado do seu rebanho amado, é um enérgico protesto contra os seus opressores; é um brado de júbilo por sofrer pelo amor de Jesus Cristo e um desafio aos seus mais encarniçados inimigos. Quem desejar ler uma das mais eloquentes peças da literatura cristã, leia esta pastoral e verá que ainda há dignos sucessores do Apóstolo S. Paulo. Ela mereceu os aplausos do mundo inteiro e teve o inestimável dom de converter inúmeros mações. (Vol. III — págs. 243 — 261).

Espalhavam os jornais da seita que D. Frei Vital já não tinha jurisdição na diocese, uma vez que se achava prêso. A esta aleivosia responde o nosso Bispo:

«Hoje aqui sepultado nas ignomínias e na noite sombria do cárcere, somos tão Bispos de vossas almas como ontem, lá sentado em nosso sólio episcopal e cercado de todo o prestígio e de todo o fulgor do poder espiritual, e com Santo Hilário,

Bispo de Póitiers. vos dizemos: Somos o Vosso Bispo. *Episcopus sum*».

«Há num cantinho da terra um homem curvado sob o pêso de 19 séculos, débil, abandonado por todos e sem apóio humano. Este é o venerando Ancião das Colinas Eternas, é o Augusto Vigário de Jesus Cristo. Só êsse glórioso mortal que tem na destra as chaves do Reino dos Céus, e a quem foi dado o poder de atar e desatar, é bastante poderoso para separar-nos de vós; só êle pode desatar os vínculos celestes que a vós nos estreitam.

«Enquanto, porém, sôbre os degraus do seu trono, dezenove vezes secular, não depositarmos o nosso bâculo pastoral, enquanto Pedro não falar pela bôca de Pio, seremos o Pastor de vossas almas; e em tôda a extensão e redondeza do globo terráqueo, não haverá poder nenhum, à exceção do dêle, que nos iniba de dizer-vos com tôda a propriedade e verdade: Somos o vosso Bispo. *«Episcopus sum»*.

Depois se refere aos inimigos:

«E que vantagem tiraram de tudo isso?

«A igreja nasceu, cresceu e vigorou no seio das perseguições e por isto nada.

há de recear; as portas do inferno não podem prevalecer.

«Mas o Estado?

«O futuro encarregar-se-á de nos responder!»

E respondeu aos 15 de novembro de 1889 quando foi destronado D. Pedro II que teve de sair do Rio às 11 horas da noite com mau tempo e doente na hora em que chegara D. Vital às 23 horas!!!

D. Vital não se contenta que os fiéis deplorem os terríveis males; quer que eles combatam como verdadeiros soldados de Jesus Cristo, marchando impávidos para as pelepas do Senhor:

«Ânimo! Não temamos a multidão... nem as máquinas de guerra; por Deus e não por nós é que pelejamos; Ele ainda esta vez salvar-nos-á infalivelmente!...

«Irmãos, se algum conselho de Balão por ventura vos derem, lembrai-vos de que o vosso companheiro d'armas, o vosso chefe, o vosso Bispo, enfim, geme no fundo de um cárcere e avantê!»

«Reeuar?... Nenhuma só linha!»

Recomendando coragem, paciência caridade assim se externa :

«Jamais se abram as nossas bocas, para deixar escapar, nem sequer, uma só

palavra de queixa...

«Pela mansidão, cordura, longanimidade e paciência, os nossos adversários convençam-se que em nosso coração, onde uma gota de fel se concentra, só há mel de caridade e reconheçam que assim não procede senão quem pugna pela causa santa da verdade.

«Ainda mais procuremos com afã prestar aos que nos perseguem, em todas as ocasiões, todos os serviços que estiverem na medida das nossas forças a eles, aos seus pais, esposas, filhos... todo o bem que nos for possível.»

Magnífica Pastoral!

Consagração ao Sagrado Coração de Jesus

D. Vital que já publicara «O Mês de junho», dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, foi o primeiro bispo brasileiro a lhe consagrar a diocese. No dia 12 de junho, festa do SS. Coração de Jesus, publicou o grande Bispo uma belíssima Pastoral em que concitava Clero e fiéis a rezarem muito em união com o adorável Coração; e ordenava que tanto na Sé, como em todas as

paróquias e com a máxima solenidade, fosse feita a consagração.

Na velha Sé de Olinda no dia 9 de agosto de 1874, perante numerosa assistência de romeiros vindos do Recife, a pé, e com todo o esplendor litúrgico realizou-se a solene cerimônia da consagração. Jamais fora presenciado um tão importante espetáculo de fé, devoção e entusiasmo! Tudo isto era sinal de que o povo jamais desanimara, mas com ardor sempre crescente seguia o Clero, amava e admirava o seu Bispo, lutador invencível, cujas sábias diretrizes estava firmemente decidido a seguir.

PERSEGUIÇÕES. A carta Antonelli fôra destruída. Roma recusára-se a dar satisfação ao Governo brasileiro. D. Frei Vital não cedia, o interdito continuava de pé, a missão Penedo fôra infrutífera. Os católicos no Parlamento e pela imprensa combatiam e satirizavam o Governo que se achava em sérias dificuldades. Sentindo-se assim humilhado, enveredou então o Governo pelo caminho da mentira e da perseguição. Decretou a prisão de D. Macedo Costa e dos Governadores do Bispado de Olinda. Recusou-se a pagar os

ordenados devidos aos Vigários e aos professores do Seminário; aos seculares mais destacados moveu a mais terrível perseguição; e, por fim, de maneira brutal, desterrou os Jesuítas, acoimando-os de incitadores da revolução dos «Quebra quios» e acusando-os de entreterem relações secretas com o P. Ibiapina e D. Vital.

O Bispo não se limitou a lançar o seu veemente protesto pela imprensa todas as vezes que o Governo mentia, caluniava, infamava, mas também deu publicidade a um ótimo e oportuno trabalho instrutivo, intitulado: «A Maçonaria e os Jesuítas», trabalho que o Governo não teve a coragem de refutar e mereceu a honra de mais de 10 edições. Pastoral — Vol. III — págs. 263 — 283

MISSÃO EXTRAORDINÁRIA. No dia seguinte ao da chegada à fortaleza de S. João, sua prisão, à semelhança de um santuário, tornou-se objeto de contínuas e numerosas romarias.

De todos os recantos do Brasil recebia o ilustre Prelado uma verdadeira chuva de cartas de protestos, de respeito e devotamento.

O Cabido, o clero de Olinda e a «União Católica» apresentaram-lhe as homenagens.

gens de sua profunda admiração e inteira obediência; Ordens e Associações religiosas, senadores e deputados felicitavam-lhe a inabalável fortaleza; Colégios eleitorais e municipics renderam-lhe calorosas homenagens; todos, enfim, o incentivavam na continuação da luta. Damos abaixo alguns nomes extraídos da extensa lista publicada no admirável trabalho: «O Bispo de Olinda perante a História» de Dr. Manuel dos Reis.

Exmo. Arcebispo Primaz e Bispos de Mariana, S. Paulo, Diamantina, Goiaz, Maranhão, Ceará, Rio G. do Sul, Rio de Janeiro; os Bispos de Guarda, Braga e Angra, (Portugal) Chartres, (França) Lerino, (Itália), o Arcebispo de Santiago, os Bispos de Concepcion, Himário juntamente com o clero e fiéis, Bispo de La Serena, (Chile), Arcebispo de Haití e Buenos-Aires.

Professores e alunos do Colégio Pio Latino Americano, Associações das Obras Pontificias, da Bélgica, Associações católicas da Grã Bretanha e Portugal.

Municípios e Câmaras: Pomba, Ouro Preto, Juiz de Fora, Itapetinga, S. João de Capivaras, Taubaté, Jundiaí, Serafim, Tatui, Itú, Caçapava, Casa Branca, S.

João del Rei, Caeté, Ubá, S. Miguel, (Diamantina), Formiga, Dôres, Macelão, Rio Novo, Macaé, Vila Imperatriz, (Alagoas), Barbacena, Bonfim, Mercê, Mar de Espanha, França do Imperador.

De inúmeras cidades e freguesias foram endereçadas petições ao Parlamento e ao Imperador pela libertação dos Bispos mártires. Nesta justa e meritória campanha ocupa lugar de honra a provincia de Minas Gerais com 51.129 assinaturas, seguindo-se Ceará com 31.325; Pará com 6.000; Pernambuco com 12.680, S. João d'El-Rei com 226; Campanha 360; Mercês; Mar de Espanha 260; Constituição (S. Paulo), Ceará Mirim, Caçapava, Lencóis, Pinheiros, Bagagem, etc.

Dirigiram petições a S. M. o Imperador, o Exmo. Sr. Arcebispo Primaz e os Bispos do Rio de Janeiro e de Mariana; os municípios de Ubá, Barbacena, Bonfim de Vila de Matos, e outros; também as distintíssimas senhoras da sociedade baiana e carioca dirigiram uma petição a S. M. a Imperatriz.

Do Ceará foi enviada uma outra petição com 5.134 assinaturas, em que era apresentada denúncia contra os Minis.

troz Visconde do Rio Branco, Dr. João Alfredo Correia de Oliveira e o Visconde de Caravelas como incurso no crime de traição à Religião do Estado conjuntamente ao de suborno. Esta petição foi apresentada no Parlamento pelo Dr. Leandro Bezerra, deputado por Sergipe. Ligeiramente examinada por trêsições, foi ela não somente rejeitada, mas também queriam transformá-la em triunfo da maçonaria.

O Sr. Ferreira Viana, iniciando o debate, mostrou a patente inépcia da comissão especial que procurara desculpar o ato dos Ministros. «Se os culpados não eram os Ministros, não era o Supremo Tribunal de Justiça, não era o delegado do Imperador em Pernambuco; quem seria então o grande culpado? Talvez a seita?» perguntou o orador... Ninguém respondeu, ninguém redarguiu. Os ministros sentiram-se fulminados, porque se fugindo da sua responsabilidade se isentavam da pena, todavia ficavam humilhados como covardes.

É supérfluo dizer que em Pernambuco se orava fervorosamente diante do SS. Sacramento cotidianamente exposto, pela pronta libertação do Pastor querido.

No Rio de Janeiro todos os dias eram celebradas Missas em várias igrejas e súplicas ardentes eram igualmente dirigidas ao Altíssimo com a mesma intenção. Além disso um grupo de católicos iniciou uma subscrição em favor dos Bispos apriacionados e do Clero privado pelo Governo das suas cóngruas. É claro que tudo isto muito confortava os dois destemidos confessores da Fé. A Fortaleza de S. João e a Ilha das Cobras onde estava prêso D. A. Macedo Costa transformaram-se num templo augusto e as figuras dos Bispos se tornaram alvo da extraordinária simpatia das populações católicas do país e do mundo inteiro.

Para lá se encaminhava uma verdadeira multidão, vinda de todos os pontos do império para visitá-los, admirá-los, ouvi-los e receber a bênção daqueles novos mártires das masmorras do Rio de Janeiro. Os fiéis em verdadeiras romarias iam assistir ao Santo Sacrifício da Missa e receber das mãos daqueles heróicos Bispos a sagrada comunhão. Especial menção merecem duas dessas romarias; a de junho e a de setembro de 1874, em que estavam representadas todas as classes sociais por milhares de fiéis.

Tamanho era o conceito de que gozava D. Vital em todo o Brasil, que mereceu a honrosa visita da própria princesa Isabel, por intermédio da qual o grande Bispo conseguiu chamar os seminaristas do Recife e ordená-los sacerdotes na própria fortaleza. Entre estes felizardos podemos citar os Padres João Moura e Temístocles G. de Andrade.

De modo especial sentiram-se aquêles dois ilustres antístetes pelo grande bem espiritual advindo da perseguição. Revigoração da fé e do fervor, frequência aos sacramentos, estudo das questões religiosas e das verdades católicas, leitura das cartas do Papa e dos Bispos assim como dos jornais católicos. Daí as inúmeras conversões de adeptos da maçonaria e dos que até então se descuidaram da vida e das práticas cristãs.

D. Fr. Vital pode escrever: «O Bispo teve o júbilo inefável de receber êle mesmo a abjuração de muitos maçons reigos, sobretudo no momento de sua prisão e durante todo tempo que demorou na Fortaleza de S. João.»

Outra ocasião de apostolado para D. Fr. Vital foi a epidemia de febre amarela que assaltou a guarnição daque-

le presídio, no mês de julho de 1874, com fúria e violência verdadeiramente incriveis.

O Prelado se fez imediatamente capelão voluntário e generoso, visitando diariamente os doentes, consolando-os exortando-os à paciência e coragem; e com carinho verdadeiramente paterno os instrua nas verdades eternas. Geralmente a ignorância religiosa entre os soldados é grande: muitos deles não conheciam o catecismo, nunca se tinham confessado e comungado, alguns nem mesmo eram crismados. E o grande bispo prisioneiro, à cabeceira daqueles infelizes, lhes ia ensinando as primeiras verdades cristãs, repetindo as orações, e antes que exalassem o último suspiro, confessava-os, administrava-lhes a SSma Comunhão, e os crismava. Era uma bela e grande missão na qual todavia não lhe podia faltar a provação.

O comandante da guarnição maçon que era proibiu terminantemente ter comunicações com os soldados, reservando-se de chamá-lo quando se fizesse necessário. A rispidez a falta dos mais cozinhos princípios de educação uniu aquêlê desalmado chefe militar a mais

censurável zombaria, mandando chamar o Prelado apenas quando o doente já tinha falecido!!! Aflitíssimo ficava D. Vital por ter chegado demasiado tarde, e então o comandante o interrompia numa sarcástica gargalhada... Este bárbaro expediente repetiu-se diversas vezes.

E D. Fr. Vital?... Retirava-se silencioso, sem manifestar a mínima emoção, para não exasperar ainda mais o cruel carcereiro, e ver-se impedido de fazer o pouco bem que ainda lhe era possível, num apostolado que não conhecia limites.

CAPÍTULO XVI

Os Protestos — Libertação — Viagem a Roma — Vitória Completa

OS PROTESTOS. Insustentável era a condição imposta aos Bispos; ela suscitou uma verdadeira chuva de protestos não apenas no Brasil, mas em todo o mundo católico. O primeiro protesto foi do Exmo. Sr. Internúncio, porém já demasiado tarde, de maneira que o Governo não o levando em conta respondeu com suma aspereza e brutalidade taxando o protesto de impertinente e nulo!!!

O Santo Padre Pio IX, apenas recebida a notícia da prisão e condenação do Bispo, por intermédio do Governador do Bispado de Olinda, respondeu incontinenti expressando o seu acerbo pesar diante do sacrílego desacato. «Essa injúria aparecia-lhe mais indigna porque feita no mesmo tempo em que o enviado do Brasil dava palavra expressa que nenhum ato hostil se teria praticado contra

o Bispo. «Protestou, recebendo o patri-
ciado romano: «por ter sido encarcerado
no Brasil um bispo que condenara os ma-
ções condenados muitos vezes, por esta
S. Sé. Quiseram ferir o justo para sus-
tentar os sectários; e tudo isto se fez
contra a palavra dada por aquêlê que re-
presentava o Governo do Brasil». Além
de tudo isto, ordenou o Santo Padre
ao Cardeal Antonelli que fizesse um pro-
testo oficial.

«Este fato bastante desagradável
em si, (escreveu o Card. Antonelli) pela
violação da imunidade eclesiástica, alte-
rava as boas disposições de S. Santidade
para levantar os interditos... O Papa
confiava que a boa disposição do Govêr-
no não fôsse a condenação dos Bispos a
4 anos com trabalhos forçados, por terem
cumprido o seu dever. Se o S. Padre
tivesse imaginado semelhante desfecho,
jamais se deixaria ter levado por uma
benigna disposição e nunca teria enviado
a malfadada Carta. Tinha razão, pois,
D. Vital em negar-se a publicá-la, exi-
gindo explicações.

O Papa várias vezes manifestou a
sua intensa máguia pela perseguição aos
Bispos e «a causa dos Bispos se tornou

a causa do próprio Sumo Pontífice», como
confessou o Sr. Barão de Penedo, visto
fracassada tôda a sua arte diplomática,
por culpa exclusiva do Governo. Em res-
posta a D. Vital declarava o Sumo Pon-
tífice que dadas as circunstâncias, a
Carta era de todo inútil. Ademais a pe-
dido do Embaixador do Brasil junto ao
Vaticano, aos 9 de fevereiro, de 1875 di-
rigiu S. Santidade uma carta a S. M.
D. Pedro II que afirmava: «As igrejas
serão imediatamente abertas, contando
porém, que se afastem os mações dos
cargos que exercem nas Irmandades...
liberte os Bispos e ponha termo a essa
dolorosa história!!!... (1) (Conf.: Um
grande Brasileiro, pág. 193).

O Imperador, porém, persistiu na
sua obstinação e não deu ouvidos à carta
pontifícia. Inúteis foram também os pe-
didos do Sr. Conde d'Eu e da princesa
Isabel.

O Imperador continuava impassível;
mas Deus teve compaixão do seu povo e
o Gabinete Rio Branco caiu em 25 de
julho de 1875.

LIBERTAÇÃO. Então D. Pedro II
apelou para o patriotismo do Sr. General

Duque de Caxias para a formação do novo ministério. Este grande filho do Brasil, vencedor do Paraguai, sinceramente devotado à monarquia, cheio de relevantes serviços à pátria, e embora já de avançada idade e saúde abalada, aceitou o honroso convite, sob a condição, porém, de serem os Bispos anistiados e encerrada a questão religiosa, da qual muitos se aproveitam para fomentar novas revoluções. O Imperador, embora contrário, teve que se submeter a estas condições e aos 17 de setembro assinou o decreto da completa anistia; e no dia 18 em meio a frenéticos aplausos da multidão que ansiosa os aguardava, deixaram a prisão os ilustres e heróicos mártires da Fé.

D. Fr. Vital e D. Macedo Costa, apenas libertos, logo se dirigiram ao Palácio de S. Cristóvão afim de render o seu preito de homenagem a S. M. o Imperador e à família imperial; em seguida foram testemunhar o seu sincero agradecimento ao Ministério que os acabava de libertar e ao Sr. Internúncio, recolhendo-se ao Convento dos Capuchinhos, no Mórro do Castelo, onde do melhor modo possível lhes procuraram mitigar os sofrimentos da prisão.

REGOZILIO. O Imperador que até então teimara em não ouvir os brados do mundo civilizado e em particular os repetidos clamores do Brasil, que pedia a libertação dos Bispos, teve de testemunhar as entusiásticas manifestações de júbilo com que o povo recebeu a alviçareira nova da anistia e de lêr as inúmeras cartas de agradecimento que de todas as partes do império lhe chegavam.

As assembléias provinciais de Minas Gerais, de Paraíba, do Rio de Janeiro, os Conselhos municipais de Caçapava, Tamanduá, Taubaté, Ouro Preto, Porto Alegre, Dôres, com incontido entusiasmo saudaram o retôrno da paz e da justiça.

Sempre e em todas as partes eram os Bispos alvo das mais sinceras e calorosas manifestações populares. O Convento onde se achavam hospedados, durante uma semana inteira tornou-se objeto de continuas romarias, a êle acorriam representantes de todas as classes sociais que ansiavam por receber a santa bênção daqueles destemidos arautos da Fé. Em honra aos dois ilustres campeões da Igreja, D. Pedro M. de Lacerda deu uma solene e comovedora recepção em seu Palácio, onde se reuniram os dois seminários,

inúmeros Prelados, sacerdotes seculares e regulares e destacados membros da sociedade.

D. Vital não se demorou em dirigir uma respeitosa carta ao Sumo Pontífice e uma admirável Pastoral ao seu rebanho, anunciando o termo da sua injusta reclusão: «Relaxaram-se afinal as cadeias da nossa prisão; escancararam-se as portas do nosso cárcere. Estamos livres!...»

Decem-se os nossos amigos ao trabalho de lê-la e ainda hoje sentirão toda a coragem, a eloquência e sublimidade do homem de espanto! (Carta Pastoral anunciando o termo da sua reclusão (1) Vol. III — págs. 461 — 487).

VIAGEM A ROMA. Não era D. Fr. Vital homem das meias medidas. A anistia destruía o passado, mas não dizia de que lado estava a razão, nem estabelecia diretrizes para o futuro. Isto era da única e exclusiva alçada do Vaticano. Resolveu então o Bispo, conforme expôs na sua Pastoral, ir ter com Pedro (O Papa) em Roma, prestar contas da sua administração e conduta a respeito da maçonaria e ouvir-lhe dos lábios a palavra clara e segura pela qual se pudesse nortear para o futuro, já que a missão

Penedo confundira os acontecimentos e ludibriara a boa fé do Romano Pontífice na tão debatida questão religiosa.

Com esta intenção tomou passagem a bordo do «Corcovado» que zarpou do Rio de Janeiro aos 4 de outubro, aportando a Bordéus aos 25 do mesmo mês. Daí dirigiu-se D. Vital a Lourdes, a fim de recomendar a sua causa, ou melhor a causa da fé no Brasil e a honra da Igreja à Virgem Imaculada. E não foi vã a sua confiança na excelsa Virgem, nossa Mãe do Céu.

Conta êle mesmo que chegado em Lourdes rezou muito e hospedou-se na casa dos Padres. As 4 horas da madrugada foi despertado por uma voz infantil que lhe anunciava as lutas que o esperavam em Roma e ao mesmo tempo a portentosa vitória que haveria por fim de alcançar... Esta misteriosa voz pouco a pouco se foi afastando. Quem seria aquêlê menino que naquelas ruas êrmas e escuras da noite lhe falava de Roma, e do fim da sua viagem?! Plenamente convencido ficou D. Vital de que aquela voz era do céu, para lhe infundir coragem e esperança no futuro, dado que nem havia me-

pinos na Casa. nem elle tinha revelado a ninguém para onde iria.

Desde então inundou-se-lhe a alma de uma santa alegria e de uma inabalável certeza da vitória final, certeza que jamais o abandonou, se bem que, dizia elle, fosse a luta do barro contra o ferro.

Em Tolosa demorou-se quatro dias em companhia dos seus irmãos de hábito, que ficaram muito admirados ante a completa transformação operada no seu antigo companheiro. Já não era aquêle rapazinho magro, pálido, quase agonizante, mas um jovem Bispo de porte elegante e varonil. De Tolosa foi a Marseilha, Génova, Florença, Assis, onde passou um dia junto ao sepulcro do Seráfico Pai; e aos 9 de novembro chegou à Roma, hospedando-se no «Convento dos Capuchinhos dos Santos Quatro Coroados» onde foi recebido com a devida honra. Logo no dia seguinte obteve audiência do S. Padre Pio IX, que o estreitou ao peito, proferindo estas ternas e animadoras palavras: «O' mio caro Olinda!...» Grande admiração causou aos presentes o lêr-se afastado o Papa das praxes de estilo nesta singular manifestação de afeto e estima para com o apostólico Prelado.

Logo após mandou Mons. Jacobini, Secretário da Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários, com um official da mesma Secretaria, restituir, em nome do Augusto Pontífice, a visita ao digno Prelado, (prova de consideração esta que os Pontífices apenas fazem aos Bispos mais beneméritos da Igreja) e oferecer-lhe duas grandes medalhas, uma de ouro e outra de prata.

Passando a visitar o Card. Antonelli, não encontrou uma tão expansiva recepção. A queima-roupa annunciou-lhe o Cardeal que dera ordem para o levantamento dos interditos e para a publicação da carta fatal de 18 de dezembro, causa de tantos dissabores. O nosso Bispo com a sua calma habitual, invocando o auxílio do Alto, pediu o resumo das instruções enviadas ao Brasil e logo no dia seguinte foi ao Vaticano entender-se com a Suprema autoridade da Igreja. Pio IX, pasmado diante do que lhe acabava de expôr D. Vital, pediu um relatório de tãda a questão religiosa do Brasil, completo, irretorquível.

O nosso Prelado o fez em breve mas da comissão de Cardeais designada para estudar a questão do Brasil, apenas

um, o Card. Panebianco, franciscano, era favorável a D. Vital. Os outros mostravam-se contrários; primeiro porque ignoravam a verdadeira situação das Irmandades maçônicas, depois temiam o rompimento da concordata, e por fim o seu presidente, Card. Antonelli, sempre se manifestou contrário a D. Fr. Vital. A discussão durou seis meses e a comissão parecia irreductível, sempre contrária a D. Vital até a véspera da votação; mas chegada a hora do voto foram favoráveis. Que foi? Sem dúvida o milagre prometido pela voz misteriosa de Lourdes!...

Pio IX, porém, já de algum tempo lhe declarara que plenamente aprovava a sua corajosa e prudente conduta em toda a que...

VITÓRIA COMPLETA. Enquanto aguardava a tão esperada solução dirigiu-se D. Vital aos banhos de Cautelets, fazendo depois uma estação de repouso em Paris. No começo de maio de 1876 recebeu um telegrama de Mons. Mermillod, annunciando-lhe estar pronta a encíclica que tanto o governo brasileiro como a maçonaria esforçava-se por destruí-la.

Partiu D. Vital para Roma, e no mesmo dia dois desconhecidos, que se diziam brasileiros, foram à sua procura. Quem eram eles? Sem dúvida, emissários da seita.

Aos 5 do mesmo mês era recebido pelo Sumo Pontífice que o abraçou paternalmente e declarou-lhe que aprovara plenamente a sua heróica conduta e de outros Bispos brasileiros, entregando-lhe então a tão suspirada encíclica «Exortae» que condenava a maçonaria brasileira e ordenava serem os maçons eliminados das Irmandades.

Cheio de santa e entusiástica emoção telegrafou aos seus irmãos de Paris: «Vitória completa! Tenho na mão a Encíclica!» Roma falou, encerrou-se a causa! Em testemunho de sua filial gratidão ofereceu ao Santo Padre a cruz peitoral e o precioso anel que no dia de sua sa- gração recebera como lembrança de D. Pedro M. de Lacerda. De Pio IX essa cruz passou ao Bispo de Muenster (Alemanha), a qual como relíquia de D. Vital foi transmitida aos seus digníssimos sucessores e até 1946 se achava em poder do ilustre antistite, (lutador impávido, como D. Vital) Mons. Von Galen, (cardinal).

O Papa comovido ofertou-lhe um magnífico Missal e uma rica almofada bordada a ouro que ainda hoje se encontra no salão nobre do Arcebispado do Recife.

Além disso temos outro testemunho insofismável de que o Papa estava perfeitamente convencido que D. Vital e D. Macedo Costa tinham demonstrado heroísmo e eram beneméritos da igreja; é que êle quis criá-los Cardeais (1) Cf. Dr. Vilhema de Moraes: «Vozes de Petrópolis», abril de 1959».

Agora, sim, podia D. Vital voltar triunfante à Pátria querida. Antes de deixar a velha Europa, visitou os seus irmãos d' França e da Bélgica. Ao despedir-se de seus companheiros de Tolosa, a Fr. Exupério que lhe augurava uma feliz viagem e um longo e frutuoso episcopado, D. Fr. Vital respondeu: «Sim, rezem; tenho muita necessidade. Dentro de dois anos serei ou desterrado ou envenenado!» Mais tarde veremos que estas palavras encerravam uma verdadeira profecia.

Aos 19 de setembro embarcava no «Paraná» rumo ao Brasil.

CAPÍTULO XVII

No Recife e no Rio — Entusiástica recepção — Visita Pastoral

IMPONENTE DEMONSTRAÇÃO
Viajou o ilustre Bispo em companhia de seu fiel secretário Pe. Lima e Sá e do futuro primeiro Cardeal do Brasil, o Rvmo P. Joaquim Arcoverde Cavalcanti que a convite seu viera de Roma para ocupar um destacado cargo no Seminário de Olinda. Agradabilíssima decorreu a viagem e à tarde do dia 6 de outubro aportava ao Recife. Assim nos a descreve o ilustre e venerando Dr. Landellino Câmara, ainda vivo e testemunha ocular da estrondosa recepção do povo recifense ao seu heróico Bispo.

«Lembro-me bem daquela tarde de 6 de outubro de 1876.

«Era eu então uma criança que iniciava os estudos de humanidades.

«Embora o meu espírito ainda não fosse capaz de altos raciocínios sobre a luta que então se travava atingindo a acuidade, entre o preclaro Bispo de Olinda, D. Vital, e a maçonaria, meu coração se inclinava todo para o lado do jovem Pre-

lado a quem via martirizado, mas sempre altivo e nobre.

«Tomei-me de verdadeira paixão por aquela mocidade combatente que se impunha à admiração dos homens de sã consciência; por aquela invejável serenidade que se não alterava aguilhoada de máximos sofrimentos; por aquela indômita coragem de confessor da Fé a vibrar o seu Non possumos em face a triunfante unquidade das potestades terrenas .

«Via-o desrespeitado em sua autoridade, escarnecido em suas ordens, insultado de mil formas nos comícios e jornais maçônicos, caluniado em seus atos, ridicularizado em torpes jornais caricatos...

«Vi-o depois processado, prêso, transportado . Côrte. julgado por tribunais sectários e condenado a 4 anos de prisão com trabalhos na ilha de S. João.

«E tudo isto por que quis separar o joio do trigo; por que quis separar o católico sincero do hereje encapotado.

«Em todas as fases da tormentosa luta vi-o sempre o mesmo, sereno, doce, risonho, imperturbável e nobre, sem recuar nem ceder; sem se queixar nem temer, sempre a fazer flutuar bem alto o sagrado vexilo da Fé.

«Mas também vi, desde o início da memorável luta formar-se ao redor dele

uma legião de verdadeiros católicos dispostos a dar a própria vida em defesa da Fé que os nossos ancestrais nos legaram, a qual era gloriosamente sustentada pelo Pastor amado.

«O número de legionários aumentava na proporção dos dias de luta e na razão da fúria que ela ostentava.

«Em sua dolcrosa paixão, D. Vital não esteve só.

«Milhares de peitos ardorosos e sinceros o acompanharam, sempre fiéis desde o tragar do cálice até o Exultet do Triunfo.

«Relaxadas as cadeias da prisão, pela anistia concedida ao Bispo-mártir, anunciou êle, em tocante pastoral, o seu regresso ao rebanho diléto que ansioso o aguardava.

«E na tarde do dia 6 de outubro de 1876 desembarcava no Recife e era recebido qual um triunfador.

«Imensa a multidão que se aglomerava no pôrto de desembarque, prêsa de fremente entusiasmo, num retumbante VIVA D. VITAL! acompanhado de uma torrente de palmas.

«Indescritível momento! Os vivas re-
crudesciam de instante a instante através das salvas da fortaleza, das harmonias im-

pulsivas das bandas de música do estrugir das girândolas e do repicar festivo dos sinos de todos os templos da cidade...

«Formou-se o imponente préstito. A multidão alvoroçada, em delirante aclamação o levava em triunfo até a igreja do S. Pedro, para cantar o «Te Deum» de ação de graças, e D. Vital que, cercado desses corações em júbilo, caminhava, revestido de suas vestes pontificais, tendo na cabeça a mitra preciosa, na mão esquerda o báculo de ouro e erguida a destra em bênção que ôle comovido e risonho, multiplicava sobre os seus diletos filhos em Cristo.»

«Ao penetrar no templo e depois que, a grande Orquestra, foi entoado o Ecce sacerdos magnus, — duas meninas apresentaram-lhe uma palma artística de ouro como ao vencedor. — Então rompeu, majestoso e tocante o hino a D. Vital, de música vibrante e letra expressiva, cujo estribilho era secundado pela multidão entusiasta que enchia o templo a transbordar.»

«Nunca senti até hoje a impressão tão viva, tão forte, tão enternecedora e creio que nunca mais sentirei na minha vida.»

Apresentou-lhe os votos de boas-vindas o renomado orador sacro Fr. Celestino de Pedavoli. Assomando então ao púlpito pronunciou D. Vital uma vibrantíssima oração, extuante de fé inabalável, incontido entusiasmo e coragem indômita, oração que a todos, amigos e inimigos, profundamente comoveu. Era o canto do cisne. Oração digna de um Santo Ambrósio quando destemido em luta com o Imperador Teodósio, teve a coragem de lhe fechar em face as portas do templo! A noite apresentava-se a cidade feericamente iluminada e nas fachadas de inúmeras residências tremulavam bandeirinhas multicores. Tudo era alegria e entusiasmo.

NO RIO. — Alguns dias depois embarcou D. Vital com destino ao Rio para apresentar ao Governo o relatório de sua viagem a Roma e tributar-lhe as devidas homenagens. Durante a sua permanência na capital do país, visitou o Exmo. Sr. Internúncio, com quem entrou em entendimento acêrca da publicação da encíclica sem que desse lugar a descontentamentos e distúrbios. Ao Barão de Cote-gipe, ministro da Fazenda, pediu que fossem feitos os pagamentos das subvenções,

suspensas desde 1873, afim de cobrir as despesas feitas com a sua viagem à Europa e o tratamento de sua saúde. Ao mesmo tempo impetrou auxílio para o Seminário Menor que dentro em pouco iria abrir. Ao Govêrno apresentou uma lista dos sacerdotes mais dignos e capazes para preencherem as vagas do Cabido. A sua visão esclarecida não passou despercebida a necessidade de dividir a sua vasta diocese ao menos em três: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, — Alagoas e Sergipe, mas a brevidade do seu bispado impediu a realização desta idéia, que somente se objetivou quando desaparecidas as dificuldades do Govêrno monárquico veio a liberdade da Igreja.

RECEPÇÕES. — Pelas associações católicas lhe foi promovida no Colégio da Estância uma solene recepção. Naquele antigo estabelecimento de ensino, ricamente engalanado, viam-se representantes de todas as classes; após a saudação oficial, ergueu-se D. Fr. Vital e com eloquência mais celeste do que terrena exprimiu aos manifestantes a sua inorredoiira gratidão.

No dia 7 de janeiro, várias associações operárias, precedidas de bandas mu-

sicais, desfilaram pelas ruas em demanda ao Palácio da Soledade afim de homenagear ao heróico bispo pernambucano, que com a sua natural afabilidade e fidalguia recebeu os manifestantes. Usando da palavra o presidente de uma daquelas Associações fez um bellissimo discurso, simples, mas que sinceramente exprimia o intenso júbilo que invadia todos aqueles corações, em vendo retornar ao seu convívio o Pastor estremecido. Nesta mesma ocasião lhe foi ofertada uma caneta de ouro como prova inconcussa de que estavam plenamente de acôrdo com tudo o que escrevera e fizera D. Vital em defesa da religião e pelo bem das almas.

D. Fr. Vital num breve e admirável improviso, sinceramente comovido, louvou a significativa idéia, afirmando que aos seus olhos aquela oferta se multiplicava de valor por vir não das mãos dos potentados da terra, mas de simples operários. Naquela caneta êle via a prova irrefragável da perene gratidão daquele povo pelos seus trabalhos durante a luta, sentia-se orgulhoso diante do seu querido rebanho que não se arrecejava de manifestar a sua fé em plena luz do dia. Por fim os concitou a se unirem em derredor dos sacerdo-

tes e do bispo que eram e serão sempre os melhores amigos das famílias e dos operários.

VISITA PASTORAL. — Aproveitando a época quaresmal de 1877, iniciou o Ilustre Prelado a tão almejada visita pastoral. Em todas as freguesias em que passava, a sua bondade admirável, a eloquência sempre prática e acessível e a lembrança da terrível luta que acabara de vencer lhe alcançavam verdadeiros triunfos. Mas hoje, quem poderá imaginar as dificuldades, os sacrifícios de uma visita pastoral daquele tempo, em que tão exíguos eram os meios de transportes! Viajar léguas e léguas a cavalo, confessar, crismar, pregar sem descanso, tudo isto concorreu para abalar seriamente a sua saúde. Todavia sofreu sem se queixar, resistindo firmemente aos excessos de trabalho até que teve de voltar ao Recife para iniciar as solenes cerimônias da Semana Santa e da Páscoa. Então escreveu ao Exmo. Sr. Ministro e a S. A. I. Princesa Isabel, relatando o seu precário estado de saúde que exigia urgentes cuidados. Em resposta afirmou-lhe a princesa que se sentiria imensamente feliz em vê-lo to-

mar as necessárias providências para o seu pronto restabelecimento, chegando mesmo a lembrar-lhe uma viagem à Europa se necessário fôsse.

Diante desta resposta pôs em ordem os negócios do bispado, saldou as muitas dívidas contraídas pelo seu antecessor, encaminhou o seminário menor e colocou à frente da diocese o destemido Padre Graciano de Araújo. Assim poderia partir tranquilo; ninguém o poderia acusar de ter abandonado o seu posto, nem de ter fugido ao trabalho. Ainda uma vez foi ao Rio, para cumprir os seus deveres de cortesia, mas apenas a alguns íntimos participou o seu projeto, e no dia 1.º de maio de 1877, rumou à França a bordo do «Paraná».

CAPITULO XVIII

Na Europa — Agrava-se o seu estado de saúde — Morte.

NA EUROPA. — Quando já se aprestava o navio para levantar ferros, o nosso bispo abraçando afetuosamente um íntimo amigo, disse-lhe: «Nunca mais nos veremos no Brasil e talvez nêste mundo». Seria profecia? Seria um simples pressentimento? O que é certo é que sentiu confranger-se-lhe o coração à saída da maravilhosa Guanabara quando em meio à diáfana p^a umbra ia aos poucos desaparecendo o elegante perfil da encantadora Serra dos Orgãos. Ele imensamente amava o seu Brasil, e a miúdo ia repetindo o célebre adágio francês: «A todo o coração bem formado, é a pátria extremamente cara»; e ao Pe. Barroso assim escrevia: «As nobres paixões que pulsam debaixo do burel se purificam. Pátria, irmãos, amigos continuam a amar-se entrelaçados aos pés da cruz; como que participam da grandeza e da eternidade e

Deus «Na pátria e fóra, jamais recusara D. Vital auxílios, conselhos, conforto aos compatriotas, e muito menos ainda aos que na Europa encontrou. De lá enviou paramentos sagrados para suas igrejas pobres; sempre dela se interessou. Desembarcando em Bordéus aos 21 de maio, dirigiu-se ao Convento de sua Ordem, em Paris, onde se encontrava o seu grande amigo e protetor Fr. Apolinário. Com êste desabafou o próprio coração e lhe manifestou a sua íntima resolução de renunciar ao bispado e retomar o hábito e a vida franciscana. A êste respeito esreveu a Pio IX.

S. Santidade em afetuosíssima carta manifestava-lhe o íntimo pesar que experimentava, exortava-o a cuidar sèriamente da sua saúde e ao mesmo tempo afirmava: «Que seria pecado aceitar tal renúncia!»

Tendo quase por completo perdido a voz, prescreveu-lhe um médico uma rigorosa estação d'águas em Bourbulet e Aix-les-Bains.

Achando-se de passagem em Paris, seu íntimo confidente D. João Esberard, que já conhecia o seu pensamento, êste lhe sugeriu escrever ao Sumo Pontífice

uma outra carta, expondo mais minuciosamente os motivos da sua renúncia. Númerosos espíritos estavam ainda prevenidos contra elle. A grande extensão da diocese, o resumido número de sacerdotes, a desconfiança do Imperador e do Ministério, o reinício de uma encarnizada propaganda por parte das lojas, a rebeldia das Irmandades, a queda do gabinete Caxias e a ascensão ao poder do Sr. Saldanha Marinho, um dos mais temíveis e ferrenhos inimigos da Igreja, tudo isto aconselhava a sua renúncia. Um bispo novo seria mais aceito pelo Governo e trabalharia melhor em Pernambuco. Estava escrito, porém, que D. Vital deveria morrer bispo de Olinda; nem Pio IX, nem o seu immortal successor, Leão XIII, quizeram aceitar a sua.

Não se pode imaginar a intensa consternação causada em Pernambuco ante a nova do pedido de renúncia. Unâimes foram as súplicas a elle dirigidas afim de que revogasse o seu pedido. Dentre ellas a mais insistente foi a do seu amigo e admirador sincero D. Antônio de Macedo Costa. Com uma admirável carta respondia D. Vital no dia de Natal de 1877, carta que é um claro testemunho de sua humil-

dade, do seu desprendimento e do seu acendrado amor à Pátria. «É a sua derradeira carta, escreve D. Antônio, é o testemunho de sua curta vida episcopal, escripto com o sangue de seu coração e depositado no seio da amizade. Não podemos reler este papel, escripto todo de seu punho sem que as lágrimas nos rebençassem dos olhos. Oh! santo e saudoso amigo! (1) D. Macedo Costa — A Questão Religiosa págs. 328 -- 336.)

AGRAVA-SE A DOENÇA. — Fôra D. Vital a Roma afim de reiterar o seu pedido de renúncia. Aí não podendo recolher-se aos Conventos capuchinhos por deles se ter apoderado o Governo, em vista da supressão das Ordens Religiosas, hospedou-se no Colégio Pio Latino-Americano, onde pelos directores e alunos foi carinhosamente recebido e como prova de profundo respeito realizaram em sua honra uma sessão solene.

Tudo decorria satisfatoriamente, quando aos 21 de fevereiro, um novo e pernicioso mal o assaltou. Queixava-se de cruciantes dôres na região do estômago e dos intestinos. Era o efeito letal do sutil veneno administrado! Onde? Quem

sabe? o que é certo é que o Governo brasileiro e a seita lhe espreitavam todos os passos. No seio da colônia brasileira de Paris não pairou a mínima dúvida acêrca do envenenamento!

A conselho do médico deixou a Cidade Eterna com destino a Paris. Durante a viagem viu-se forçado a repousar em várias cidades, Chambery, Lião... e aos 13 de março chegava ao convento de La Santé, dizendo ao seu companheiro: «Entro na minha sepultura; daqui não sairei senão para o cemitério». E assim aconteceu. Recolhendo-se ao leito, somente se levantou para celebrar o santo sacrifício da Missa no dia 21 abril, domingo de Páscoa. A piedade e santidade lhe resplandeciam no venerável semblante, a doença lhe emprestava um não sei que de celestial. De volta aos seus aposentos, mostrou-se excessivamente abatido, mas sentia-se imensamente feliz por ter oferecido o santo sacrifício da Missa naquele tão memorável dia da cristandade. Serviu-lhe de acólito. Mons. José Paulino Duarte, do Rio Grande do Norte, falecido no Recife em 1936.

No dia 14 de maio em busca de notícias de seu querido Brasil, foi à residência do Sr. Jobin e dos cônegos Esberrard e Antônio Arcoverde. De volta destas visitas sentiu-se tão extenuado que disse: «vereis que vou zombar do Dr. Ozanam, (seu dedicado médico assistente), êle virá um dia e não me encontrará mais! «Era a expressão da verdade! Gravissimo era o seu estado, já não podia se levantar, e quis preparar condignamente para a morte que a passos largos se aproximava. Passou todo o mês de junho na prática das mais excelsas virtudes, oculto no SSmo. Coração de Jesús. Redobrou sua filial piedade para com a Virgem SSma. Passava horas e horas entregue a fervorosas orações e profundas meditações. Dizem que a doença revela o verdadeiro caráter do homem, no leito de dôr e da morte já não há lugar para a hipocrisia e ficção, ali se apresentam os defeitos e as boas qualidades, e no sentido verdadeiramente cristão os sofrimentos são o imã e o cadinho em que se purificam diante de Deus as almas generosas e queridas.

Durante tôda a doença revelou-se sempre de uma incomparável doçura

daíma. Esforçava-se cuidadosamente por não cansar o seu enfermeiro. Dizia que quando noviço inúmeras vezes chorava ao ver sacerdotes encanecidos receberem humildemente as repreensões dos superiores. Certa vez, quando Fr. Apolinário lhe quis lavar os pés, não pôde conter as lágrimas, dizendo-lhe: «como é bom e caridoso! Nunca esquecerei o que fez por mim em Perpignan!»

Perfeita era a sua resignação à vontade de Deus. A Fr. Vicente que lhe disse que oferecia a sua vida, por êle, respondeu: «Não, reze para que se faça a vontade de Deus. Êle melhor do que nós, sabe o que nos convém! Eu vim aqui para morrer; verá que digo a verdade!» F' isto mesmo repetia aos inúmeros amigos que o iam visitar. Vendo-os tristes, consolava-os mostrando o céu, nossa verdadeira pátria.

Renunciou às comodidades que lhe ofereceram os Padres Lazaristas e a Exma. Condessa de Combolá, da mesma forma que em Roma declinou das mais vantajosas propostas.

Sentia-se feliz da pobreza franciscana e em meio aos seus irmãos de hábito.

Dentro as inúmeras visitas que recebeu merecem especial destaque as do Bem-aventurado D. Justino Vital Gradin, bispo de Sto. Alberto (Canadá) e a do Exmo. Cardeal Howard. D. Justino pouco depois lhe escrevia «como tenho inveja da felicidade que o espera, o quanto é dura e longa a provação imposta! Mas, o bom Mestre (Jesus) lhe dê em consolação, o quanto lhe tira em sua justiça.»

Referindo-se à visita de D. Gradin assim fala Fr. Apolinário: «D. Gradin era um verdadeiro santo; foi recebido por D. Vital com intenso júbilo; eram duas almas heróicas capazes de se compreenderem. Passavam todo o tempo em conversas espirituais, e ao despedirem-se trocaram tocantes adeuses de se reverem no céu.»

O Exmo. Card. inglês Howard visitou-o no dia 1.º de julho, porém, o encontrou tão abatido, que recebeu entreter com êle conversa demorada, e aflitíssimo retirou-se na certeza de que o triste desenlace estava iminente.

O próprio D. Vital não estava iludido. No dia 3 de julho à tarde confessou-se e pediu que lhe fôsem adminis-

trados os últimos sacramentos, e chamando o P. Provincial, Fr. Crisóstomo, lhe fez a entrega de 800 francos, dizendo-lhe se aquella importância tódá a sua fortuna, e não haver portanto necessidade de testamento, uma vez que nada possuía.

Antes de lhe administrar o Santo Viático, fez-lhe o P. Provincial uma comovente alocução, e lembrando as lutas o exortou a perdoar a todos que o ofenderam. Ao que D. Vital, com voz bastante clara, respondeu: «Oh! sim! perdão tudo, perdão a todos sem excepção; já o disse nas minhas cartas e agora o quero repetir: ofereço a minha vida pela Igreja do Brasil!» E entre compungidas lágrimas dos assistentes recebeu a S. Comunhão e a Extrema-unção.

Raiou o dia 4 Apesar de todos os esforços dos médicos, os seus sofrimentos se tornaram verdadeiramente insuportáveis. Fr. Crisóstomo, Fr. Marcel e outros que com frequência iam ao seu quarto para lhe sugerir um bom pensamento, uma jaculatória, saíam admirados ante a sua energia e paciência.

O seu grande amigo P. Esberard e outros, que o visitavam, não podiam

conter as lágrimas de comoção.

O Sr. Jobin ao entrar na cela, logo caiu de joelhos aos pés do moribundo, sem poder pronunciar palavra, sentidos soluços lhe embargavam a voz...

O Dr. Ferreira de Pernambuco, ao sair, exclamou: «Que perda para o Brasil! O seu povo o amava tanto!»

Ao meio dia, dirigindo-se a Fr. Vicente, perguntou-lhe: «Viu a bela Senhora que me veio visitar?» — Recebendo resposta negativa, guardou silêncio. Quem seria Ela? Talvez Maria Santíssima, que viera consolar, animar o filho dileto, infundir-lhe ânimo para as derradeiras pelejas.

Com effeito, pelas 10 horas da noite exclamava: «Que escândalo! Que escândalo! e indicando o pé do leito pronunciou algumas palavras, dentre as quais Fr. Vicente pôde distinguir «demônio!» O dedicado enfermeiro com água benta fez o sinal da cruz sobre o leito, e vendo que o prelado procurava algo sobre o próprio peito, perguntou-lhe se queria a imagem da Virgem. A resposta afirmativa o enfermeiro lha apresentou, e elle estreitando-a ao coração orou fervorosamente. Entrava em agonia Fr. Vi-

trício deu-lhe a última absolvição e depois, em companhia de Fr. Vicente recitou as ladaínhas dos agonizantes.

Até então Fr. Vital só gemera: de repente, a sua voz se tornou de uma clareza admirável; exclamações de júbilo e felicidades anunciavam a vitória alcançada após renhido combate, iluminou-se-lhe o semblante, radiantes entreabriram-se os lábios, fitou o enfermeiro que tomado de comoção difficilmente poudes responder: **Ora pro nobis!** Com supremo esforço ainda por três vezes respirou e à terceira desprendia-se a sua bela alma rumo às paragens celestes.

Falecera D. Vital e no sítio dos Buritis (Recife) um menino de 11 anos brincava no terraço de sua casa, quando viu passar pelos ares um bispo, e gritando por todos de casa exclamou: «Um bispo de cajado e mitra voando...» Sua mãe que também acorrera ao chamado e teve a dita de testemunhar o portentoso acontecimento, exclamou: «É D. Vital, meu filho, que morreu e vai para o céu!»

Fra uma quinta-feira, 4 de julho de 1878, às 23 horas e vinte e cinco minutos, quando contava apenas 33 anos, 9 meses e oito dias de idade, com 15 de profissão religiosa e 7 de episcopado.

Insondáveis são os designios de Deus, e ninguém tem o direito de perscrutar o por que da Providência Divina a respeito da vida do homem. Quem não teria almejado uma vida longa e um frutuoso episcopado para este grande mártir da Fé? Deus, porém, preferiu ofertar-lhe a imarcessível coroa do mártirio. Sòmente a Cruz ensanguentada do Calvário conseguiu remir o mundo, e continua a lançar os seus raios resplandescentes sòbre os segredos da Providência. Não foi a ciência, nem a pregação, nem mesmo, a oração que remiu a humanidade, mas sòmente a efusão do Sangue da Divina Vítima. Tudo o que pudesse fazer D. Vital para a glória de Deus para a vitória da Igreja Católica no Brasil, jámais teria o valor de sua prisão, do seu exílio e da sua morte. Isto mais claramente o veremos no céu. Louvemos pois a Deus e repitamos sempre que seja feita a sua santíssima vontade.

CAPITULO XIX

Funerais — Sepultura

FUNERAIS — Os padres capuchinhos pensavam executar um modesto entêrro, mas estava presente um devotado amigo e admirador de D. Fr. Vital, o Con. P. Esberard que já conhecemos e êste declarou que seria um funeral mais solene possível e ofereceu-se em procurar o dinheiro necessário.

Os capuchinhos e P. Esberard espalharam convites. Êste foi procurar dinheiro e achou corações generosos que lhe deram, não só para fazer as exéquias, mas também, a embalsamação, afim de que quando quisessem suas relíquias voltassem para sua cara diocese.

Os fiéis acudiram numerosos a venerar êsse corpo sagrado; muitos enviaram lindas coroas de flores naturais, algumas de trabalho delicado. No dia 8 com a Igreja cheia de fiéis, tôda a colônia brasileira mais distinta com o Encarregado dos Negócios do Brasil e o Vice-Cônsul,

as deputações de Ordens Religiosas e Associações católicas foram feitas as solenes exéquias com cinco bispos: o Emmo. Card. de Paris, o Exmo. Sr. Nuncio de S. Santidade, os bispos de Vanes, de Galveston (EE. UU.) e D. Ordenez do Equador, que celebrou o Pontifical.

Terminada a Missa, o célebre orador Mons. de Ségur improvisou uma tocante oração fúnebre que comoveu a todos e arrancou lágrimas de muitos devotos. O orador era cego e essa circunstância concorreu para tornar mais enternecedora a sua palavra: disse boas e duras verdades... Após seguiram-se as absolvições dos Srs. Bispos segundo a ordem prestebelecida.

O corpo, à tarde, foi transportado a Versalhes e depois do officio e doutra absolvição, foi posto na sepultura dos PP. Capuchinhos.

LUTO. — A morte mostrou quão grande simpatia adquirira D. Fr. Vital por todo o mundo católico. Afluíram cartas da França, da Itália e da Inglaterra. Todos exalçaram a santidade do religioso, a sabedoria do Diretor espir.

tual, a fidelidade do amigo, o heroísmo do prelado.

O Sr. Carlos Riant escrevia ao P. Marcel: «foi uma grande perda para a vossa Ordem morrer tão jovem, mártir da fé, depois de tê-la confessado no meio de provas tão cruéis. Mas, é também uma grande honra. É um santo de mais que vossa venerável Ordem enviou para o Céu».

E o amigo bel. A. Manuel dos Reis escrevia:

«Já não existe o grande Atanásio brasileiro!

«Morreu como viveu, com os olhos fitos no céu e o pensamento voltado para Aquêlo, a quem proclamava que convinha obedecer mais do que aos homens: *Obedire oportet Deo magis quam hominibus*.

«Morreu reconciliado com o seu Criador, depois de se ter assentado no banquete dos anjos, comido o pão do céu, e chegado aos lábios o cálice da redenção...

«Morreu no silêncio augusto do claustro, à sombra veneranda do Santuário, rodeado de seus irmãos em Jesus

Cristo, e como verdadeiro filho do Patriarca de Assis!

«Morreu encomendando sua alma a Deus das misericórdias, enviando adeus à sua cara diocese, e perdendo como Jesus Cristo aos seus algozes!

«Viveu como um justo, combateu como um herói e morreu como um santo!

«Quanta fé, quanta nobreza, quanta abnegação e quanta generosidade, não se asilam no coração dêsse glorioso combatente que acaba de sucumbir abraçado com a sua bandeira imaculada!

«Eclipsou-se o astro radiante que resplandescia no céu de Olinda, tombou a majestosa coluna do Santuário, apagou-se a lâmpada de ouro e o vento frio do sepulcro arrebatou as flores de uma existência em plena primavera, aljofrada do orvalho do céu, primícias de belos e sazonados frutos!

«Aos hosanas sucederam as preces às aclamações entusiásticas os gemidos de dor, às galas o luto, às palmas os ciprestes. A Igreja de Jesus envolve-se no crepe da viuvez para chorar a morte do seu fiel espôso!»

«Olinda! Olinda! Pérola reluzente engastada na corôa do Império! Mimosa

porção do rebanho de Jesus Cristo, cobre-te com as vestes da viuvez, porque é morto o teu Pastor, o teu pai, o teu Herói!

«Era o teu orgulho, o teu renome, a tua glória!

«Olinda! Olinda! Dos teus olhos nunca correram lágrimas nem mais sentidas nem mais abençoadas!

... O nosso herói não será esquecido enquanto palpar um coração católico sob a constelação do Cruzeiro. Foi aqui o teatro de seus feitos, a arena de seus combates, o capitólio de suas glórias. Vimo-lo sempre de pé, erguida a fronte, o sorriso nos lábios e a fé no coração, desafiando o pasmo das turbas, recolhendo as homenagens dos contemporâneos e recomendando-se às bênçãos da posteridade!

«Não morre o canto onde vibra a lira!

«Não morre o nome onde vive a glória!

CAPITULO XX

Luto de Olinda — Levado para Recife
— Mausoléu — Graças.

LUTO DE OLINDA. — Com vertiginosa rapidez anunciou o telégrafo por todo o mundo católico a morte do grande prelado. Imagine o leitor o grande pesar dos católicos brasileiros e em particular dos seus fiéis e amigos de Pernambuco! O P. Esberard, sem demora, comunicou a triste nova ao governador do Bispado de Olinda que, incontinenti, a transmitiu ao Cabido, ao Clero, aos fiéis, ao Núncio e ao Governo.

Todos os jornais do Império, sem excessão de credos, teceram rasgados e justos elogios ao forte e destemido lutador. O «DIARIO DE PERNAMBUCO» assim terminava o seu elogio: «Para nós D. Vital morreu como um atleta, fazendo jús à admiração dos coevos, enquanto não chegar a vez da história, que, sem dúvida, escreverá em suas páginas: «foi um herói.»

Em Olinda, por iniciativa do Cabido, realizaram-se imponentes funerais no trigésimo dia de sua morte, 4 de agosto. Compareceram as Autoridades civis e militares, o Clero secular e regular, as Congregações religiosas e Associações católicas. Fez um comovente elogio fúnebre o Revmo. P. Francisco Maia, já seu secretário e futuro Bispo de Petrópolis.

LEVADO PARA O RECIFE. — Em 1881 teve Olinda novo pastor na pessoa de D. José Pereira da Silva Barros que reclamou os restos mortais do seu antecessor e encarregou o dito P. Francisco do Rêgo Maia e ao Con. Esberard a realização dêsse justo desejo. Ao ser precedida a exumação do pranteado Bispo, foi o seu corpo encontrado em perfeito estado de conservação. Chegaram os seus restos mortais ao Recife justamente no dia do aniversário de sua morte, (1882), tendo triunfal recepção. Imensa multidão acompanhou o prestito fúnebre à Igreja da Penha, um dos mais suntuosos templos do Brasil.

Cêna verdadeiramente comovedora! Participava daquele préstito a veneranda

mãe de D. Vital acompanhada de seu filho Belarmino. Comovida lançou-se ao pé do cadafalso em que depuseram o ataúde; suas lágrimas de dôr pelo filho falecido exprimiam também a satisfação daquela recepção. No dia 7, após ser cantado o ofício fúnebre e celebrada a Missa Pontifical, em que fez o elogio fúnebre o célebre orador sacro Fr. Celestino de Pedávoli, foi deposto o ataúde no jazigo dos seus irmãos de hábito, aos pés de N. S. das Dores.

MAUSOLEU. — Com extraordinária pompa foi comemorado no ano de 1924 o 50.^o aniversário da consagração da Diocese ao S. Coração de Jesus. Participaram destas comemorações 3 Arcebispos e 6 Bispos das Dioceses em que foi dividida a de Olinda. Fez o elogio fúnebre o Exmo. D. José Pereira Alves, hoje bispo de Niterói.

Por esta ocasião foram exumados os restos mortais de D. Fr. Vital e depositados numa artística urna de jacarandá, sendo então ventilada a idéia da ereção de um monumento para lhe guardar dignamente as preciosas relíquias.

Por causas diversas, o projeto não pôde ser logo realizado; felizmente, porém, graças ao apóio decidido do Exmo. Arcebispo D. Miguel de Lima Valverde, e aos ingentes esforços dos PP. Capuchinhos, aos quais coube a subida honra de guardar aqueles santos despojos, foi construído e solenemente inaugurado na Basílica da Penha, aos 4 de julho de 1937, após uma semana de conferências e sessões civicas preparatórias, um majestoso mausoléu (*) onde descansam os restos do insigne Bispo pernambucano à espera das honras dos altares.

Este monumento é uma verdadeira obra de arte e foi executado pelo renomado escultor João Bereta, de Carrára, e autor da estátua de Joaquim Nabuco. (Recife).

Por este mesmo tempo foi iniciada a publicação da Revista D. Vital, em cujas colunas vem sendo publicadas numerosas e importantíssimas graças alcançadas pela valiosa intercessão do grande Bispo e que mais tarde servirão para a causa de sua beatificação.

(*) Todas essas homenagens, a iniciativa do Mausoléu, bem como o levantamento da Causa de Beatificação foram levados a efeito pelo autor desta Obra — que por humildade escondeu o seu nome. (Nota do Editor).

CONCLUSÃO

Como acabamos de ver, embora muito brevemente, a vida de D. Vital foi a de um verdadeiro santo, e todos os seus contemporâneos assim o julgaram. D. Macedo Costa a cada página da sua obra: «A QUESTÃO RELIGIOSA» o afirma, Pio IX o tinha em conceito de santo e Leão XIII, ao saber da sua prematura morte, pediu uma sua relíquia. Das suas admiráveis virtudes praticadas em grau heróico já nos referimos no livro: «UM GRANDE BRASILEIRO». Tantas e tão importantes têm sido as graças alcançadas pela sua intercessão, que os nossos irmãos de Paris, no ano de 1935, resolveram nomear um Postulador e dar início à causa da sua beatificação, com os progressos ordinários.

Confiamos que já estejam estes terminados, e logo após a guerra sejam apresentados a Roma, afim de que possa a sua causa ser introduzida no tribunal da Sagrada Congregação dos Ritos. É necessário, pois, auxiliar esta causa tão bem principiada. queremos um santo brasileiro, um protetor especial da nossa Pátria e certamente nenhum brasileiro

poderá deixar de se interessar pela causa daquele que ofereceu a própria vida pela Diocese amada e pela Pátria estremecida.

Aqui damos apenas à publicidade algumas graças extraordinárias; outras muitas e recentes daremos, se Deus quiser, em volume separado.

1 — A professora **D. Josefina Barros Barreto**, que conheceu D. Fr. Vital, tinha um colégio na freguesia de S. José. Um resfriamento a tornou surda. Com esta doença era-lhe impossível dirigir o colégio. Na grande necessidade recorreu à proteção do santo Bispo, a quem tinha grande estima; orou fervorosamente.

Pela madrugada, acordando, ouviu-te e foi deitar-se. Os sinos da Igreja do Carmo e depois os da igreja de S. José; numa palavra recuperou perfeita audição, até que, pela velhice, abandonou o ensino, recolhendo-se ao Colégio Eucarístico.

2 — Uma amiga da dita Josefina morava num engenho na Escada. Uma enchente do rio Ipojuca inundou o canavial, a casa onde tinha o açúcar e o cer-

cado dos cavalos. A senhora começou a invocar em alta voz a D. Frei Vital que a salvasse da iminente ruína... Passada a enchente, correu ao lugar do desastre e constatou que, milagrosamente, não havia tido o mínimo prejuízo!

Sobretudo uma extraordinária devoção e confiança desenvolveram-se nesses últimos anos. Contam-se já milhares de graças alcançadas em todos os pontos do Brasil, algumas das quais muito notáveis. Paz de famílias, interesses ajustados, vendas e compras, se bem que difíceis, realizadas; exames feitos com boas notas; doenças desesperadas curadas, questões políticas resolvidas, empregos obtidos, etc...

3 — D. Josefa de Carvalho Silva, de Vitória, (Pernambuco) tinha um tumor na cabeça desde o ano de 1925. Esteve aos cuidados de dois médicos durante dois anos, sem resultado. Os médicos queriam submetê-la a uma operação cirúrgica; ela, porém, receosa, recusou-se e a chaga continuou aberta. No ano de 1933 recebeu um registo do nosso Bispo; fez com muita fé uma novena e ficou completamente curada.

4 — D. Maria da Conceição Correa da Silva, no Recife, engoliu uma espinha de peixe que lhe ficou na garganta. Esgotados todos os meios, tinha de recorrer ao cirurgião. Antes de sair, orou a D. Vital, prometendo publicar a graça se não precisasse de médico. No caminho desapareceu a espinha e a dôr, voltando para casa com imensa gratidão para com o grande benfeitor.

5 — Campina Grande, na Paraíba, é a cidade que alcançou talvez as maiores graças. Uma jovem tinha três irmãos; dois no Rio de Janeiro e o terceiro em João Pessoa; mas os julgava falecidos por que havia 8 anos que deles não tinha notícia alguma. Começou uma novena a D. Fr. Vital. Ao terceiro dia, o mesmo correio trouxe-lhe cartas de todos os três, uma das quais continha uma pequena quantia de que muito necessitava.

6 — Ali, outra jovem engoliu uma espinha que lhe rasgou externamente a garganta, ameaçando grangrenar. Recorrendo ao médico, recorreu a D. Frei Vital, que ela dizia ser seu médico. Não foi debalde: acabada a novena, desapa-

receu tudo com grande admiração dos vizinhos.

7 — No Recife o Sr. Alvaro Barbosa da Silva, atacado por forte neurastenia, que o privava de dirigir os seus negócios, recorreu a Dom Fr. Vital e alcançou a graça.

8 — Do Rio de Janeiro a Srta. Clotilde Chiora; da Bahia. Esilda e Maria do Carmo; da Cachoeira (Bahia) um estudante do quarto ano de medicina agradecem seus bons exames.

9 — De Manáus, D. Otília A. de Faria; de Sanharó, D. Maria Possidônia; de Cimbres D. Eutália de A. Leite já em perigo de morte, agradeceram um parto com saúde das mães e dos filhos.

10 — D. Paulina Barbosa de Sousa (Vertentes), depois de 34 anos de asma, invocando a D. Fr. Vital, ficou boa; foi visitar o sepulcro do seu benfeitor e agradecer-lhe o favor.

11 — D. Graziela Silva alcançou a graça que seu filho Manuel ficasse bom das fortes dores do apêndice sem operação cirúrgica, só invocando a D. Fr. Vital (Poço Claro — S. Paulo).

MILAGRES EM GOTAS

1961

ESTAVA SEMI-MORTA DESENGANADA DE VÁRIOS MÉDICOS E REVIVEU

RECIFE — Ma. Neide de Medeiros Bastos — casada — atacada de ENCEFALITE VIRULENTA, esteve às mãos de vários especialistas desta cidade. A senhora se achava mais com o agravante de estar em avançado estado de gravidez. Diante do desespero dos parentes — foi trazida uma relíquia de Dom Vital — feitas orações com muita fé. Quando os médicos já esperavam o desenlace fatal, eis que a mulher sobrevive, recupera-se rapidamente e hoje tem ótima saúde. (Já publicada na Revista D. Vital — julho de 1961).

CAMINHÃO GIGANTE PASSA POR CIMA DE CRIANÇA DE QUATRO (4) ANOS

JACAREZINHO (Paraná) —
Julho de 1961

Revmq. Padre

Tem esta por finalidade comunicar-vos que obtivemos uma graça singular que consideramos verdadeiro milagre, obtido pela intercessão do Servo de Deus Dom Vital, quando um caminhão gigante (marca «Internacional») passou por cima de meu filho Antônio José — de quatro (4) anos de idade — sofrendo um traumatismo abdominal, fratura de costelas, clavículas, etc. Foi medicado por quatro médicos que o operaram, afirmando que o corpo dele ia ficar paralizado e defeituoso para sempre. Entretanto, recorremos com fé a Dom Fr. Vital, com grande aflição. Depois de quatro dias meu filho estava fora de perigo e hoje bom e sadio, sem nenhum defeito físico, pelo que dou mil graças a Deus e ao seu grande Servo.

as.) Egilda Albuquerque de Arruda
(Acompanha atestado do Cura da Catedral)

PROFESSOR SOCORRIDO POR DOM VITAL PASSA EM 1.º LUGAR

DESCALVADO (São Paulo)

Revmos. Padres Capuchinhos

Tenho a grata satisfação de comunicar ao encarregado dos negócios de canonização de Dom Vital que, estando para fazer um Concurso de funcionários, entre 2.107 candidatos — passei no 1.213.

Além disso meses depois submeti-me a difícil concurso entre 33 candidatos e passei em primeiro lugar. Eu que estava sem colocação e havia recorrido a Dom Vital (conhecido-o por intermédio de um frade amigo) só posso dar graças aos Céus por tão singular benefício.

a) Gilberto Fernandes

DOM VITAL OPERA UMA CONVERSÃO SOCORRO (PE)

Revmo. Padre

Venho por meio da revista DOM VITAL tornar pública uma grande graça que foi a minha conversão à Igreja Católica e posteriormente a minha vocação religiosa.

as.) Maria Regis

GAROTO OPERADO NO CANAL ARTERIAL FICOU SALVO

VERTENTES (PE)

Teresinha Cavalcanti de Andrade, testemunha o grande reconhecimento ao Servo de Deus Dom Vital — pelo milagre que operou em seu filho, SAULO, de 2 anos apenas, OPERADO NO CANAL ARTERIAL e já completamente restabelecido.

LIVRE DE OBSESSÃO DIABÓLICA DE SUICÍDIO

(?) — (PE) — Uma jovem cujo nome e lugar pede ocultar diz textualmente: «Faço éco nos corações de todos os fiéis, de que não há meio mais eficaz para alcançarmos graças desejadas, senão pela oração com fé a Ssma. Trindade por intermédio do fiel Servo Dom Fr. Vital. Nenhuma jovem sofreu mais do que eu: tentei até suicidar-me, no entanto com as minhas orações a Dom Fr. Vital consegui me libertar de todas as tentações e atropêlos, de tal forma que hoje gozo de paz e tranquilidade de espírito».

**SOFRIA DE TERRÍVEIS CÓLICAS
E FICOU TOTALMENTE RES-
TABELECIDA**

**OLHOS D'ÁGUA DO
CASADO — (PE)**

Revmo. Pe. da Causa de Dom Vital

Desejo comunicar-lhe que tendo so-
frido de terríveis cólicas estomacais e in-
testinais, a ponto de perder o peso, o sono,
a paz... recorri com muita fé ao Servo
de Deus ficando completamente restabele-
cida de um mal que me torturou por tan-
tos meses.

a) Regina Célia Brito Petras

**SENHORA AGRADECE A
DOM VITAL A SAÚDE**

SÃO PAULO

Revmos. Srs. Padres Capuchinhos.

Agradeço a Dom Fr. Vital a grande
graça de ter ficado completamente curada
dos meus incômodos de senhora e dos in-
testinos sem ser preciso fazer operação.

1962

**ESPERAVA A MORTE DO FILHO
DURANTE QUATRO MESES, MAS
DOM VITAL CUROU-O**

ESPERANÇA (Limoeiro — PE)

Venho testemunhar o meu profundo
reconhecimento ao Servo de Deus Dom
Fr. Vital, por verdadeiro milagre que
obtive em favor de meu filho. Sofria ele,
há mais de um ano ao ponto de que nos
últimos quatro meses eu sobressaltada
previa a cada hora o seu último suspiro.

Recorri, entretanto, com muita fé à
Sma. Trindade pela intercessão de seu
Servo Dom Vital — hoje tenho o meu fi-
lho em perfeita saúde, o qual sem nenhum
medicamento, logo depois de três dias foi
miraculado e depois de três meses nada
mais sofria, diante da admiração de todos
os nossos vizinhos e amigos.

Assinam os pais:

**José Batista de Moura
Maria Doralice de Moura**

**MÃE AFLITA: BÓLHAS SAÍAM NAS
PERNAS DE SEU FILHO E SE
TORNAVAM EM CHAGAS**

LAGARTO (Sergipe)

Revmo. Pe. Postulador da Causa

Venho por meio desta pedir a publicação na Revista Dom Vital de um fato que considero milagre em favor de um filho meu — que estava nas mãos de vários médicos em Salvador e depois aqui nesta cidade e cidades vizinhas, sem resultado algum. Bóllhas que lhe saíam nas pernas e em todo o corpo se transformavam em chagas perigosas

Recorri à SSma. Trindade por intermédio de seu fiel Servo Dom Vital.

Então suspndi todos os remédios e pedi a Dom Vital que fosse «o Médico de meu filho daquele dia em diante. Revmo, acredite nas palavras dsta mãe radiante, que com uns três meses, o meu filho estava curado, está com o corpo sem manchas.

as.) Jandira Oliveira Batista

**A PERNA NÃO FOI CORTADA, POR
INTERCESSÃO DE DOM VITAL**

RECIFE

A Dom Vital venho agradecer ter evitado a uma pessoa da família, de cortar a perna, quando já se preparava para a operação de amputá-la.

as.) Maria Amália Lima

**ORAÇÃO A SS. TRINDADE PARA A
BEATIFICAÇÃO DO SERVO DE DEUS
DOM FREI VITAL MARIA**

I — Ô eterno, Divino Pai, pelos merecimentos do vosso Unigênito, peço-Vos glorifiqueis nesta terra o vosso servo Dom Frei Vital Maria, concedendo-me a graça que vos imploro na minha presente necessidade.

**Pai Nosso, Ave-Maria
Glória ao Pai**

II — O eterno, Divino Filho, pelos merecimentos da vossa Paixão, peço-Vos glorifiqueis nesta terra o vosso servo Dom Frei Vital Maria, concedendo-me a graça que ardentemente desejo.

**Pai Nosso, Ave-Maria
Glória ao Pai**

III — O eterno Espírito Santo, pela vossa infinita caridade, peço-Vos glorifiqueis nesta terra o vosso servo Dom Frei Vital Maria, concedendo-me a graça de que necessito.

**Pai Nosso, Ave-Maria
Glória ao Pai**

Colabore na grande causa da beatificação de D. Vital, enviando seu óbulo generoso e notificando as graças recebidas ao:

PADRE CUSTÓDIO

Convento de N. S. DA PENHA

Recife — Pernambuco — Brasil



Acabou de se imprimir aos 23 de Março de 1968
— nas oficinas da Escola Gráfica Editora — do
Convento da Penha